

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GESTÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

MARIA DE FÁTIMA MOREIRA

**COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PERNAMBUCO:
DIFICULDADES, AVANÇOS E DESAFIOS**

Recife

2008

MARIA DE FÁTIMA MOREIRA

**COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PERNAMBUCO:
DIFICULDADES, AVANÇOS E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Orientador: Professor Ricardo Augusto Pessoa
Braga, UFPE

Co-orientador: Professor Jaime Joaquim da
Silva Pereira Cabral, UFPE.

Recife

2008

Moreira, Maria de Fátima

Comitês de bacias hidrográficas de Pernambuco: dificuldades, avanços e desafios / Maria de Fátima Moreira. – Recife: O Autor, 2008.

170 folhas : il., fig., tab., gráf.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais, 2008.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Política ambiental. 2. Política pública. 3. Participação social. 4. Bacias hidrográficas – administração. 5. Bacias hidrográficas – Pernambuco. I. Título.

**504
577**

**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2008/53**

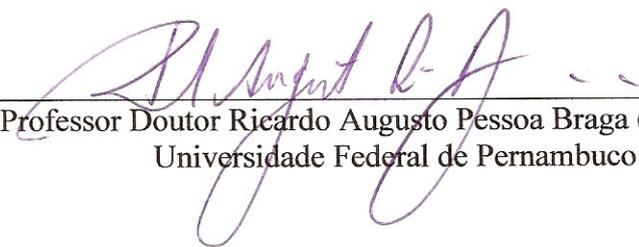
MARIA DE FÁTIMA MOREIRA

**COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PERNAMBUCO:
DIFICULDADES, AVANÇOS E DESAFIOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

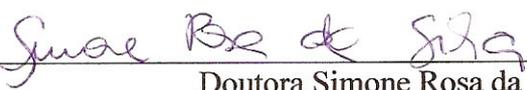
Recife, 20 de março de 2008

Banca Examinadora



Professor Doutor Ricardo Augusto Pessoa Braga (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Professor Doutor Henrique Osvaldo Monteiro de Barros
Universidade Federal Rural de Pernambuco

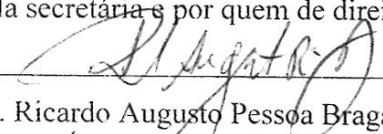


Doutora Simone Rosa da Silva
Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco

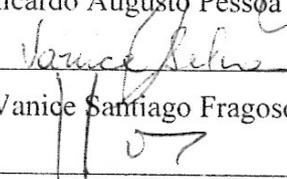
Professora Doutora Vanice Santiago Fragoso Selva
Universidade Federal de Pernambuco

Ata da sessão de arguição da Dissertação da Mestranda **MARIA DE FATIMA MOREIRA**, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao 24 (vinte quatro) dias do mês de março de 2008 (dois mil e oito) às 9:00 (nove horas), no auditório do Departamento de Ciências Geográficas, para a defesa de Dissertação da Mestranda **MARIA DE FÁTIMA MOREIRA**, reuniu-se a Comissão Examinadora, composta dos professores: **RICARDO AUGUSTO PESSOA BRAGA**, UFPE, Orientador e Presidente da Banca Examinadora, **VANICE SANTIAGO FRAGOSO SELVA**, Examinadora Interna da UFPE, **HENRIQUE OSVALDO MONTEIRO DE BARROS**, Examinador Externo da UFRPE; e **SIMONE ROSA DA SILVA**, Examinadora Externa da SRH-Secretaria de Recursos Hídricos, em substituição ao Prof. **JOSÉ ALMIR CIRILO**, Examinador Externo da UFPE, que não pôde comparecer, como suplente a professora: **MARLENE MARIA DA SILVA**, UFPE, cujos nomes foram indicados em Reunião do Colegiado. Título da Dissertação: **“COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DE PERNAMBUCO: DIFICULDADES, AVANÇOS E DESAFIOS”** Iniciados os trabalhos a presidência informa os objetivos da reunião, salientando a regulamentação em vigor. Em seguida concede a palavra a autora da Dissertação, para que de maneira sucinta apresentasse o trabalho mencionado. Após exposição houve arguição de cada membro da banca examinadora. Ao término, os componentes reuniram-se em caráter reservado para deliberação do conceito a ser atribuído, considerando a referida Dissertação **Aprovada**. Sendo o assunto específico da reunião, a presidência encerra a sessão, sendo lavrada a presente ata assinada pela secretária e por quem de direito. Recife, 24 de março de 2008. 

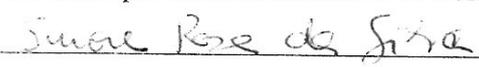


Dr. Ricardo Augusto Pessoa Braga (Orientador)

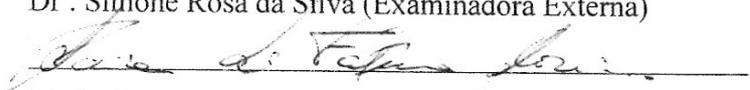


Dr^a. Vanice Santiago Fragoso Selva (Examinadora Interna)

Dr. Henrique Osvaldo Monteiro de Barros (Examinador Externo)



Dr^a. Simone Rosa da Silva (Examinadora Externa)



Maria de Fátima Moreira

A Marcelo Mesel, meu amado companheiro e grande amigo, e aos que acreditam e lutam pela convivência harmônica entre a sociedade e a natureza.

AGRADECIMENTO

À luz que me guia, ilumina e protege - Deus.

Aos orientadores, professores e servidores do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, especialmente à Ricardo Braga, pelo privilégio a mim concedido de ter acesso a percepções sistemáticas, lógicas e objetivas e pela atenção crítica, rigorosa e permanente e à Jaime Cabral, Marlene Silva e Edvânia Torres, que muito cooperaram.

Aos colegas e também amigos, que compartilharam nesta caminhada acadêmica, em especial à Willams Brandão, por ser realmente especial na solidariedade.

Aos dirigentes e professores do CEFET-PE, pela compreensão, incentivo e confiança.

À todas as pessoas envolvidas no processo da pesquisa, especialmente a Alexandre Ramos, Ana Paula Maia (Poppy), Ângela Bacelar, Hélio Pedrosa, Jeruza Morais e João Domingos.

Finalmente, mas não menos importante, à minha família e aos amigos da vida cotidiana, pelo apoio e alegria que me confortaram nos momentos difíceis.

MUITO OBRIGADA!!!!

O que mede o caráter democrático de uma sociedade não é a forma de consenso ou participação que ela atinge, mas a qualidade das diferenças que ela reconhece e que ela gere, e a intensidade e a profundidade do diálogo entre experiências pessoais e culturais diferentes uma das outras. (Alain Touraine, Igualdade e diversidade: o sujeito democrático)

RESUMO

O presente trabalho aborda a problemática de implementação dos comitês de bacia hidrográfica em Pernambuco. Possui caráter exploratório e busca, através do conhecimento das características dos comitês que funcionam há mais de dois anos (Pirapama, Jaboatão, Una, Ipojuca e Goiana), a obtenção de informações que contribuam para um melhor desempenho desses órgãos. No levantamento dos dados secundários, utilizou-se como fonte a literatura científica, os relatórios técnicos, além das atas, regimentos e estatutos dos comitês. Para levantamento dos dados primários, foram aplicados três questionários, sendo dois deles a membros de comitês de bacia hidrográfica de Pernambuco: um destinado especificamente a dois representantes da diretoria de cada um dos cinco comitês (totalizando dez questionários), com o objetivo de identificar a percepção destes dirigentes a respeito das atividades administrativas; e outro, destinado a seis membros de cada comitê (totalizando trinta questionários), de forma a contemplar dois representantes por segmento (poder público, sociedade civil e usuário), com o objetivo de identificar as percepções dos membros no que se refere às características de cada comitê. O terceiro questionário foi aplicado a 86 representantes de comitês de outros estados do Brasil, por ocasião do IX Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica, realizado em Foz do Iguaçu, em outubro de 2007, com o objetivo de servir como parâmetro para uma análise comparativa com os resultados obtidos no Estado. Após a tabulação e interpretação dos dados agrupados por temas, destacaram-se as seguintes conclusões: os avanços não foram tão significativos e sistemáticos, evidenciando-se mais espasmos de organização ocasional devido a oportunidades surgidas, do que em decorrência de um laborioso processo de planejamento e amadurecimento na organização interna; dentre as dificuldades, a falta de provisão de recursos financeiros, infra-estrutura funcional e capacitação dos membros são apontados como consequência da falta de apoio governamental. Para o enfrentamento dos desafios foram utilizadas estratégias de articulação e mobilização da sociedade civil, além da cooperação de técnicos e instituições que se envolveram no processo da gestão ambiental descentralizada. A definição de proposições se fez no sentido de oferecer subsídios para uma mudança de rota e ajustes na dinâmica das relações entre o poder público e a sociedade, para uma adequada gestão dos recursos hídricos em Pernambuco.

Palavras-chave: Bacia hidrográfica. Comitês de bacia hidrográfica. Participação social. Política Ambiental. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present work had the objective of elaborating a way of assessing the performance of the Watershed Committees from Pernambuco, which have been active for more than two years (Pirapama, Jaboatão, Una, Ipojuca and Goiana) through the investigation of their difficulties, advancements and challenges. To fulfil the complexity of this objective, secondary and primary data were utilised. Regarding the gathering of secondary data, bibliographic sources and the documental sources (meeting records, regiments and statutes) were used with objective of getting acquainted with the characteristics of the constitution and functioning of the committees. For primary data, three questionnaires were used as instruments. Two of them were filled by members of Pernambuco's watershed committees: one specifically directed towards two directive body representatives of each of the five committees with the objective of identifying the perception of such directors in relation to the administrative activities, and another directed to six members of each committee (two representatives from each segment: public sector, civil society and user), with the objective of identifying their perception regarding the general characteristics of the committee's behaviour. The third questionnaire was applied to 86 representatives of committees from other Brazilian states, which were applied during the 9th National Watershed Committees Meeting, and had the objective of establishing a parameter for a comparative analysis with the results obtained in Pernambuco. Finally, the collected data were tabulated and the results grouped in themes. The results obtained were analysed and comparatively discussed with the following conclusions: there were advances but no significant and systematic effort to strengthen watershed committees, these advances only occurred due to occasional activities; some difficulties were lack of funding, lack of structure and need of committee members capacity building; these difficulties are consequence of lack of government support. To face the challenges some strategy techniques are needed for society mobilization and for getting institutional cooperation aiming a decentralized environmental management. Some ideas were proposed with the intent of offering elements for a change of route and adjustments in the relations between public sector and society in order to favour an adequate water resources management in Pernambuco.

Key-words: Watershed. Watershed committee. Social participation. Public policies. Environment Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - Distribuição da água, da superfície e da população em % do total do país (2002)	16
QUADRO 1 – Disponibilidade hídrica, por classe (m ³ /hab/ano), por estado	17
QUADRO 2– Os CBHs estudados e as datas de criação	66
QUADRO 3 - CBHs de Pernambuco: Comunicação das ações dos comitês para a população da bacia	106
QUADRO 4 - CBHs de outros estados: Fatores que têm facilitado e que têm dificultado a implantação da estrutura dos comitês, segundo os membros dos CBHs de outros estados entrevistados	121
QUADRO 5 -CBHs de outros estados: fatores que têm facilitado e que têm dificultado o funcionamento, em relação ao apoio governamental	122
QUADRO 6 -CBHs de outros estados: fatores que têm facilitado e que têm dificultado a comunicação e a participação dos membros	123
QUADRO 7 - CBHs de outros estados: fatores que têm facilitado e que têm dificultado o funcionamento dos comitês	124
QUADRO 8 -CBHs de Pernambuco: Como se dá o repasse das tomadas de decisões dos comitês para os membros e para a comunidade	153
QUADRO 9 - CBHs de Pernambuco: Forma de disponibilização das atas dos comitês	153
QUADRO 10 - CBHs de Pernambuco: Estratégias para mobilização da comunidade	153
QUADRO 11 - CBHs de Pernambuco: Funcionários à disposição dos comitês	154
QUADRO 12 -CBHs de Pernambuco: Pessoas que desempenham o trabalho administrativo dos comitês Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.	154
QUADRO 13 - CBHs de Pernambuco: Câmaras Técnicas:criadas pelos comitês	154
QUADRO 14 - CBHs de Pernambuco: Grupos de Trabalho criados pelos comitês	155
QUADRO 15 - CBHs de Pernambuco: Existência de fonte de recursos financeiros para atividades administrativas dos comitês	155
QUADRO 16 - CBHs de Pernambuco: Existência de apoio para o transporte dos membros para as reuniões dos comitês	155
FIGURA 1 - Estrutura viária de malhas, pontos e nós do bairro de Santo Antônio	33
FIGURA 2 - Semelhanças entre o caminho dos líquidos vitais na superfície terrestre, nos vegetais, e no homem.	37
FIGURA 3 - Estrutura dos Sistemas Nacional e Estadual de Pernambuco de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	50
FIGURA 4 - A Bacia PCJ, seus principais afluentes e o Sistema Cantareira.	54
FIGURA 5 – Hidrografia de Pernambuco	65
FIGURA 6 - Unidades de Planejamento Hídrico de Pernambuco	67
FIGURA 7 – Comitês de bacias hidrográficas e Conselhos de Usuários de Água em Pernambuco.	68
FIGURA 8 – Bacias hidrográficas dos rios Jaboatão e Pirapama	71
FIGURA 9 – Bacia hidrográfica do rio Una, GL4 e GL5	75
FIGURA 10 – Bacia hidrográfica do rio Ipojuca	77
FIGURA 11 – Bacia hidrográfica do rio Goiana e GL6.....	82

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Número de entrevistados, por comitê, e por cargo na direção e instituição que representa em Pernambuco.....	88
TABELA 2 - Número de entrevistados, por comitê, e por segmento em Pernambuco	89
TABELA 3 - CBHs de Pernambuco: Realização de discussões, nos comitês, de projetos governamentais na bacia.....	106
TABELA 4 - CBHs de Pernambuco: Percepção dos membros sobre a evolução da situação dos comitês	108
TABELA 5 -CBHs de Pernambuco: Conquistas dos comitês adquiridas e mantidas ou adquiridas e perdidas	109
TABELA 6 - CBHs de Pernambuco: A percepção dos membros sobre os principais desafios para os comitês	109
TABELA 7 - CBHs de Pernambuco: a percepção dos membros dos comitês sobre os prováveis motivos.....	110
TABELA 8 - CBHs de Pernambuco: recebimento de orientações e informações sobre o funcionamento e função dos comitês.....	111
TABELA 9 - CBHs de Pernambuco: percepção dos membros dos comitês sobre a realização de capacitações com bons resultados.....	111
TABELA 10 - CBHs de Pernambuco: a percepção dos membros dos comitês sobre o conhecimento da população da bacia em relação à existência do Comitê	112
TABELA 11 CBHs de Pernambuco: para os casos de resposta positiva na TAB. 10, se os membros dos comitês percebem que a população da bacia sabe das suas realizações	113
TABELA 12 - CBHs de Pernambuco: percepção dos membros dos comitês sobre melhorias socioambientais na bacia depois da existência do comitê	113
TABELA 13 - CBHs de Pernambuco: as melhorias socioambientais percebidas pelos membros dos comitês após a sua criação	114
TABELA 14 – CBHs de Pernambuco: A percepção dos membros dos comitês sobre os fatores que têm facilitado o seu funcionamento*	116
TABELA 15 – CBHs de Pernambuco: a percepção dos membros dos comitês sobre os fatores cuja falta têm dificultado o seu funcionamento.....	117
TABELA 16 - CBHs de Pernambuco: O que tem prevalecido nas tomadas de decisões dos comitês, segundo a percepção dos membros entrevistados.....	119
TABELA 17 – CBHs de outros estados: a percepção dos membros de CBHs e de Comissões Pró-CBHs	121
TABELA 18 - CBHs de Pernambuco: Meios de comunicação das reuniões dos comitês.....	156
TABELA 19 - CBHs de Pernambuco: Exclusividade do espaço do escritório dos comitês...	156
TABELA 20 - CBHs de Pernambuco: Equipamentos disponíveis para a infra-estrutura dos comitês.....	156
TABELA 21 - CBHs de Pernambuco: Existência de apoio financeiro do FEHIDRO para os comitês.....	156
TABELA 22 - CBHs de Pernambuco: Auto-avaliação dos membros dos comitês sobre sua participação nas reuniões.....	157
TABELA 23 - CBHs de Pernambuco: percepção dos membros dos comitês sobre quais segmentos têm dificuldades.....	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEZM	Articulação das Entidades da Zona da Mata
AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AGEVAP	Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul
ANA	Agência Nacional de Águas
ASPAN	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
CAIG	Companhia Agroindustrial de Goiana
CAOP/MA	Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica (grafia no Brasil em geral)
CBH-GOIANA	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Goiana
CBH-IPOJUCA	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca
CBH-PCJ	Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivarí e Jundiá
CBH-PIRAPAMA	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama
CBH-JABOATÃO	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão
CBH-UNA	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Una
CBH-PS	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CECPA	Comissão Estadual de Controle da Poluição Ambiental
CEEIG	Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guafba
CEEIVAP	Comitê de Executivo de Estudos do Vale do Paraíba do Sul
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEHIPOM	Comitê de Sub-Bacias Hidrográficas dos rios Pomba e Muriaé
CEIVAP	Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CERJU	Comitê de Recuperação do Rio Jundiá
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CICPAA	Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar
CIPOMA	Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COBH	Comitê de Bacia Hidrográfica (grafia em Pernambuco)
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONRHIRGS	Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul
CONSEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
CONSÓRCIO PCJ	Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
CONSU	Conselho de Usuários de Água
CORHI	Comitê de Coordenação do Plano de Recursos Hídricos
CPPCA	Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'Água
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
CRH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CT-COB	Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso da Água
CT-IL	Câmara Técnica Institucional e Legal
CT-MH	Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DPRN	Departamento de Proteção de Recursos Naturais

DS	Desenvolvimento Sustentável
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FECOBH-PE	Fórum Estadual de Comitês de Bacia de Pernambuco
FEHIDRO	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FNCBH	Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
GBH	Gerenciamento de Bacia Hidrográfica
GI	Grupo de Bacias de Pequenos Rios Interioranos
GL	Grupo de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos
GL2	Grupo de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos 2
GT	Grupos de Trabalho
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCJ	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
PCJ FEDERAL	Comitê Federal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
PDS	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PIB	Produto Interno Bruto
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PROMATA	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata
RMR	Região Metropolitana do Recife
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SIGA	Sociedade em Instâncias de Gestão das Águas
SINDAÇUCAR	Sindicato do Açúcar e do Alcool
SIRH	Sistema de Informações de Recursos Hídricos
SRH	Secretaria Estadual de Recursos Hídricos
SRH/MMA	Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente
SIGRH	Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SUSAM	Superintendência de Saneamento Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UGRHI-PCJ	Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos PCJ
UNISINOS	Universidade do Vale do Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 JUSTIFICATIVA	18
1.2 OBJETIVO GERAL.....	19
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
2 A CARACTERIZAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	21
2.1 A REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS NOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA	22
2.2 AS FRAGILIDADES E FORTALEZAS DAS REPRESENTAÇÕES NOS CBHS	26
3 MARCO REFERENCIAL	31
3.1 UMA CONTRIBUIÇÃO DA VISÃO GEOGRÁFICA PARA A GESTÃO DAS BACIAS	32
3.2 A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	37
3.3 A POLÍTICA NACIONAL E ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS.....	44
3.4 OS SISTEMAS NACIONAL E ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	50
3.5 EXPERIÊNCIAS DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO BRASIL	52
3.6 OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO	63
3.6.1 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Pirapama.....	69
3.6.2 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Jaboatão.....	72
3.6.3 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Uma	73
3.6.5 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Goiana	81
3.6.6 O Fórum Estadual de Comitês de Bacia de Pernambuco	84
4 MATERIAL E MÉTODOS	86
4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	86
4.2 PESQUISA DE CAMPO	87
4.2.1 O universo, a amostra e as etapas na pesquisa de campo	87
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	92
5.1 DOCUMENTOS: ESTATUTOS, REGIMENTOS E ATAS.....	92
5.2 QUESTIONÁRIOS	103
5.2.1 Questionários aplicados aos membros da Diretoria dos CBHs em Pernambuco ..	103
5.2.2 Questionários aplicados aos membros dos comitês em Pernambuco.....	110
5.2.3 Questionários aplicados aos membros de comitês de outros estados.....	119
6 CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES	125
6.1 CONCLUSÕES	125
6.1.1 Quanto à Estrutura.....	125
6.1.2 Quanto ao Apoio Governamental	126
6.1.3 Quanto à comunicação e à participação	127
6.1.4 Quanto ao funcionamento.....	131
6.1.5 Quanto às Repercussões Socioambientais.....	133
6.2.1 Em relação à estrutura	134
6.2.2 Em Relação ao Apoio Governamental	135
6.2.3 Em Relação à Comunicação e Participação	135
6.2.4 Em Relação ao Funcionamento	136
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	139

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DA DIRETORIA DOS COMITÊS.....	144
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DOS COMITÊS.....	148
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DE CBHS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL	152
APÊNDICE D –OUTROS QUADROS E TABELAS	153

1 INTRODUÇÃO

A água é um bem fundamental, tanto para o equilíbrio dos ecossistemas quanto para a sobrevivência humana. Apesar de o planeta Terra possuir 2/3 de sua superfície cobertos por água, a sua disponibilidade para o uso humano se restringe a menos de 1%.

Atualmente, diante da grave e inequívoca crise ambiental global, este bem tem sido foco de atenções da comunidade científica e política mundial. O cenário em torno dos recursos hídricos do planeta como um todo é preocupante, pois na medida em que as fontes de água potável são reduzidas e poluídas, a competição por elas tem aumentado, em consequência imediata da expansão populacional, do crescimento de áreas urbanas, bem como das novas demandas agro-industriais.

O Brasil, embora seja privilegiado em quantidade de água doce (14% do mundo) possui sérios problemas em relação à qualidade e à distribuição deste recurso natural. Como exemplo, pode-se citar que a maior concentração de água doce (68,5%) se encontra na região Norte, que ocupa 45,3% do território nacional e é a menos povoada (6,98%), enquanto que a região Nordeste tem uma concentração de água doce de apenas 3,3%, e ocupa 18,3% do território nacional, porém concentra 28,91% da sua população. O GRÁFICO 1 evidencia claramente esta situação.

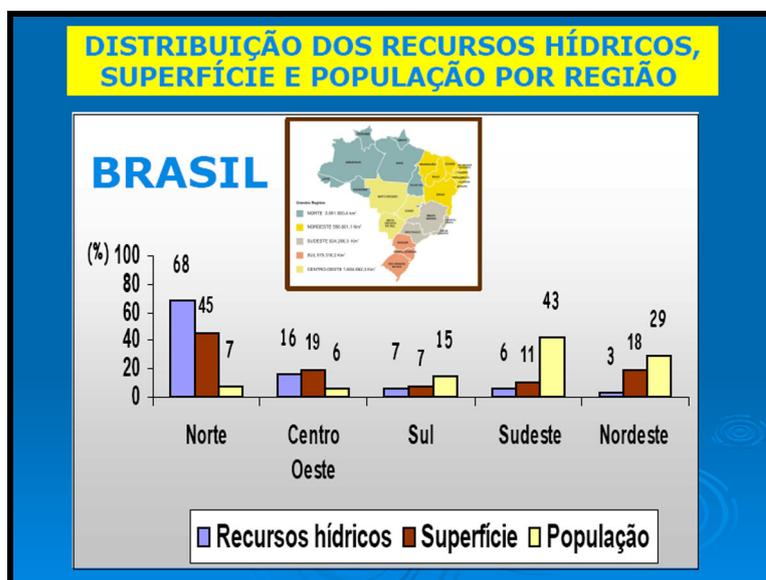


GRÁFICO 1 - Distribuição da água, da superfície e da população em % do total do país (2002)

Fonte: Disponível em: <http://www.ana.gov.br/Institucional/ASPAR/docs/P2_ANA_JoseMachado.pdf> Acesso em: 31 mar. 2007.

Se o Nordeste é a região mais problemática, devido à escassez de água, enfrentando secas periódicas, Pernambuco apresenta a situação mais crítica do Brasil em disponibilidade hídrica por habitante, com cerca de 1.320 m³/hab/ano (QUADRO 1). A

distribuição das chuvas evidencia uma pluviosidade média de 400mm no Sertão e 800mm no Agreste, enquanto na Zona da Mata e Litoral chega a 1.500 mm ou mais, em anos normais. As conseqüências são rios intermitentes e açudes temporariamente secos no interior, e um déficit de água para abastecimento urbano no litoral, particularmente na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Classe (m ³ /hab/ano)	Estado	Classe (m ³ /hab/ano)	Classe (m ³ /hab/ano)	Estado	Classe (m ³ /hab/ano)	
Abundância > 20.000	RR	1.747,010	Rico > 5.000	PI	9.608	
	AM	878.929		ES	7.235	
	AP	678.929		Equilíbrio > 2.500	BA	3.028
	AC	369.305	SP		2.913	
	MT	258.242	Pobres < 2.500		CE	2.436
	PA	217.058			RJ	2.315
	TO	137.666		RN	1.781	
	RO	132.818		DF	1.752	
	MS	39.185		AL	1.751	
	GO	39.185		SE	1.743	
Muito rico > 10.000	RS	20.789	Situação crítica < 1.500	PB	1.437	
	MA	17.184		PE	1.320	
	SC	13.662				
	PR	13.431				
	MG	12.325				

QUADRO 1 – Disponibilidade hídrica, por classe (m³/hab/ano), por estado

Fonte: (Barthl, 1999)

Para amenizar o quadro de má distribuição dos recursos hídricos, os países criaram legislações relativas à gestão dos recursos hídricos, que se consolidaram nestes últimos 35 anos. A legislação que recentemente serviu como modelo para o Brasil foi a francesa. O modelo de gestão nacional foi instituído pela Lei Federal n° 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Ela apresenta vários aspectos importantes para o correto gerenciamento dos recursos hídricos, ao incorporar os seguintes referenciais: a bacia hidrográfica como unidade de gestão; a água como um bem de todos e de valor econômico; a outorga e a cobrança como instrumento indispensável ao gerenciamento; e o gerenciamento integrado, descentralizado e participativo, criando para tal a instância colegiada chamada Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH, Apesar da legislação de Pernambuco atribuir ao comitê à sigla “COBH”, as dos demais estados e a legislação federal utilizam “CBH”. Por isso será adotada, neste trabalho, esta última sigla, por ser a mais utilizada no Brasil, estando respaldada pela legislação federal).

No país, o processo de implementação dos CBHs, bem como o entendimento do papel e potencialidade dos mesmos é relativamente novo e se apresenta em níveis diferenciados de implementação e difusão, portanto carente de atenções e estudos específicos. As mobilizações em torno destes órgãos colegiados têm sido mais expressivas nos estados do Sudeste e Sul, devido à existência de grandes conflitos pelo uso da água e onde o nível de

organização da sociedade e apoio governamental são expressivos, induzindo à criação de maior quantidade de comitês. Vale salientar que é na região Sudeste onde se encontram os comitês de melhor nível de atuação e sustentabilidade, inclusive utilizando a cobrança pelo uso da água (os CBHs do Piracicaba-Capivari-Jundiá e o Paraíba do Sul).

Ao constatar-se a importância atribuída pela legislação aos CBHs, por se constituírem em verdadeira alternativa de solução para os conflitos socioambientais e gestão integrada dos recursos hídricos; verifica-se na prática uma série de obstáculos e fragilidades que impedem o bom funcionamento da maior parte dos comitês no país. Portanto, a idéia central deste trabalho, direciona-se à análise desta problemática, correspondente ao ano de 2007 no Estado de maior déficit de água por habitante no país (Pernambuco).

De 1998 até 2007, foram criados nove CBHs no Estado, dos quais três (Moxotó, Pajeú e Mundaú) estão desarticulados. Atualmente, existem seis em atividade: Pirapama, Jaboatão, Ipojuca, Una, Goiana e Capibaribe. Dentre estes, o comitê do rio Capibaribe é de recente formação (2007) e, portanto, incipiente no processo de funcionamento. Por isso a pesquisa se restringiu aos outros cinco CBHs, que encontram-se no leste do Estado, área mais densamente povoada, onde são identificados grandes conflitos de uso das águas.

A pesquisa tem como público alvo os membros de CBHs. Acredita-se que através da obtenção de informações através das percepções destes protagonistas no que se refere às características de: estrutura (física, humana e organizacional); apoio institucional; comunicação e participação (articulação interativa, informações e capacitação) e funcionamento (os fatores que têm dificultado e os que têm facilitado o funcionamento e as melhorias socioambientais percebidas) nos CBHs, possibilitará a elaboração de uma avaliação do desempenho dos mesmos. Assim, identificando-se as dificuldades, os avanços e os desafios vivenciados pelos comitês, busca-se contribuir para a otimização do exercício das políticas públicas destinadas à gestão ambiental das bacias hidrográficas de forma sustentável e participativa no Estado.

1.1 JUSTIFICATIVA

A adequada análise da estrutura e funcionamento dos comitês de bacia torna-se indispensável, quando se pretende entender o papel desses CBHs no Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Acrescente-se a isso os seguintes pressupostos, como condição para à legitimidade e operacionalidade dos mesmos:

- a) O planejamento é uma condição prioritária para a sobrevivência humana, e planejar uma atividade requer conhecimento das condições atuais das relações humanas com os recursos hídricos, principalmente no que se refere ao processo da efetivação da legitimidade da unidade territorial para a gestão ambiental, através da atuação dos CBHs;
- b) Na implementação de Políticas Públicas é imprescindível à elaboração de diversas ações estrategicamente selecionadas (prioridades) para programar as tomadas de decisão, portanto as informações sobre: dificuldades, avanços e desafios dos CBHs de Pernambuco servirão de subsídios;
- c) Ocorrem especificidades e, portanto, diferenças e semelhanças nas formas de atuação de cada CBH, que, conhecendo-as haverá maior facilidade de se propor ações sócio-econômicas que promovam a integração setorial e geográfica, ou seja, uma sinergia mais adequada.
- d) O caráter dinâmico inerente à gestão ambiental e de recursos hídricos é carente de freqüentes avaliações e acompanhamento do processo de desempenho dos CBHs.

Somando-se aos motivos acima citados, o fato já citado de que Pernambuco é o Estado brasileiro de maior déficit hídrico por habitante e, que é notória a convivência com a problemática do abastecimento público precário (tanto em qualidade como em quantidade) e a respectiva aceleração da degradação ambiental. Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa sejam importantes para os futuros planos, programas e projetos que visem às tomadas de decisão, elaboração de estratégias e implementação de políticas públicas de visões sistêmicas e coerentes com os desejos sócio-ambientais mais harmônicos e equânimes.

1.2 OBJETIVO GERAL

Conhecer e avaliar os CBHS de Pernambuco, que funcionam há mais de dois anos, quanto às suas dificuldades, avanços e desafios, visando à otimização do exercício das políticas públicas que tenham por meta à gestão ambiental das bacias hidrográficas de forma sustentável e participativa no Estado.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as características de estruturação, comunicação, participação, apoio institucional e funcionamento de CBHs em Pernambuco;

- b) Identificar, em cada comitê, as dificuldades na organização, no processo de tomadas de decisão e na implementação dos Programas e Projetos;
- c) Identificar, no contexto de cada um e do conjunto dos comitês, os avanços ocorridos;
- d) Caracterizar os desafios à atuação plena dos CBHs existentes em Pernambuco.

2 A CARACTERIZAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Os CBHs são órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, que têm como área de atuação a totalidade de uma bacia hidrográfica, uma sub-bacia ou grupos de bacias contíguas. A regulamentação dos CBHs veio com a Resolução nº 05 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), alterada pela Resolução nº 24 de 2002, estabelecendo para sua composição os seguintes percentuais dos segmentos: até no máximo de 40% para representantes dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; no mínimo 20% para os votos dos representantes da sociedade civil (qualquer organização não pública, nem empresarial, cujas atividades estejam vinculadas de algum modo à água); e 40% de usuários de recursos (cujos usos dependem de outorga).

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, as principais atribuições do CBH são: solucionar e conciliar os conflitos gerados pelos usos múltiplos da água, em primeira instância; participar da elaboração, aprovar e acompanhar o Plano Diretor de Bacia; e promover e divulgar debates na região dos programas, serviços e obras a serem realizadas sobre questões de interesse da comunidade, apresentando metas, benefícios, custos e riscos sociais, ambientais e financeiros.

O órgão executivo do CBH é a Agência de Bacia, cuja criação está prevista na legislação. Suas atribuições, segundo a Lei Federal, são: elaborar e atualizar, com a participação do respectivo CBH, o Plano Diretor de Recursos Hídricos da respectiva bacia; promover os estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação; manter balanço atualizado da disponibilidade de recursos hídricos na bacia; acompanhar a administração financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em sua área de atuação; analisar e emitir pareceres sobre os projetos e obras a serem executados na sua área de atuação, além de outras.

A Agência de Bacia possui uma função bastante estratégica no gerenciamento dos recursos hídricos da bacia. Este braço executivo (técnico) do comitê deve promover uma maior agilidade na execução das ações deliberadas, pela sua proximidade ao comitê, bem como pela sua exclusividade de foco territorial. Enquanto as Agências de Bacia dos CBHs não forem criadas, suas funções são exercidas pelo órgão gestor do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGRH), que atualmente em Pernambuco é a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (SRH), criada através da Lei nº 13.205, de 10 de janeiro de 2007, cuja missão é a de formular e executar as Políticas de Recursos Hídricos e de Saneamento.

O suporte financeiro dos CBHs deve vir, prioritariamente, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), que pode ser formado por: repasses do Estado e transferências de municípios; transferências da União e de outros Estados destinadas à execução de planos e programas de recursos hídricos de interesse comum; receitas decorrentes da compensação financeira que o Estado ou municípios transferir com relação aos aproveitamentos hidroenergéticos em seus territórios; produto da cobrança pela utilização dos recursos hídricos; produto de aplicações de multas cobradas dos infratores da legislação relativa aos recursos hídricos, além de outros. O FEHIDRO, segundo a supracitada Lei Estadual, deverá ser movimentado na conta única do Estado e deve ser administrado pelo órgão gestor estadual de recursos hídricos (SRH).

A captação de recursos para o FEHIDRO, bem como a sua boa aplicação e transparência no uso destes recursos financeiros, são, também, fatores de fundamental importância para a gestão eficaz dos recursos hídricos. Vale salientar a importância da receita arrecadada com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em cada bacia, pois, no mínimo 70% do seu valor deverão ser aplicados na própria bacia onde foi arrecadada.

2.1 A REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS NOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

A possibilidade da existência de um espaço público de composição plural entre poder público, usuários da água e sociedade civil, de natureza deliberativa, representa uma conquista galgada através dos questionamentos sobre o papel do Estado como principal agente indutor das políticas sociais. Recentemente, os mecanismos de participação convergem principalmente para a criação de novos canais e artifícios na relação entre a sociedade civil e a esfera pública (DAGNINO, 2002). O grande desafio dessas práticas acha-se na verdadeira efetivação da democracia nos procedimentos de gestão dos assuntos públicos.

A Lei nº 9.433/97, no seu Art. 39, diz que:

- Os Comitês de Bacia Hidrográfica são compostos por representantes:
- I - da União;
 - II - dos Estados e do Distrito Federal cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação;
 - III - dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação;
 - IV - dos usuários das águas de sua área de atuação;
 - V - das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

No intuito de evitar inúmeras citações de leis, se pode resumir que a institucionalização dos três segmentos, nos CBHs, visa à concretização do atendimento a três pilares da gestão ambiental dos recursos hídricos:

- a) descentralização das decisões para uma gestão compartilhada;
- b) democratização visando uma equidade na participação;
- c) integração das ações como condição para a sustentabilidade.

Conduzindo a um enfoque mais específico, é importante analisar a definição de cada segmento:

Poder Público – compreende, neste caso, todos os órgãos e entidades integrantes da administração pública federal, estadual e municipal, cujas competências estejam associadas ao disciplinamento do uso dos recursos hídricos. Dada à extensão territorial do Brasil, e levada em conta a impossibilidade concreta de os órgãos federais darem conta da gestão de cerca de 12% de toda água doce disponível no mundo (ANA, 2007), considera-se que os órgãos estaduais e municipais passam a contribuir com o sistema, os quais agem não apenas com poder delegado, mas são dotados de poder próprio. Nesse sentido compete ao Poder Executivo Federal (Lei nº 9.433/97, Artigo 29):

- I - tomar providências necessárias para a implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos ;
- II - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera e competência;
- III - implantar e gerir o Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos em âmbito nacional;
- IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental

Neste mesmo contexto, compete aos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal (Lei nº 9.433/97, Artigo 30):

- I - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos e regulamentar e fiscalizar os seus usos;
- II - realizar o controle técnico das obras de oferta hídrica;
- III - implantar e gerir o Sistema de informações sobre Recursos Hídricos em âmbito Estadual e do Distrito Federal;
- IV - promover a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental.

Também ficou estabelecido na mesma Lei, Artigo 31, que os Municípios e o Distrito Federal devem promover a integração de suas políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente, com as políticas federal e estadual de recursos hídricos.

Sociedade Civil – a oportunidade de inserção deste segmento é percebida com entusiasmo em torno do fortalecimento do significado do que vem a ser patrimônio público e, ao mesmo tempo, representa rupturas com a dinâmica predominante. Acselrad (2001, p. 75) descreve com clareza à respeito deste assunto, quando se reporta à noção do que vem a se constituir em espaço público para a sociedade grega: “na democracia grega a noção do espaço

público procura descrever a instância em que os homens se reconhecem como iguais, decidem e discutem em comum” (ACSELRAD, 2001, p. 75) isto é, lugar onde se exerce a política.

O pesquisador ressalta que “no Brasil a história da apropriação da natureza, tanto no uso do território como na constituição das instituições políticas, o interesse de poucos se impôs ao mundo de todos” (ACSELRD 2001, p. 75). Na seqüência, afirma que este comportamento vem a evidenciar dois processos que caracterizam a territorialidade do capitalismo brasileiro: a concentração crescente do poder de controle dos recursos naturais nas mãos de poucos agentes e a privatização do uso do meio ambiente, com a conseqüente socialização dos prejuízos ambientais e econômicos.

Neste sentido, Foladori (2001) argumenta que deve se buscar a solução para as questões sociais e ambientais em primeira instância, em vez das soluções técnicas, pois estas não resolveriam as contradições sociais e sim, se sobreporiam a elas, muitas vezes aprofundando-as. Nesta perspectiva, as técnicas, longe de serem neutras, seriam dispositivos que expressam interesses de determinados grupos.

A reflexão deve ser centrada em torno do fortalecimento do espaço público e na abertura da gestão pública à participação da sociedade civil “devidamente qualificada”, na elaboração das políticas públicas, e na sempre complexa e contraditória institucionalização de práticas participativas, que se confronta com os interesses e poderes capitalistas.

No que se refere à qualidade da participação do segmento sociedade civil em Pernambuco, conta-se com uma pesquisa realizada por Moreira e Mesel (2006), onde foram levantados os fatores que dificultam a participação deste segmento, tanto em relação à assiduidade nas reuniões, quanto ao nível de contribuição nas discussões e proposições. Os resultados obtidos de questionário aplicado a 27 pessoas (10 membros de diretoria de comitês e 17 técnicos ligados ao setor), foram os seguintes: a) falta de recursos (77,8%); b) capacitação insuficiente (77,8%); e informação insuficiente (55,6%). Segundo os autores,

Esta falta de recursos é de toda ordem. Como as bacias perpassam vários municípios, alguns membros deste segmento, que vivem em municípios diferentes de onde há reunião do COBH, têm dificuldade de ir para a reunião por dois motivos: dificuldade de transporte e dificuldade de se ausentar do trabalho. Enquanto os membros dos segmentos usuários e poder público têm transporte, às vezes até diária e liberação da atividade no trabalho, os representantes do segmento sociedade civil muitas vezes não têm transporte, nem ajuda de custo e têm dificuldade de faltar ao trabalho, quando não é empregado da entidade que representa. O agricultor deixa de produzir naquele dia em que vai a reunião, enquanto o empregado precisa convencer ao patrão para não levar falta e ter seu dia descontado no salário. (MOREIRA e MESEL, 2006, p. 9)

Compreende-se por segmento da sociedade civil, que não se trata da participação da população como um todo (embora seja admitida a sua presença sem o direito a voto), mas

sim, de representantes de organizações da sociedade civil com existência legalmente formalizada, atuantes na área da bacia e com atividades ligadas aos recursos hídricos.

Usuário – a definição deste segmento não foi feita explicitamente na legislação. Ficou à mercê da interpretação de diversos artigos da Lei Federal e Estadual. Em sentido geral, pode se considerar que o usuário é todo aquele que faz uso da água de um corpo hídrico para os diversos usos, inclusive o consumo próprio, ou seja, o consumidor final de água potável em sua residência. Entretanto, um exame mais atento das definições contidas na legislação aponta em outra direção, haja vista quando preconiza à respeito da situação de escassez, que o uso prioritário dos recursos hídricos deve ser, em primeiro lugar, para o consumo humano, seguido da dessedentação de animais. Outro reforço se faz quando mencionada a garantia do uso gratuito da água para as primeiras necessidades da vida, garantindo inclusive o acesso a todas as águas, mesmo aquela localizada em terreno particular; sendo este uso das águas designado como uso comum.

Discernimento mais evidente à respeito do que vem a ser usuário encontra-se referenciado quando a Lei 12.984/05 estabelece os usos sujeitos a outorga (Art. 16) e a cobrança (Art. 22).

De uma forma geral a outorga deve ser requerida para obras e ações que alteram o regime, a quantidade ou a qualidade das águas (subterrâneas ou superficiais). Porém, existem os pequenos usos que não dependem de outorga, isto é, as derivações, captações, acumulações, obras e lançamentos considerados insignificantes quanto aos seus impactos sobre os recursos hídricos. A determinação da necessidade ou não da utilização da outorga é atribuída ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, ouvindo sugestões dos comitês de bacia, e deverá ter em conta o volume e o uso do recurso hídrico utilizado ou desviado, que poderá ser considerado insignificante, e por isso gratuito. Desta distinção resulta a principal característica do usuário e a razão de sua participação nos organismos de gestão dos recursos hídricos: seu interesse econômico no “bem” água, e a perspectiva de vir a contribuir economicamente para a manutenção e recuperação dos recursos hídricos.

Machado (2003), esclarece que no entendimento atual, usuário não pode ser confundido com o consumidor final, que pagará na sua conta o acréscimo que será cobrado em razão da transferência dos custos, a partir da instituição da cobrança do uso dos recursos hídricos. Usuário, então, é aquele cujo uso da água necessita de outorga e é passível de cobrança pelo seu uso.

2.2 AS FRAGILIDADES E FORTALEZAS DAS REPRESENTAÇÕES NOS CBHS

Considerando-se que as decisões tomadas nos CBHs devem nortear a implementação das políticas públicas referentes ao recurso água, as quais se destinam a sociedade como um todo, os representantes da sociedade civil é, indiscutivelmente, o segmento mais frágil: dependente de recursos externos; é geralmente descapacitada tecnicamente; e inferiorizada numericamente nas cotas de representação deste segmento nos comitês. No caso de Pernambuco é de apenas 20%, enquanto que as cotas do poder público e a dos usuários são de 40% cada.

É certo que os interesses difusos e coletivos não são mais geridos somente por funcionários públicos e pelas pessoas que foram eleitas através da representação partidária, mas, ainda existe um grande vácuo a ser preenchido para a concretização dos critérios democráticos e descentralizadores na efetivação da participação da sociedade civil, através da suas representações.

Neste contexto encontramos diversos questionamentos e percepções a respeito, que evidenciam fragilidades:

a) Cardoso (2003), considera que: “a interpretação do que é poder público, usuário e sociedade civil é extremamente variada” geralmente afetando os verdadeiros interesses da coletividade, ora atendendo a interesses do poder público, ora do usuário. Para exemplificar: uma companhia estatal de abastecimento d’água deve fazer parte da cota de poder público ou da de usuário? Uma associação de usuários deve fazer parte da cota da sociedade civil ou da de usuários? Outra fragilidade apontada é a falta de “autonomia financeiro-administrativa dos órgãos descentralizados. No caso da quase totalidade dos comitês, essa autonomia ainda está longe de ser concretizada e algumas propostas têm claramente apontado no sentido de cercear as possibilidades de que efetivamente aconteça” (CARDOSO 2003, p.41).

Mais uma fragilidade citada é que “a bacia é um redelineamento territorial que se sobrepõe às divisões político-administrativas tradicionais entre municípios, estados e países”. Em conseqüência, depara-se com conflitos de interesses políticos territoriais. A atuação das instituições segue lógicas próprias de recorte territorial que, embora muitas vezes englobem vários municípios, dificilmente correspondem aos limites de uma bacia hidrográfica. Também afirma a não existência de “qualquer tipo de identidade social que corresponda aos limites da bacia hidrográfica”. A diversidade de atores que estão trabalhando na sua gestão possui

percepções espaciais calcadas em outras referências territoriais conflitantes, carentes de serem absorvidas por consensos ou acordos em prol desta nova percepção.

b) Dagnino (2004), que em seu estudo analisa o processo de inserção da participação da sociedade civil nas decisões políticas, afirma a existência de uma “confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal”. Em outras palavras, afirma que de um lado ocorreu um alargamento da democracia conquistado pelos movimentos sociais e pela luta contra o regime militar (alguns setores da sociedade civil), e do outro lado, o Estado passa a reduzir as suas responsabilidades como provedor dos direitos sociais (Estado Mínimo), se ajustando desta forma ao modelo neoliberal, transferindo estas responsabilidades para a sociedade. A problemática se instala no momento em que se percebe que ambos os projetos apontam para uma sociedade civil ativa e propositiva. Mas, segundo a autora, esta identidade é apenas uma aparência. Na verdade são utilizadas referências comuns (participação, democracia, cidadania etc) e uma estratégica confusão e troca de papéis entre o poder público, usuários e sociedade civil, onde estes últimos são as maiores vítimas em prol dos interesses neoliberais. Porém, tem-se conhecimento que, pelo comportamento sistêmico da natureza, todos sairão perdendo. Dagnino (2004) complementa esta linha de pensamento, salientando que hoje vivenciamos uma tensão, ou seja, uma disputa de “deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido são as principais armas”. Daí a referida perversidade e a dificuldade de se colocar esta situação de forma clara: “Que interesses estão sendo atendidos?” (DAGNINO 2004, p. 97).

c) Vogt (2005) elabora uma visão interpretativa à respeito da importância da linguagem para a vida em sociedade, sendo a comunicação fundamental para a sua organização social e condição de vida afirmando que “sendo, pois, de natureza eminentemente simbólica, o jogo de representações acionado pela atividade lingüística põe a linguagem na cena de um espetáculo maior e mais complexo: o da história, da cultura e das máscaras sociais que, embora coladas ao nosso rosto, nem sempre sabemos o que significam e nem porque as portamos”(VOGOT, 2005, p.4).

Como a democracia é um processo resultante, entre outras, das formas de comunicação social, constitui-se numa necessidade por significar um bem, um fim e um propósito a ser buscado e preservado pela capacidade simbólica de representação das instituições através dos tempos. A realidade tem múltiplos significados, daí a necessidade que haja um processo de nivelamento dos protagonistas sobre os temas a serem abordados para que se chegue a um entendimento. Acredita-se que a eficácia política e social das democracias depende tanto das influências históricas, políticas e culturais, como também do entendimento

sistemático dos seus significados e representações, e que, dessa maneira, adquiram condições de contribuir e avaliar de forma consciente para o aprimoramento de uma gestão descentralizada, integrada e participativa para a satisfação real de seus sonhos e necessidades. Jacobi (2004) reforça esta necessidade ao observar que existe certo equívoco na legislação quando pressupõe um determinado nível de acesso a informações técnicas por parte da sociedade civil. Ele destaca que o conhecimento técnico é reservado a especialistas e, por outro lado, que o processo decisório nos CBHs é fundamentado no fluxo de informações, muitas vezes utilizando expressões, conceitos e processos desconhecidos por parte dos membros, sendo a maioria destes da sociedade civil.

d) Funtowicz e Ravetz (1997), afirmam que:

a complexidade que envolve o cotidiano humano diante do aumento das incertezas e dos riscos, quando se propõe resolver mecanicamente os problemas ambientais, apontam para o uso de medidas cautelares e tomadas de decisão por um fórum ampliado de atores, maximizando o conhecimento cultural envolvido e minimizando as desigualdades e os erros gerados por tais medidas (apud SOUSA JÚNIOR, 1997, p. 128).

Este pesquisador atribui à participação social um importante instrumento de mudança e sustentabilidade, ponto crucial na gestão dos recursos hídricos, dentro do modelo adotado pelo país.

A influência da sociedade nos fóruns específicos, com participação ponderada pela representatividade de suas entidades, fará avançar positivamente o sistema de gestão. Acrescenta, entretanto, que se deve considerar ainda que os comitês de bacia devam possuir autonomia para tratar de questões co-relacionadas, e não somente as que tratam da água de maneira direta, ainda que de forma cooperativa ou consorciada. Estas outras questões, tais como outros problemas ambientais e socioeconômicos, dentro da sua área de atuação, devem ser discutidos nos comitês, uma vez que estes têm relação estreita com a questão da degradação/recuperação dos mananciais hídricos.

e) Tarqui e Silva (2004) fazem esclarecimentos importantes no que se refere ao processo decisório nos CBHs, ao considerar que a demanda dos diferentes segmentos da sociedade na gestão dos recursos hídricos ter como principal obstáculo a falta de um espaço administrativo de interação, que facilite a transferência das decisões oriundas da sociedade para o poder público, de forma plena. Significa, portanto, um entrave para à efetivação da participação. Estes pesquisadores fazem uma análise da aplicação das políticas de recursos hídricos no contexto nacional, mostrando a sua relação com a organização da administração pública, para identificar os fatores político-institucionais que fundamentam esta dificuldade, e

propondo, inclusive, uma reforma integrada das instituições do Estado. Chamam a atenção para a diferenciação existente entre descentralização, que é vista como processo de transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, e a desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de programas, projetos e atividades, sem transferência da autoridade e autonomia decisória. Esclarecem também, que o processo de descentralização pode se dar sob duas formas diferentes e complementares:

1) Descentralização Estado-Estado - transferência de funções e responsabilidades de gestão de instâncias espacialmente diferenciadas, da mais ampla para a mais reduzida e local. Inclui a transferência de funções e responsabilidades da União para Estados e municípios e dos Estados para municípios e a transferência de responsabilidades dentro da mesma instância para suas unidades descentralizadas no espaço (do INCRA, em Brasília, para as Superintendências Regionais, por exemplo);

2) Descentralização Estado-Sociedade - democratização da gestão e transferência para a sociedade da capacidade de decisão e execução de atividades, gestão de recursos e prestação de serviços, tradicionalmente concentradas nas mãos das unidades estatais e governamentais. Esta descentralização pode ser diferenciada em dois cortes, segundo o tipo de repasse de responsabilidades: decisão e deliberação - com transferência de responsabilidades na definição das políticas - e execução - transferência para a sociedade da função executiva dos projetos, atividades e serviços públicos (terceirização com diversas formas de participação e regulação pública). (TARQUI E SILVA, 2004, p. 5).

Por fim, é indicada como obstáculo, a ausência de uma estrutura de transferência das demandas e problemas do nível municipal para o nível da bacia hidrográfica. Paralelamente, no nível municipal existe uma necessidade da abordagem das questões ambientais no processo do planejamento municipal, devido à promulgação do Estatuto da Cidade e ao processo de descentralização de alguns setores, como turismo e agricultura. Como alternativa, os pesquisadores admitem a possibilidade em adotar o município como uma unidade alternativa inserida na Bacia Hidrográfica, pois “municípios com um forte poder decisório sobre setores vinculados aos recursos hídricos facilitarão o processo de planejamento e gestão no contexto regional – bacia hidrográfica”. No nível municipal, o processo de transferência do poder decisório do poder público à sociedade é mais simples, segundo os autores.

Assim, se pode concluir que estes vários “pensares” desembocam numa mesma “foz receptora”, embora possuam pontos diferentes de visualização e significados (“nascentes”) da problemática. Eles fluem para um ponto comum: a necessidade de uma re-qualificação pedagógica inclusiva e interativa, pois o levantamento de um diagnóstico, a construção de um plano de ação, os elementos que levam a uma decisão, e o entendimento das atribuições e limites dos comitês de bacia são de natureza cognitiva e construtivista. Esta re-

qualificação é prioritária neste processo devido à necessidade que os participantes têm de elaborarem acordos e constituírem conceitos e imagens coletivas de forma solidária e, principalmente, em iguais condições. Neste sentido, Touraine (1996, p.37) nos concede uma síntese memorável: “o que mede o caráter democrático de uma sociedade não é a forma de consenso ou participação que ela atinge, mas a qualidade das diferenças que ela reconhece e que ela gere, e a intensidade e a profundidade do diálogo entre experiências pessoais e culturais diferentes uma das outras”.

3 MARCO REFERENCIAL

A atual pressão sobre os recursos hídricos no planeta é causada tanto pelo crescimento populacional quanto pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado na maioria dos países, aliados à idéia de que a água é um recurso infinito, tem levado a uma perigosa escassez desse recurso indispensável para a vida. O crescimento urbano às custas de aterro de mangues, lagoas, e nascentes; falta de saneamento básico; indústrias que jogam seus efluentes sem tratamento nos cursos d'água; órgãos de comando e controle frágeis e desaparelhados; hábitos produtivos perdulários e inseqüentes; baixo nível de consciência em relação à interdependência entre o homem e o meio; tudo isso tem se tornado um lugar comum no cotidiano do uso e ocupação do planeta pela sociedade.

A necessidade de planejamento governamental deste recurso tornou-se, então, condição primordial para a sobrevivência humana, e planejar requer conhecimento das condições atuais, geradas historicamente, das relações do homem com a água. Mas como planejar? Somente os políticos, técnicos e especialistas dentro de um gabinete, observando mapas e dados secundários, e definindo ações cujas conseqüências interferem na vida de toda a população da região? Ou, de outra forma, junto com entidades da sociedade civil organizada e usuários da água, desde a elaboração do diagnóstico das condições atuais e estabelecimento de prioridades, até as proposições de programas, projetos e ações, cuja execução e avaliação devem envolver esses segmentos, como protagonistas co-responsáveis pelo futuro de todos?

Este processo denomina-se por política pública, isto é: um conjunto coerente e integrado, de informações, idéias, estratégias, ações, resultados e avaliações, construídos com a participação, a mais abrangente possível, dos diversos segmentos sociais, que é de interesse de todos e cujos resultados também atingem a todos. Mas a forma de planejar depende de decisão política. As decisões políticas envolvem uma complexa rede de relações de interesses e influências que consiste no que denominamos de sistema político. Para Touraine (1998, p. 98), a democracia “é necessária devido à pluralidade de interesses que se forma e à existência de conflitos insuperáveis de valores. A democracia é o meio político de salvaguardar a diversidade social e cultural dos membros da sociedade nacional ou local.” A justificativa se baseia no fato de que se a pluralidade dos interesses pudesse ser resolvida e resultasse em decisões equânimes que contemplassem uma gestão racional da divisão de trabalho e dos interesses, a democracia então seria dispensável. Como o desenvolvimento econômico supõe ao mesmo tempo concentração de investimentos e repartição dos produtos deste crescimento

diante da inexistência de regras técnicas para isto, cabe às decisões políticas realizar estas escolhas - sendo que a democracia é o reconhecimento deste processo.

Na busca de alternativas conciliadoras amplia-se o conceito de desenvolvimento sustentável, exigindo adaptações para a integração de objetivos econômicos, sociais e ambientais, induzindo, assim, a uma (r)evolução nas concepções da gestão pública, inclusive dos recursos naturais. No gerenciamento dos recursos hídricos, o CBH, foi criado com o objetivo de se constituir num instrumento de gestão para tomadas de decisão e formulação de políticas, tendo por área de atuação o território da bacia hidrográfica, no intuito de garantir escolhas democráticas por se constituir em um órgão colegiado composto por representantes do poder público, usuários e sociedade civil.

3.1 UMA CONTRIBUIÇÃO DA VISÃO GEOGRÁFICA PARA A GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS

Uma análise que envolve estudo ambiental que considera a bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento sócio-ambiental, não poderia se furtar ao enfoque sobre o entendimento do que vem a ser o território da bacia hidrográfica. No aspecto físico, bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso de água é o conjunto de terras que fazem a drenagem da água das precipitações escoarem das partes mais elevadas para as mais baixas até o encontro de um curso de água principal coletor. É uma área geográfica e, como tal, mede-se em km² ou em unidade equivalente. Esta é a base natural visível e concreta, que quando acrescentamos a noção do que vem a se constituir território da bacia hidrográfica, nos remete a idéias não mensuráveis e também abstratas que estão relacionadas ao comportamento humano, que repercutem em ações nesta base natural.

Tradicionalmente as concentrações humanas se fazem principalmente nas margens propícias destas áreas de drenagem e um dano causado em uma parte pode afetar toda a bacia hidrográfica. Logicamente, na construção das atividades humanas sobre esta área, estão interrelacionados vários elementos (históricos, culturais, sócio-econômicos, políticos e institucionais) que produzem a estrutura funcional através da dinâmica das relações humanas, condicionada a seus respectivos valores.

Portanto, o território da bacia hidrográfica representa o cenário da concatenação entre a base física e biológica, e as características sociais, com suas respectivas formas de intervenções na busca da satisfação de suas necessidades de produção e reprodução (com usos múltiplos da água), sendo também esta, a área de atuação dos CBHs.

Na intenção de evitar confusões, são necessárias algumas ressalvas que darão maior consistência a esta dissertação. Lanna (1995, p.61), se preocupou em dirimir uma dessas confusões ao explicar que Gerenciamento de Bacia Hidrográfica (GBH), é diferente de Gestão de Recursos Hídricos, pois o primeiro é sistêmico e globalizado, enquanto o segundo, apenas refere-se à gestão de um único recurso – a água. Porém, ocorre a ausência da contextualização da visão geográfica sobre o território, pois a unidade da bacia hidrográfica não é apenas uma unidade espacial, sentindo-se a necessidade de atribuir o significado do que representa o território. Une-se aqui o pensamento de Raffestin (1980, p. 143), que afirma “ser o espaço um fato anterior ao território, pois este é resultante das relações de trabalho e evidentemente das relações de poder. O território se apóia no espaço, é uma produção em cima deste”. A adição do ângulo do poder na compreensão do funcionamento do CBH é procedente pela perspectiva de uma comunicação social necessária que assegure a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações. Toda a sociedade humana, sempre se apresenta dotada de poder de mando e, por mais remoto, até onde alcancem os mais antigos vestígios deixados pelo homem, são sempre encontrados os humanos vivendo em sociedade e uma autoridade dirigindo o grupo. Para a comprovação destas afirmativas, não se precisa recorrer a um retrospectivo histórico (pois escaparia a proposta inicial), pois existem exemplos concretos.

Um exemplo é a observação do desenho do tecido da ocupação humana com suas instalações e estruturas de comunicações (a malha urbana) representada por uma tessitura viária ligando pontos e nós, formando uma rede de concentração, obedecendo a uma lógica de hierarquia e de finalidades operacionais, como mostra a FIG. 1.



FIGURA 1 - Estrutura viária de malhas, pontos e nós do bairro de Santo Antônio
Fonte: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/micro1_1.jpg>

Alguns conceitos expostos por Lanna (1995, p. 18) vêm ratificar a coerência das percepções referidas acima, como GBH, “instrumento que orienta o poder público e a sociedade, no longo prazo, na utilização e monitoramento dos recursos ambientais – naturais, econômicos e sócio-culturais, na área de abrangência de uma bacia hidrográfica, de forma a promover o desenvolvimento sustentável”. Lanna (1995, p. 62) também define o GBH como “processo de negociação social, sustentado por conhecimentos científicos e tecnológicos, que visa a compatibilização das demandas e das oportunidades de desenvolvimento da sociedade com potencial existente e futuro do meio ambiente, na unidade espacial de intervenção da bacia hidrográfica”.

Ao se considerar o ângulo do poder exercido sobre a unidade espacial, ou seja, o território da bacia hidrográfica; principalmente quando se trata de compatibilizar as demandas dos usos múltiplos da água como também das oportunidades de desenvolvimento, tornam-se evidentes as dificuldades para a realização das propostas de descentralização das decisões, estabelecidas pela política de gestão dos recursos hídricos e o cumprimento dos princípios democráticos que devem nortear a integração e a participação dos segmentos representantes nos CBHs, os quais serão observados no desenvolvimento deste estudo.

Portanto, quando se atribui a noção de território ao espaço geográfico de uma bacia hidrográfica também se atribui poder, em forma de aquisição de autonomia e respeito às suas atribuições legalmente respaldadas aos CBHs. Entretanto, as relações de poder e os mecanismos de controle e dominação centralizadores, no contexto da realidade do país, entram em confronto com os princípios da GBH, que por sua vez, impedem ou dificultam a obtenção de autonomia desses órgãos colegiados.

Compartilhando com o conceito de território, Cardoso (2003, p. 40) faz referência a uma série de fragilidades na incorporação da bacia como unidade de gestão. Dentre elas cita que “a bacia é um redelineamento territorial que se sobrepõe às divisões político-administrativas tradicionais entre municípios, estados e países” e alguns conflitos ocorrem devido à disputa pela manutenção da autoridade imbuída de interesses particulares.

O tipo de organização estabelecida ainda hoje na sociedade, sem dúvida gera grandes desordens na natureza (decisões políticas centralizadas). A crise ambiental coloca, dessa maneira, em cheque o modo de produção e, respectivamente, as suas leis e lógicas de expansão econômica. Na linha de resistência, Acsehrad (2001) identifica os movimentos sociais

articulados às lutas democráticas pela implantação de um novo modelo de cidadania, visando à defesa do direito a um meio ambiente equilibrado, com acesso a bens coletivos como a água e o ar em níveis e qualidade compatíveis com condições

adequadas à existência, a garantia de uso sustentável do patrimônio natural, freqüentemente degradados pelo uso privado, incompatível com os interesses coletivos da sociedade. (ACSELRAD, 2001, p. 81)

O século XXI ainda arrasta consigo o problema insolúvel da desigualdade social, que se revela nas formas de uso do território como reflexo das interconexões dos diversos tipos de concentração de poder, que leva, conseqüentemente, a extinção de diversas formas de paisagens, culturas e de vidas (animal, vegetal e humana).

É interessante esta união dos movimentos sociais às lutas democráticas por serem estratégicas, pois ao mesmo tempo em que estabelecem princípios democráticos, reivindicam as seguintes condições:

a igualdade no usufruto dos recursos naturais e na distribuição dos custos ambientais do desenvolvimento; a liberdade de acesso aos recursos naturais, respeitados os limites físicos e biológicos da capacidade de suporte da natureza; a solidariedade entre as populações que compartilham o meio ambiente comum; o respeito à diversidade da natureza e os diferentes tipos de relação que as populações com ela estabeleçam; e a participação da sociedade no controle das relações entre os homens e a natureza (NASCIMENTO, 2003, p.56)

Por fim, toda a (co)relação e (co)operação se justifica pela condição do meio ambiente se constituir em suporte natural da vida e do trabalho.

Será uma mera coincidência ou estamos falando da mesma coisa quando nos referimos às questões da gestão de bacias hidrográficas?

O fato é que a atual institucionalidade é desenhada segundo novos paradigmas de gestão, principalmente pela democracia participativa, buscando equilibrar as relações de poder dentro de uma bacia hidrográfica, que tem por base o próprio meio ambiente (daí o seu caráter sistêmico e integrado em suas variadas especificidades físicas e humanas) e sua articulação se processa através dos comitês de bacia hidrográfica.

Dentre outros representantes, a sociedade civil é a parte mais fragilizada, encontrando-se por diversos motivos, despreparada e desmobilizada para lutar em condições de igualdade. Neste sentido é interessante mencionar a semelhança entre a parábola da aranha de muitas pernas que lutava pelo direito de livre acesso aos lugares desejados e os movimentos sociais em busca da efetiva participação da sociedade civil nas tomadas de decisão no Brasil: após tantos atritos e batalhas, a aranha, coitada, teve suas pernas arrancadas! Porém, para lhe servir de consolo, obtive, por honra e mérito, a liberdade legal para andar por onde quisesse. Já a Lei que criou os comitês de bacia, de princípios democráticos e descentralizadores, é uma das melhores do planeta, mas a participação da sociedade na efetivação dos processos decisórios deixa muito a desejar. Anda ruim das pernas, ou estas foram cortadas?

Cabe ao geógrafo o privilégio de pensar, estudar e interpretar a dinâmica da coexistência humana e suas conexões socioambientais. As categorias de análise ou conceitos-chaves desta ciência são: território, espaço, lugar, região e paisagem. Neste contexto foi dada maior ênfase à categoria território. Vale salientar que vários pensadores formularam diversos enfoques sobre esta categoria de análise. Nesse universo, destacam-se: Rogério Haesbaert, Marcelo Lopes de Souza, Marcos Aurélio Saquet, Manuel Correia de Andrade, além de Milton Santos, que afirma:

na prática social, sistemas técnicos e sistemas políticos se confundem, e é por meio das combinações então possíveis e da escolha dos momentos e lugares de seu uso que a história e a geografia se fazem e refazem continuamente (SANTOS, 2000, p.142).

Sem intenções de entrar nos detalhes referenciados pelos autores mencionados em relação às suas interpretações sobre o território, pode-se constatar a seguinte característica comum: as idéias de poder e de mecanismos de controle e dominação foram citados por todos como fundamentais para a caracterização do território.

A gestão integrada dos recursos hídricos é uma prioridade absoluta além de se constituir (teoricamente) no estabelecimento de um território necessariamente de caráter democrático. Inexoravelmente, a água é fundamental para a existência de todas as espécies de vida, em seus diversos modos, formas, tamanhos, cores e sentidos. A própria natureza nos conduz, com sutileza, á evidente interdependência entre a vida e os recursos naturais. Por coincidência, ou ironia do destino, as folhas das árvores trazem consigo a marca, o desenho, o registro fiel deste mútuo pertencimento, exercido pelas ligações de (co)responsabilidade e (co)operação no que se refere a rede de drenagem dos líquidos. Será que também há coincidência, na ocorrência deste mesmo sinal sutil, na ramificação da nossa corrente sanguínea, tão semelhante à rede hidrográfica (FIG. 2)?

Aproveitando a analogia entre as FIG. 1 e 2 (as tessituras das malhas viária urbana, bacia hidrográfica, da folha e do sistema sanguíneo humano), se vê que todas possuem um sistema hierárquico no desenho de suas tessituras, as quais objetivam algum tipo de comunicação e/ou de transporte. Entretanto, contrariamente aos propósitos da organização encontrada em outros âmbitos da natureza em relação à drenagem dos líquidos, as formas de organização da tessitura urbana fruto das relações antrópicas socioeconômicas, vinculadas às relações de trabalho e poder, têm promovido um tipo de distribuição dos resultados das suas atividades que, por um lado, impede o acesso de grande parte dos indivíduos da mesma espécie, aos produtos e serviços gerados por elas (desigualdades sociais), e por outro, socializam e disseminam a devastação de grandes áreas e a poluição, muitas vezes carregadas através: do ar,

dos líquidos que correm pelos rios, e do sistema circulatório de diversos seres vivos; numa lógica excludente e ao mesmo tempo autofágica crescente (com poucas exceções).

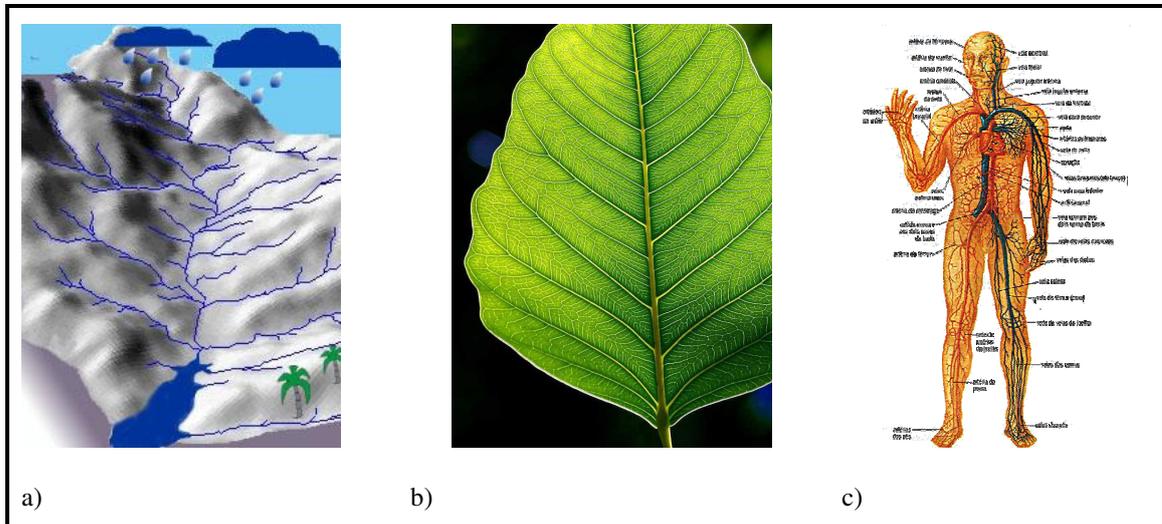


FIGURA 2 - Semelhanças entre o caminho dos líquidos vitais na superfície terrestre, nos vegetais, e no homem.

Fontes: a) Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/Gestao_Bacia/index.html>. Acesso em: 21 mar 2007

b) Disponível em: <orbita.starmedia.com/.../biologia/bio013.htm>. Acesso em: 21 mar 2007

c) Disponível em: <www.todabiologia.com/anatomia/sistema_circulatorio.htm>. Acesso em: 21 mar 2007

3.2 A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Devido à fundamental importância da água para a vida humana, os homens, desde o tempo em que eram apenas caçadores e coletores, sempre se movimentavam com o auxílio da direção dos cursos d'água, e, após a revolução agrícola, ao se estabelecerem em locais fixos para cultivar os vegetais que interessavam para sua alimentação, vestuário, ferramentas e pinturas corporais, escolhiam para construir suas habitações, locais às margens de rios, lagoas ou planícies aluviais em locais mais férteis.

No Brasil não foi diferente. Tanto os índios nômades caminhavam seguindo o leito dos rios, quanto àqueles que já estavam no estágio agrícola e pastoril, construía suas tabas nas proximidades dos cursos d'água.

Também não foi diferente com os colonizadores. Aqui em Pernambuco, foi na bacia do rio Beberibe que Duarte Coelho construiu Olinda, a capital da capitania, e na bacia do Capibaribe que os holandeses construíram Recife, a Cidade Maurícia, sede do domínio holandês no Brasil. Para desbravar o interior, os portugueses seguiram o rio São Francisco para estabelecer, no sertão, a civilização do couro. No Agreste e Zona da Mata, praticamente

todas as sedes de municípios pernambucanos foram construídas às margens de rios, que proviam água para: beber e cozinhar; lavar roupa, utensílios e animais; pescar peixes, coletar moluscos e crustáceos; tomar banho; servir como via de transporte de pessoas e para escoamento de produção, etc.

Foi através dos rios que, no Nordeste se escoava a produção de açúcar para os portos marítimos. Foram pelos rios que se escoavam nossas riquezas naturais para Portugal, como o ouro e as pedras preciosas de Minas, Mato Grosso e Goiás. Além do mais, os rios tiveram uma grande importância como fator de integração entre as regiões do Brasil. Até o final do século XIX e o início do século XX o Brasil era predominantemente agrícola, e a água era preponderantemente utilizada como insumo, na produção agrícola.

No início do século XX, por faltar a percepção do significado de “bem público” aos recursos naturais, embarcamos numa crescente onda de “progresso”, como mola propulsora das atividades e relações sócio-econômicas, onde o lucro era privatizado e os custos ambientais, cada vez maiores e socializados.

O rápido processo de urbanização e de industrialização que se instalava no mundo e particularmente no Brasil, no início do século passado, facilitou que o esgoto produzido nas casas e os efluentes das indústrias fossem despejados diretamente nos rios, iniciando um longo, crescente e desastroso processo de poluição de águas, além dos aterros de mangues, de lagoas e de gambôas, córregos e riachos, também conseqüentes a este processo. Neste mesmo período a idéia de aterro dos mangues representava a intenção de recuperação de áreas insalubres para a expansão urbana (Rio de Janeiro e Recife).

Saturnino de Brito (apud VICTORINO, 2004, p. 2), engenheiro sanitarista famoso pela sua competência na área de saneamento e abastecimento d'água, desde o início do século XX, criticava a poluição do rio Tietê. Acreditava que era melhor cuidar do que já apresentava problemas, priorizando o investimento no abastecimento e no saneamento, em vez de buscar estender a exploração para áreas mais preservadas. Entretanto, as questões do abastecimento e saneamento, geneticamente ligados à causa do meio ambiente, só passam a ganhar força no final da década de 1960, quando a água e a degradação tornam-se prioridade na problemática do meio ambiente.

Mas as transformações dos rios não param por aí! A necessidade de energia elétrica para iluminar as casas e as ruas, além de fazer mover os motores das indústrias tinham que ser satisfeitas. Novamente os rios foram descaracterizados, no seu traçado e na sua dinâmica, pela construção de barragens artificiais tanto para resolver questões de

disponibilidade de água (no semi-árido do Nordeste) quanto para fazer mover as turbinas geradoras de eletricidade.

A existência da experiência pioneira de gestão de recursos hídricos data do início do século XX, com o caso da bacia de Ruhr na Alemanha, motivada pelo grave problema de poluição que mobilizou a sociedade civil, resultando na criação de uma Associação de Água da Bacia do Ruhr. O modelo de gestão adotado na Alemanha em 1913, levou em consideração princípios democráticos através de acordos estabelecidos na Assembléia dos Associados ou Parlamento da Água, além de adotar a cobrança pelo uso da água.

O sucesso desta experiência serviu de exemplo para a França, que a aperfeiçoou, atribuindo à bacia hidrográfica uma unidade de planejamento e gestão (comitê), criando seis unidades de gestão com suas respectivas agências de bacia, que representam uma entidade financeira e técnica de apoio aos comitês, formados por representantes da sociedade civil organizada e da administração pública, e criando um fundo de investimento pela contribuição de usuários, dentre outras ações.

Nesta época ainda não havia, no executivo e legislativo brasileiros, uma visão sistêmica dos recursos naturais. Mas, a partir de 1930, foram editados vários marcos disciplinadores de uso dos recursos naturais, como o Código da Mineração, o Código da Flora, o Código da Pesca e o Código da Água, este em 1934.

Em Pernambuco, o Governo do Estado criou, ainda no ano de 1946, através do Decreto-Lei 1.421, a Comissão Permanente de Proteção dos Cursos d'Água (CPPCA), com o objetivo de buscar solucionar os problemas de poluição hídrica nas bacias da Zona da Mata, provocados por resíduos da agroindústria canavieira. Com o passar do tempo o Governo do Estado sentiu necessidade de ter um nível mais elevado de controle sobre esta poluição específica, e criou, em 1967, através da Lei nº 6.058, a Comissão Estadual de Controle da Poluição Ambiental (CECPA).

Já em São Paulo, só em 1960 veio a ser criada a Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição das Águas e do Ar (CICPAA), que atuava nos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Mauá, que foi absorvida pela Superintendência de Saneamento Ambiental (SUSAM), vinculada à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, depois transformada em Centro Tecnológico de Saneamento Básico, em 1968.

Com o agravamento dos problemas ambientais sentidos em diversas partes do planeta, devido ao crescimento populacional e ao modelo de desenvolvimento adotado pela maioria dos países, eclodiu um movimento na Europa, em 1968, de especialistas em diversas

áreas do conhecimento, preocupados em discutir a crise da humanidade atual e o futuro. Como as reuniões se davam em Roma, este movimento passou a ser conhecido como Clube de Roma que, em 1972, divulgou um relatório intitulado Limites do Crescimento, onde alertava que a população não poderia crescer indefinidamente, criticava o consumo perdulário e a concentração da riqueza nas mãos de poucos.

No mesmo ano a Organização das Nações Unidas (ONU), realizou, em Estocolmo, Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Nesta Conferência participaram 113 países, onde cerca de 90% deles eram países em desenvolvimento. Alguns desses países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, defendiam seus direitos ao desenvolvimento, em detrimento das questões ambientais. Esta opinião foi finalmente vencida, sendo proclamado o conceito de ecodesenvolvimento, isto é, um desenvolvimento que levasse em consideração a prudência ecológica. Foi afirmado ainda que o subdesenvolvimento tradicional é uma das causas principais da poluição ambiental, e que os projetos ambientais deveriam fazer parte de um subprograma de desenvolvimento, instando todos os países a buscar a erradicação da miséria.

Para neutralizar as implicações diplomáticas resultantes da posição do Brasil nesta Conferência, o governo brasileiro criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), com o objetivo de levantar as questões ambientais junto à opinião pública, mas sem nenhum poder de polícia.

Em São Paulo, no ano de 1973, o Centro Tecnológico de Saneamento Básico tinha sido transformado na Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), responsável pelo controle, monitoramento e licenciamento de atividades geradoras de poluição, com o objetivo de preservar e recuperar a qualidade das águas, do ar e do solo no estado de São Paulo.

Enquanto isso, em Pernambuco, as atividades da Comissão Especial de Controle da Poluição Ambiental, que cuidava apenas da poluição gerada pela indústria canavieira, já não satisfaziam às necessidades de um Estado que se industrializava, gerando uma série de outros tipos de desequilíbrios ambientais. Foi, então, que através da Lei nº 7.267, de 1976, foi criada a Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos, com novas atribuições, novo organograma e novos procedimentos operacionais, e que passou a ter a denominação, em 1997, de Companhia Pernambucana do Meio Ambiente, com a responsabilidade de gerenciar o meio ambiente no Estado, e de Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), em 2003.

Mas foi em Mar del Plata, Argentina, em 1977, onde houve a Conferência das Nações Unidas sobre Água, que pela primeira vez se discutiu, numa escala mundial, a questão deste recurso estratégico, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o dia-a-dia das pessoas. Neste encontro já se fixava o princípio de que se deve confiar às instituições nacionais apropriadas a tarefa de planejar, administrar e controlar a utilização dos recursos naturais, com vistas a melhorar a qualidade do meio ambiente e das condições de vida.

No Brasil, a gestão dos recursos hídricos vinha sendo uma atividade tradicionalmente executada pelo Estado, utilizando normas de controle e comando, que na maioria das vezes não se aplicavam à realidade, nem tampouco surtia efeitos adequados às metas planejadas (MAIA, 2002). Com o início da redemocratização do país (em 1985), começou a se criar condições favoráveis para a discussão de novos modelos de gestão urbana, tendo como parceiros dessas discussões os segmentos organizados da sociedade. Assiste-se, então, a uma extrapolação da esfera técnica e começa a surgir tendências de mudanças com visões sistêmicas.

A constatação de melhores resultados do gerenciamento dos recursos hídricos tendo como base a bacia hidrográfica na França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, difundiu-se no Brasil na década de 1970. Foram, então, criados, pelo Governo Federal, os Comitês de Estudos Integrados, colegiados interinstitucionais coordenados pelo então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), em algumas das mais importantes bacias de rios federais.

Em 1979, no Rio Grande do Sul, o rio Guaíba teve a instalação do seu Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Guaíba (CEEIG), tendo atribuições apenas de consulta, estudos e pesquisa. Esse colegiado conseguiu reunir, de forma competente, alguns órgãos federais, estaduais e municipais; sistematizou conhecimentos a partir de dados secundários; e propôs, inclusive, um enquadramento dos principais cursos d'água da bacia, por classes de uso, que passou a ser lei. Este comitê funcionou até os primeiros anos da década de 1980.

Em 1981 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou, através de decreto, o Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul (CONRHIRGS), órgão central do também recém-criado “Sistema Estadual de Recursos Hídricos”, que contemplava “comitês de bacias hidrográficas”. Eram previstos dois comitês em cada bacia: um executivo, onde apenas órgãos governamentais tinham participação, e outro consultivo, formado por entidades não governamentais. Porém, nenhum funcionou adequada e efetivamente.

No final dos anos de 1970 e início dos anos 80, se consolidava o movimento ambientalista no Brasil, onde, em 1979, foram fundadas, dentre outras, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), e a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), preocupadas com a destruição dos recursos naturais, e de forma especial, os recursos hídricos.

Setores técnicos, por outro lado, em grande parte localizados no Ministério de Minas e Energia, contribuíram para que dentre as diretrizes do III Plano Nacional de Desenvolvimento, para os exercícios de 1980 a 1985, fosse incluída a decisão de que o governo deveria patrocinar o estabelecimento de uma Política Nacional de Recursos Hídricos.

No Rio Grande do Sul, a preocupação maior do movimento ambientalista local era com os rios Guaíba e os seus formadores, o Gravataí e o Sinos, que vinham se degradando rapidamente por estarem situados na Região Metropolitana de Porto Alegre, altamente urbanizada e industrializada. Por este motivo foi deflagrada a campanha “SOS Sinos”, em 1987, que entre outras atividades promoveu um seminário na cidade de São Leopoldo, mais precisamente na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde se decidiu pela criação de um comitê de bacia permanente que se dedicasse ao gerenciamento das águas do rio dos Sinos, que foi formalizado em 17 de março de 1988, através de um decreto governamental, criando o primeiro comitê de bacia hidrográfica do Brasil. Seu nome: Comitê de Preservação, Gerenciamento e Pesquisa do Rio dos Sinos.

Em 1987, a Associação Brasileira de Recursos Hídricos manifestou-se através da Carta de Salvador, aprovada durante a realização do VII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, sobre a necessidade premente da criação de um sistema nacional de recursos hídricos e do aperfeiçoamento da legislação pertinente, de modo a contemplar o uso múltiplo dos recursos hídricos, a gestão descentralizada e participativa, a criação do sistema nacional de informações de recursos hídricos, o desenvolvimento tecnológico e a capacitação do setor.

Também em 1987, o governo paulista criou, através do Decreto 27.576, o seu Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), composto exclusivamente por órgãos e entidades do Estado, para propor a política relativa aos recursos hídricos e estruturar um SIGRH, com elaboração do Plano Estadual.

Para culminar, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a propriedade estatal das águas nos seus Artigos 20, Inciso III, e 26, Inciso I, estabelecendo uma esfera federal de domínio das águas (rios de fronteira ou de limite interestadual, reservatórios construídos pela União, e rios que atravessam mais de um estado ou país) e estadual (rios internos aos estados e águas subterrâneas). Determinou, também, em seu Artigo 21, inciso XIX, como

competência da União "instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direito de seu uso".

Já em 1990 o Estado de São Paulo produziu o Primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos, com base em um diagnóstico sobre o uso e o controle da água, o que despertou a mesma motivação em outros estados brasileiros.

O estado de São Paulo tem sido exemplar em relação à questão da gestão dos recursos hídricos no país. Apesar de não ter sido o pioneiro na instalação de CBHs, se antecipou na elaboração e promulgação da Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, antecipando-se à Política Nacional, que ocorreu só em 1997.

Enquanto o país amadurecia sobre o tema da gestão dos recursos hídricos, aconteceu um evento de grande destaque: a Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente, em janeiro de 1992, realizada em Dublin, na Irlanda. Nesta Conferência formulou-se estratégias e programas de ação que seriam apresentados na Rio 92, que aprovou os seguintes princípios:

- a) a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a conservação da vida, e à manutenção do desenvolvimento e do meio ambiente;
- b) o desenvolvimento e a gestão da água devem ser baseados na participação dos usuários, dos planejadores e dos responsáveis políticos em todos os níveis; e,
- c) a água tem valor econômico em todos os seus usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico (BORSOI e TORRES).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92), foram acordados e estabelecidos compromissos sobre recursos hídricos que seriam assumidos pelos 170 países participantes. Considerando que a água é necessária em todos os aspectos da vida, a conferência fixou como objetivo geral, a garantia do suprimento adequado de água de boa qualidade para toda a população do planeta e, ao mesmo tempo, a preservação das funções biológicas, hidrológicas e químicas dos ecossistemas, adaptando as atividades humanas aos limites da capacidade da natureza e combatendo os vetores das doenças transmissíveis pela água.

A Agenda 21 foi um dos principais resultados da Conferência Eco-92. É um documento que propõe o coprometimento de cada país em refletir global e localmente, sobre a forma pela qual governo, empresas, organizações não-governamentais (ONGs), e os demais setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais. Suas ações prioritárias são os programas de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação e à saúde e uma melhor distribuição de renda), a sustentabilidade

urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável (Agenda 21, 2003).

3.3 A POLITICA NACIONAL E ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Diante do encadeamento dos fatos e amadurecimento de idéias, o Brasil passa a desempenhar relevante papel no que se refere à construção de uma das mais respeitáveis legislações, a Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o Inciso XIX do Artigo 21 da Constituição Federal.

Segundo Sousa Júnior (1997), o modelo de gestão de recursos hídricos no Brasil se inspirou na experiência francesa. Porém, devido a diferenças físicas, ambientais, culturais e organizacionais entre o Brasil e a França, ocorre aqui um entrave na transferência das decisões e demandas da sociedade para o poder público. Até hoje, é de difícil implementação o sistema de penalidades ou restrições para empresas de saneamento, indústrias ou propriedades rurais que despejam seus resíduos nos corpos d'água. E são os grandes usuários que praticam o uso indiscriminado, juntamente com o desperdício. Com a lei, há o estabelecimento dos critérios de uso da água que necessitam de autorização através da outorga, bem como a implementação da cobrança correspondente a utilização dos corpos de água.

A expectativa do governo federal é que a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos opere uma transformação na gestão tanto dos recursos hídricos quanto do meio ambiente. Entre os princípios internacionalmente aceitos sobre gestão de recursos hídricos, incorporados à Lei nº 9.433, estão os fixados na Agenda 21, da Conferência Rio 92, que foram aprimorados para serem factíveis e passíveis de implementação. Entre os princípios básicos da lei brasileira estão:

- a água é propriedade pública;
- quando há escassez, a prioridade no uso da água é para o consumo humano e dos animais.
- a bacia hidrográfica é a unidade para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para a atividade de gestão desses recursos;
- o gerenciamento dos recursos hídricos deve possibilitar sempre o múltiplo uso da água;
- a água é recurso natural limitado e que tem valor econômico;
- o gerenciamento dos recursos hídricos deve ser descentralizado e envolver a participação do governo, dos usuários e das comunidades locais;

Tendo-se os limites da bacia como o perímetro da área a ser planejada, torna-se mais simples a realização do balanço hídrico, isto é, a realidade entre as disponibilidades e as demandas pela água. A adoção do princípio dos usos múltiplos termina com o tradicional comando do setor elétrico (praticado no Brasil) sobre o processo de gestão da água, igualando todos os usuários em termos de acesso. A atribuição do valor econômico da água propicia o uso racional desse recurso natural, pois serve de base para a instituição da cobrança pela utilização dos recursos hídricos. Quanto à gestão descentralizada e participativa, caberá a implementação de órgãos colegiados (CBHs) para a efetivação deste processo nas tomadas de decisão.

Além dos princípios expostos, em acordo com as formulações da Agenda 21, a lei brasileira dispõe de algumas orientações gerais para a administração dos recursos hídricos: a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão do meio ambiente; a coordenação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e com o planejamento nos níveis nacional, estadual e municipal; a coordenação da gestão de recursos hídricos com o uso da terra; e a integração da gestão de bacias hidrográficas com a gestão dos sistemas costeiros e estuários.

Os instrumentos que a Lei nº 9.433 definiu como necessários à boa gestão da água, seguem a tendência da vanguarda mundial na administração dos recursos hídricos:

- a) Plano Nacional de Recursos Hídricos - consolida todos os planos diretores de recursos hídricos de cada bacia hidrográfica, sendo sua elaboração de responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), do Ministério do Meio Ambiente.
- b) Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos - instrumento pelo qual o usuário recebe uma autorização, concessão ou permissão, conforme o caso, para fazer uso da água. A outorga constitui o elemento central do controle para o uso racional dos recursos hídricos. Quando a outorga é sobre o direito de uso de águas de domínio da União, sua concessão é dada pela SRH.
- c) Cobrança pelo uso da água - instrumento necessário para o equilíbrio entre a oferta e a demanda.
- d) Enquadramento dos corpos d'água em classes de uso - mecanismo necessário à manutenção de um sistema de vigilância sobre a qualidade da água. A classificação será feita com base em legislação ambiental.
- e) Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - compreende a coleta, a organização, a crítica e a difusão da base de dados referente aos recursos hídricos, seus

usos e o balanço hídrico de cada bacia, para prover os usuários e gestores com informações para o planejamento e a gestão. A centralização das informações desse sistema será na SRH.

Em termos de estrutura de gerenciamento, estão previstos o CNRH e seus equivalentes nos estados e no Distrito Federal, os Comitês de Bacias Hidrográficas e as Agências de Água.

O CNRH é o órgão superior da hierarquia administrativa da gestão de águas, responsável pelas grandes questões do setor e pela resolução de contendas maiores.

Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados que contam com a participação de representação dos três segmentos: poder público, usuários, das prefeituras, e sociedade civil. Os membros do comitê exercem o papel de um parlamento das águas da bacia, pois é o local de decisões sobre as questões relativas à bacia.

As Agências de Água são os órgãos técnicos dos respectivos comitês, destinadas a gerir os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

Acrescente-se que, apesar de ter-se no Brasil uma política avançada de recursos hídricos, fundamentada na aplicação de instrumentos modernos de planejamento e gestão, com a participação da sociedade civil no processo decisório, constata-se um impasse entre a emissão das leis, instituindo as diretrizes de gestão, e a aplicação das mesmas, seja devido à fragilidade da sociedade civil, seja pela mentalidade centralizadora e a dificuldade de aceitar a perda de poder dos governantes. Por outro lado, os próprios usuários da água temem um maior controle social e público das atividades de uso da água, bem como a cobrança pelo seu uso.

No que se refere ao Estado de Pernambuco a lei de normas gerais (Lei nº. 9.433/1997) acarretou imediatas repercussões no ordenamento jurídico nas demais esferas do governo, e Pernambuco acompanhou essas mudanças com a Lei nº.11.426, de 17 de janeiro de 1997. O conteúdo geral se assemelha à Lei Nacional dos Recursos Hídricos, mencionada anteriormente, com algumas modificações. Recentemente, devido às necessidades de adaptações inerentes ao processo de gestão adotado, foi aprovada a Nova Lei das Águas de Pernambuco – Lei nº. 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), e dá outras providências.

A Nova Lei das Águas de Pernambuco, Lei nº 12.984/05, que veio substituir a Lei nº 11.426/97, dá mais poder aos CBHs ao colocar um representante seu no Conselho Estadual

de Recursos Hídricos; dá a competência de aprovar o plano de aplicação dos recursos financeiros do FEHIDRO, na área de sua bacia, além de poder definir os quantitativos para os isentos de outorga, além de funções normativas e deliberativas de formulação, controle e avaliação do seu Plano Diretor de Recursos Hídricos. No seu Artigo 7º consta que os Planos Diretores de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por grupos de bacia e para todo Estado, com envolvimento e aprovação dos respectivos CBHs, bem como é assegurada a efetiva participação dos municípios e da sociedade civil organizada.

Dentre outras modificações realizadas destaca-se a alteração na representatividade dos membros dos CBHs e a inclusão de mais dois instrumentos de gestão: a fiscalização do uso e o monitoramento dos recursos hídricos. Quanto a representatividade, na lei anterior, a participação da sociedade civil tinha um limite máximo de um terço do total de membros, contrariando a lei federal que determina uma participação de 50%. Dentro deste universo da sociedade civil, além das ONGs, entidades ambientalistas, associações especializadas em recursos hídricos, universidades e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, encontravam-se também os usuários de recursos hídricos. Já na nova lei que está em vigor, o segmento dos usuários passou a formar 40% do total de membros dos CBHs e a sociedade civil passou a ter no mínimo 20% dos participantes. Os restantes 40% dos membros são representantes dos poderes públicos federal, estadual e municipal. Os critérios para que cada segmento escolha seus representantes para os CBHs devem estar estabelecidos nos seus estatutos e regimentos, conforme preconiza o Artigo 46, parágrafo segundo, da Lei nº 12.984/05.

Como referencial teórico na área de gestão e planejamento de bacias hidrográficas, no Brasil destaca-se o trabalho de Silva (1998), que identifica três fases conceituais consecutivas neste assunto: a primeira foi a hidrológica, senso restrito, cuja preocupação maior é com a caracterização e previsibilidade das variáveis do ciclo hidrológico; depois veio a de recursos hídricos, cujo enfoque principal é o balanço hídrico entre oferta e demanda dos usos múltiplos da água; e, finalmente, a de manejo ambiental, na qual já se utilizam metodologias integradoras dos diversos planejamentos setoriais de uma bacia.

Segundo o autor, a partir de 1991 iniciou-se uma nova fase neste histórico, com a introdução da Educação Ambiental como uma estratégia de participação qualificada da sociedade local no processo de planejamento e gerenciamento de bacias hidrográficas

Uma abordagem sustentável a este tipo de planejamento deve satisfazer três requisitos básicos: ele deve ser estratégico, participativo e qualificado. Estratégico para valorizar a dinâmica do ambiente interno, ponto de partida da sustentabilidade

local, bem como para explorar as oportunidades e riscos oferecidos pelo ambiente externo à bacia. Participativo porque o Desenvolvimento Sustentável (DS) é dirigido às pessoas e por elas deve ser construído e assumido, caso contrário não será sustentável social e culturalmente. E, por fim, este tipo de planejamento deve ser qualificado e qualificador porque o DS exige a capacitação das pessoas num conjunto de novos conceitos e tecnologias necessários para a reversão da trajetória de degradação. O Planejamento e Gerenciamento de Bacias Hidrográficas no Brasil não possui nenhuma dessas três características: não é estratégico; não é participativo e não possui nenhuma pedagogia voltada a novos valores civilizatórios (SILVA,1998, p.1)

O planejamento estratégico é entendido como um instrumento de racionalidade utilizado pelas organizações com o objetivo de melhorar seu desempenho organizacional, principalmente em casos críticos, como no caso de escassez da água no planejamento da gestão de bacias hidrográficas. O trabalho realizado por Silva (1998), sobre o planejamento estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável, proporciona um novo instrumento metodológico para o processo de gestão ambiental que tem por unidade de planejamento os CBHs, justamente por vislumbrar o planejamento estratégico como um processo de produção de conhecimento que visa o aumento da sustentabilidade das ações. Este instrumento é para ser utilizado onde há conflitos, porém necessita ser realizado em um ambiente interno amparado pelo compromisso de cooperação, confiança e afetividade que induzam a compreensão das comunicações para viabilizar o estabelecimento de diálogos entre os participantes. Estas afirmativas se consubstanciam na própria metodologia do planejamento estratégico do autor (SILVA, 1998, p. 36), pois, “tanto a missão como o diagnóstico e a formulação de estratégias são considerados como processos cognitivos, nos quais os participantes elaboram acordos, constroem conceitos e imagens coletivas de forma solidária e interativa”.

Em janeiro de 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), fundamentando e orientando a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. O Plano estabelece diretrizes, objetivando alcançar o cenário desejado na evolução da gestão dos recursos hídricos, tanto no contexto das bacias hidrográficas, quanto das áreas especiais de planejamento.

Segundo Nabil (2006) o PNRH avança no sentido de compreender essas questões e propor encaminhamentos de forma a alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- a) a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em quantidade e qualidade;
- b) a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos;
- c) a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante

Com esses objetivos, o primeiro dos quatro volumes do PNRH contempla um diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos, abrangendo tanto aspectos técnicos específicos como a inter-relação com a base jurídico/institucional, a macroeconomia nacional e internacional, a ecologia dos principais ecossistemas brasileiros e os aspectos socioculturais do uso da água.

No restante do documento são construídos cenários para o ano 2020, em que foram destacados os principais usos da água que deverão afetar os recursos hídricos do país: água na irrigação, a geração de energia, os requerimentos para a navegação, e as necessidades para a diluição dos esgotos domésticos e industriais. Neste contexto, aborda-se as demandas para o abastecimento domiciliar, condicionadas apenas pelo crescimento populacional e a expectativa de crescimento da população atendida. O estudo do comportamento das demandas por esses usos resultou da análise e configuração de três cenários – Água para Todos, Água para Alguns, Água para Poucos – condicionados por conjuntos de certezas e incertezas na esfera social, econômica, e geopolítica, tanto do ponto de vista nacional quanto internacional.

Finalizando, são enunciadas as macro-diretrizes que orientaram a definição dos programas que permitirão que os objetivos estratégicos do PNRH sejam alcançados. No que diz respeito ao monitoramento e à avaliação do plano, está prevista a constituição de uma base geral de informações, compatível com o sistema nacional de informações em recursos hídricos, no qual suas alterações/atualizações, bem como os indicadores de monitoramento serão armazenados. Dessa forma poderá se avaliar se os objetivos estratégicos estão sendo alcançados, ao mesmo tempo em que se mantém a integridade e consistência metodológica, cartográfica e estatística do plano.

Quanto ao Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), foi concebido em 1998, com vigência de quatro anos, e tem como prioridade a compatibilização dos planos de desenvolvimento econômico e social da União e do Estado, estabelecendo as diretrizes e critérios gerais para o gerenciamento dos recursos hídricos em Pernambuco. Atualmente (2007) o PERH encontra-se desatualizado e mesmo assim, não chegou a ser aprovado pelo Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, portanto não existe para efeitos legais. O mesmo ocorre para os Planos de Bacia, no caso, o CBH do Ipojuca é o único que possui Plano de Bacia no Estado, porém não foi ainda aprovado pelo comitê.

3.4 OS SISTEMAS NACIONAL E ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Os SIGRHs nacional e estadual têm por finalidade coordenar e executar a Política de Recursos Hídricos, assim como formular, atualizar e aplicar o Plano de Recursos Hídricos. No território de Pernambuco, a Secretaria de Recursos Hídricos encontra-se na condição de órgão gestor dos recursos hídricos do Estado, bem como é quem coordena o SIGRH. Sem prejuízo do cumprimento das demais funções e encargos da sua competência regular, é incumbida legalmente de prestar todo apoio e suporte de natureza técnica, operacional e administrativa ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Os Sistemas Nacional e Estadual de Pernambuco de Recursos Hídricos têm a seguinte estrutura, conforme a FIG. 3.

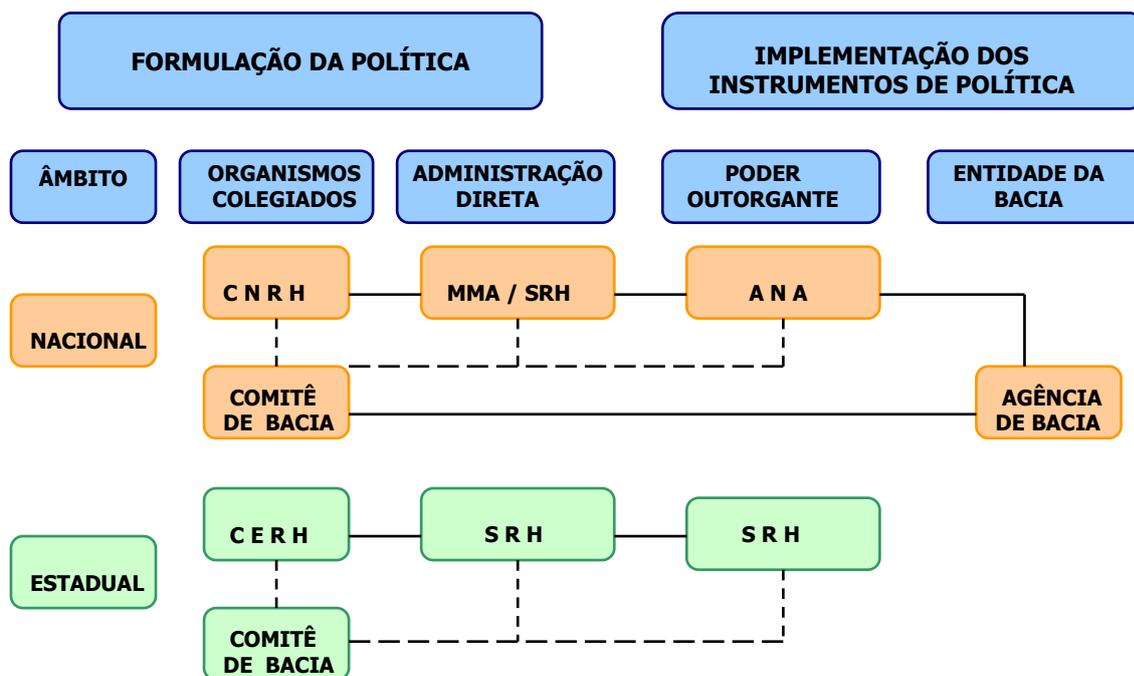


FIGURA 3 - Estrutura dos Sistemas Nacional e Estadual de Pernambuco de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Fonte: Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 22 abr. 2007 (adaptado)

As principais atribuições dos órgãos deste sistema são:

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos** - subsidiar a formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e dirimir conflitos.
- SRH/MMA** - formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e subsidiar a formulação do Orçamento da União.

- c) **Agência Nacional de Águas (ANA)** - implementar o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio da União.
- d) **Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco**- subsidiar a formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos e dirimir conflitos
- e) **Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco**- órgão gestor estadual, outorgar e fiscalizar o uso de recursos hídricos de domínio do Estado, enquanto não há uma Agência de Águas estadual ocupa o lugar;
- f) **Comitê de Bacia** – dentre outras atribuições, decidir sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia (quando, quanto e para quem cobrar pelo uso de recursos hídricos) e promover o entendimento e relações de cooperação entre os usuários de recursos hídricos, exercendo funções de arbitramento e conciliação nos casos de conflito de interesses em primeira instância de decisão.
- g) **Agência de Água** - escritório técnico e executivo do Comitê de Bacia. Não existe ainda em Pernambuco.

A Lei nº. 12.984, em seu Artigo 40, indica a composição do SIGRH no Estado de Pernambuco:

- I - Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;
- II - Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs;
- III - Órgão gestor de recursos hídricos do Estado;
- IV - Órgãos executores do SIGRH;
- V - Organizações civis de recursos hídricos; e
- VI - Agências de Bacia.

Consta no PERH a definição de 29 Unidades de Planejamento - UP, caracterizando assim, a divisão hidrográfica do Estado composta de 13 Bacias Hidrográficas, 06 Grupos de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos (GL), 09 Grupos de Bacias de Pequenos Rios Interioranos (GI) e a Ilha de Fernando de Noronha, com dimensões e características que permitem e justificam o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos, ou agrupamento de várias sub-bacias para gerenciamento conjunto, através do comitê de bacia. Considerando que por se tratar de um processo dinâmico, seria necessário o acompanhamento e atualização do mesmo, cuja incumbência cabe ao Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos, assistido pelo Sistema de Informações de Recursos Hídricos (SIRH). O SIRH, um dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, segundo a Lei nº 12.984/05, “é um sistema público de coleta, tratamento, armazenamento, recuperação e difusão de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão”.

3.5 EXPERIÊNCIAS DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NO BRASIL

Segundo o Fórum Nacional de Organismos de Bacia (2007), já foram criados mais de 130 Comitês de Bacia em todo o Brasil, além de 22 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e o Conselho do Distrito Federal.

Um artigo escrito por Abers e Jorge (2005, p. 2) questiona sobre o funcionamento dos CBHs e indica três grandes dificuldades para o bom desempenho dos mesmos:

Primeiro, a dupla dominialidade da água criou muitas indefinições quanto ao papel dos diferentes níveis da federação na gestão da água. Segundo, a maioria dos estados carece de capacidade técnica em aspectos cruciais para a operacionalização das decisões dos comitês, tais como a implantação de sistemas relativos à outorga, às informações, ao monitoramento e à fiscalização. Terceiro, ainda persistem indefinições relativas ao estabelecimento da cobrança.

O mencionado artigo vem a propósito, demonstrar uma justificativa para a compreensão dos fatores que levaram a criação de tantos CBHs no país, quando ocorre a falta de regulamentação de questões essenciais, num contexto de baixa institucionalização dos instrumentos de gestão. São relacionados quatro principais motivos que promovem a criação de comitês:

- a) a possibilidade de que as políticas que modificarão a estrutura de incentivos sejam futuramente implementadas (i.e. cobrança);
- b) a necessidade generalizada hoje de se criar instâncias de negociação entre múltiplos atores em torno de problemas relacionados à água (ainda que estes sejam de natureza variada);
- c) a crença, dos técnicos de gestão de recursos hídricos atuando em todo o país, no modelo de gestão por bacia;
- d) a crescente legitimidade social e política da gestão participativa. (ABERS e JORGE, 2005, p. 2).

Uma dedução lógica é a de que se a cobrança pelo uso da água não se tornar uma realidade para a maioria das bacias, ou se outras competências dos comitês não se viabilizarem, a tendência será tanto um decréscimo no ritmo de criação de comitês, como também algumas desarticulações ou perda de vitalidade de muitos dos que já foram criados. Uma importante fundamentação, que o referido estudo proporciona, é a necessidade de compreender que a descentralização do sistema de gestão da água no Brasil também requer uma noção ampliada de “incentivo” à própria descentralização. Pelo motivo da implementação da cobrança pelo uso da água ser o principal meio de gerar recursos para a gestão da água em cada bacia, ou seja, a chave para a sustentabilidade de um novo sistema decisório descentralizado e participativo.

A seguir, serão destacados os comitês sob esta perspectiva, descrevendo-se os casos de maior êxito no país, os quais são: o comitê das bacias contíguas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (1993) e o CBH do Paraíba do Sul (1994).

3.5.1 Os Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

As bacias contíguas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, localizam-se em sua maior parte no Estado de São Paulo (58 municípios) e uma pequena parte no sul do estado de Minas Gerais (4 municípios). Com área de 15.320 km² e população de mais de 4 milhões de habitantes, a região é considerada uma das mais ricas do país devido ao seu desenvolvimento econômico. Nesta área destacam-se cidades como: Campinas, Jundiaí, Campo Limpo, Várzea Paulista, Piracicaba, Limeira, Rio Claro e Bragança Paulista. Em compensação, possui 41,5% de seu território protegido por lei e medidas específicas.

Os rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí são afluentes da margem direita do rio Tietê, no seu trecho Médio Superior, e como o Estado de São Paulo adotou uma divisão geográfica (em 22 unidades) com a finalidade de melhor administrar os recursos hídricos, estes rios fazem parte de uma unidade autônoma, a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos PCJ (UGRHI-PCJ). O processo de ocupação e uso do solo desta unidade está ligada a uma forte dinâmica migratória interestadual, mantendo-se como pólo de atração populacional pelo desenvolvimento da economia concomitante à construção de infraestrutura. A identidade da região diante da diversidade de migrantes é a de buscar reconhecimento do governo estadual em termos de obtenção de poder político e financeiro que corresponda à sua importância econômica e social, e isto também repercutiu nas questões que envolveram a disponibilidade dos recursos hídricos, as quais se tornaram mais evidentes depois da construção do Sistema Cantareira como alternativa para suprir as necessidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), revertendo uma grande quantidade de água (31m³/s) das águas das bacias PCJ para a Região Metropolitana de São Paulo.

Mesmo antes da implantação do Sistema Cantareira, a região dessas bacias já apresentava problemas de qualidade e disponibilidade de água nas épocas de menor índice pluviométrico. Porém, a semente do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ), o comitê estadual, encontra-se diretamente ligada à construção do Sistema Cantareira (FIG. 4). Em uma análise realizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) no período entre 1930 e 1995, mostrou que as alterações no comportamento das séries temporais através do histórico das variações naturais e antrópicas

ocorridas na vazão dos rios pelos testes estatísticos, coincidem com o histórico da construção do Sistema Cantareira e sua operação, ou seja, a retirada de água para o abastecimento da cidade de São Paulo, iniciada em 1976 no Atibaia e em 1981 no Jaguari, ambos com reflexos no Piracicaba.

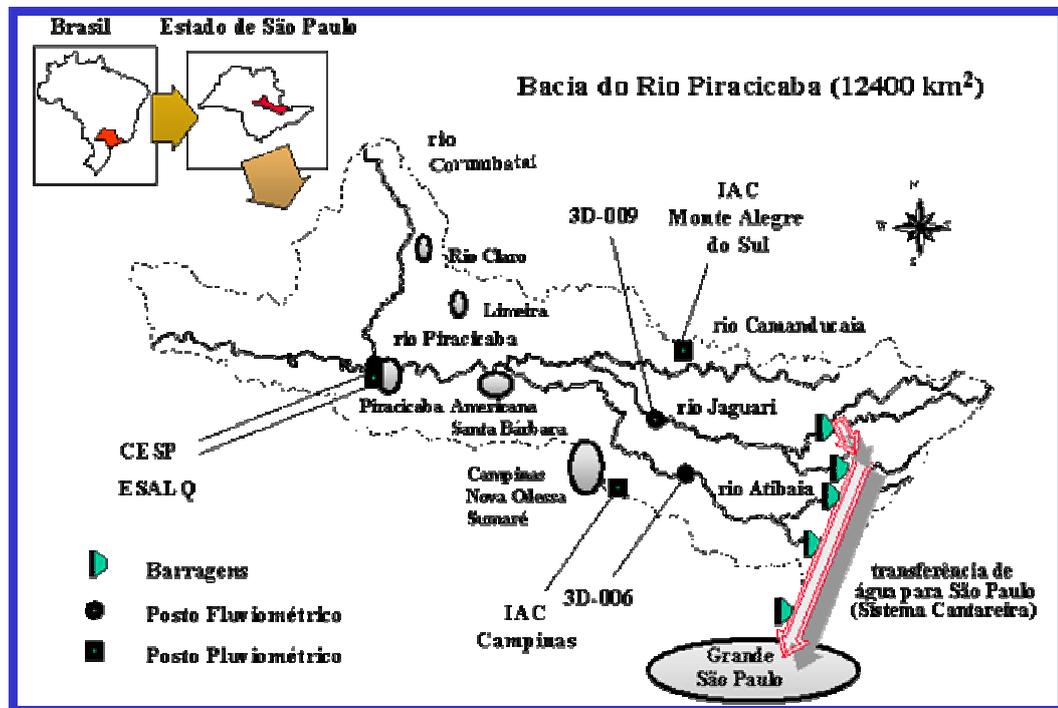


FIGURA 4 - A Bacia PCJ, seus principais afluentes e o Sistema Cantareira.
Fonte: DAEE (1995)

Os atos históricos da sociedade civil em defesa de seus rios, principalmente o Piracicaba, a indignação retratada em manchetes e a ameaça ao abastecimento de pessoas, culturas agrícolas e industriais levaram as bacias do PCJ a mobilizações acirradas em defesa das águas, ao ponto de desprezarem as divisas municipais e estaduais, bem como as diferenças partidárias. Neste cenário, alguns acontecimentos induziram ao enfrentamento desta problemática regional, como a Campanha “Ano 2000 - Redenção Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba” iniciada no ano de 1985, que, entre outras conquistas, levou: à criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), ambos em 1987; à criação do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari, em 1989; à promulgação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei Estadual nº 7.663/91); à instalação do CBH-PCJ, em 1993; à promulgação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97); e, mais recentemente, à instalação do Comitê das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí Federal (PCJ Federal), em 2003, já que estas bacias contam com rios de domínio federal, que

ocupam, além da área paulista, coberta pelo CBH-PCJ, áreas de 4 municípios do território mineiro, que precisavam ser integradas à gestão.

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari, um movimento independente, organizado por voluntários que até hoje caminham solidariamente com as realizações e dificuldades do comitê, sustentado financeiramente pelas prefeituras dos municípios que fazem parte destas bacias e por contribuintes voluntários, antecedeu à criação do CBH-PCJ. Este movimento foi um marco de garra e determinação, que uniu uma parte da população e as prefeituras, de forma organizada, para solucionar um problema de dimensão regional. É digno de nota que existem pessoas que estão, ainda hoje, como membros dos Comitês PCJ e do Consórcio que já estavam envolvidos com as mobilizações da “Campanha Ano 2000”. Segundo Jacobi e Barbi (2007, p.12), “os antecedentes históricos, a mobilização regional e a participação na região das bacias PCJ, bem como as redes sociais existentes e a relação entre o público e o privado são elementos de destaque na governança dessas bacias hidrográficas”.

Um teste para essa governança foi o processo de negociação para a renovação da outorga do Sistema Cantareira. A “maturidade” dos membros dos Comitês PCJ, representantes de diversos segmentos e diversos interesses, por terem características como confiança, cooperação, solidariedade e reciprocidade em relação ao conjunto de membros, além de uma grande participação nesse processo, fez com que houvesse a renovação da outorga do Sistema, desta feita com critérios mais favoráveis às bacias PCJ. Este processo foi respaldado pela delegação da ANA aos Estados de São Paulo e Minas Gerais na bacia do PCJ (Resolução n° 429 de 04/08/2004). Isso só foi possível porque os membros desses comitês passaram a valorizar o conjunto do espaço de atuação e investiram nele (BARBI, 2007).

Segundo o Consórcio PCJ (2003, p.19):

- a) São Paulo atualmente, não tem outra saída a não ser continuar a utilizar o Sistema Cantareira;
- b) há um reconhecimento da importância das regiões das nascentes e da necessidade de medidas para a sua preservação;
- c) sem a aplicação significativa de recursos para diminuir a degradação desses rios e melhorar o sistema de saneamento da região, brevemente haverá problemas sérios com relação à quantidade de água;
- d) independentemente de lei que a torne obrigatória, a solidariedade financeira entre as regiões envolvidas apresenta-se como uma das grandes soluções para o momento;
- e) estiagens consecutivas nas bacias do PCJ rebaixaram em demasia o lençol freático, tornando ainda mais crítica a situação da água subterrânea. Foi absorvida na região a cultura de que a perfuração de poços solucionaria as carências de quantidade de água. Instalou-se, portanto mais um conflito pelo uso da água. Os poços passaram a não apresentar vazão compatível na estiagem, e os serviços de abastecimentos não estão preparados para suprimir demandas extras crescentes;

- f) é preciso planejar o desenvolvimento para não prejudicar os recursos naturais.

Atualmente o Sistema Cantareira funciona como um reservatório de regularização das vazões dos rios Jaguari e Atibaia sendo assessorado pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) com a finalidade de garantir condições de abastecimento aos municípios que captam nesses mananciais, a jusante dos reservatórios. É preciso mencionar a existência de outras Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho auxiliando o CBH-PCJ, dentre elas destaca-se mais recentemente a atuação das Câmaras Técnicas de Cobrança pelo Uso da Água (CT-COB) e Institucional e Legal (CT-IL), que possibilitaram que o Consórcio PCJ exercesse, temporariamente, a função de Agência de Água nas bacias PCJ, bem como implantasse a Cobrança pelo Uso da Água nos rios de domínio da União nas bacias PCJ. Segundo a Agência de Água PCJ (2006, p.4),

Em janeiro, fevereiro e março de 2006 a arrecadação com a cobrança teve adimplência de 97% dos usuários pagadores com uma arrecadação total (03 meses) de R\$ 2.578.000,00. Em 26/04/2006 a Agência Nacional de Águas (ANA), repassou à conta da Agência PCJ/Consórcio os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água equivalente aos três primeiros meses de 2006, no valor mencionado.

Quando este valor foi repassado, já estavam esperando vários projetos e programas que vislumbravam ações diversificadas no contexto sócio-ambiental com vistas à mitigação de impactos negativos de intervenções nas bacias.

Segundo o Estatuto do CBH-PCJ, esse comitê é composto por representantes do estado, municípios e sociedade civil, e poderá constituir unidades regionais ou especializadas e subcomitês, definindo, no ato de criação, as respectivas atribuições, duração e composição.

Quanto à organização e composição na gestão das bacias hidrográficas, o CBH-PCJ leva em consideração o PCJ FEDERAL, o Comitê de Recuperação do Rio Jundiá (CERJU), o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CONSÓRCIO PCJ), os municípios, as entidades da sociedade civil e os órgãos e entidades estaduais que atuam na região. É composto pelos membros a seguir relacionados, com direito a voz e voto:

17(dezessete) representantes do Estado;

17(dezessete) representantes dos Prefeitos dos Municípios com território total ou parcialmente situado nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;

9 (nove) representantes da Sociedade Civil; e

8 (oito) representantes de entidades associativas, da Sociedade Civil, dos usuários das águas.

Já o regimento do PCJ FEDERAL determina a seguinte composição:

20 (vinte) representantes das diversas instâncias do poder público;

20 (vinte) representantes dos usuários; e

10 (dez) representantes da sociedade civil.

O CBH-PCJ, portanto, tem 51 membros e o PCJ FEDERAL, 50, mas 29 membros são comuns aos dois comitês. Mas enquanto o CBH-PCJ assegura a paridade entre os três segmentos, o PCJ FEDERAL coloca o segmento sociedade civil em desvantagem numérica, pois possui apenas 20% do total dos membros, enquanto o segmento poder público e o usuário possuem 40% cada.

Apoiados pelos próprios estatutos, os Comitês PCJ estabelecem competências para criação de unidades organizacionais regionais ou especializadas e para criação de Câmaras Técnicas de apoio aos seus trabalhos. Foi, também, deliberada conjuntamente (Deliberação 001/03, de 22/05/2003) a aprovação das normas gerais para a criação e funcionamento de Câmaras Técnicas, que são equipes colegiadas, compostas por membros representantes de órgãos ou entidades, com ou sem participação nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ FEDERAL, com caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias. Devem ser compostas por membros formalmente indicados, representantes de órgãos e entidades dos Governos Estaduais de São Paulo e Minas Gerais; do Governo Federal; dos Municípios; e da Sociedade Civil. A Câmara Técnica de Planejamento, por ter dentre outras a função específica, é composta somente por membros que pertencem aos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ FEDERAL, bem como, na condição de convidados, pelos coordenadores das demais Câmaras.

A principal atribuição das Câmaras Técnicas no âmbito das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí é de subsidiar, no que couber, os trabalhos das Secretarias Executivas dos Comitês (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), do Comitê de Coordenação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), na elaboração, avaliação e acompanhamento dos trabalhos pertinentes ao Plano das Bacias Hidrográficas e ao Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. As Secretarias Executivas do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL acompanham os trabalhos das Câmaras Técnicas.

A situação levou a região a buscar e implantar um novo tipo de organização para somar esforços junto aos órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas de saneamento e meio ambiente. Mais recentemente tem consagrado este modelo de gestão com

a Deliberação CBH-PCJ/132/03, de 20/01/2003, que aprova nova redação para o estatuto do CBH-PCJ visando à sua integração com o PCJ FEDERAL, considerando, dentre outras coisas, a necessidade e a importância em se ter decisões integradas nos dois colegiados, como forma de garantir o desenvolvimento e a gestão dos recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

Segundo o Estatuto do CBH-PCJ (1993), seu principal objetivo é o de “promover o gerenciamento dos recursos hídricos em sua área de atuação de forma descentralizada, participativa e integrada em relação aos demais recursos naturais, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos e das peculiaridades das bacias hidrográficas”. Para isso acontecer, nada melhor do que buscar a convergência das decisões nos dois colegiados, como forma de garantir a integração das ações e a soma dos esforços para a gestão nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.

A experiência do CBH-PCJ construiu, de forma criativa e muito bem articulada, a engenharia composta pelos instrumentos de implementação de políticas públicas. É interessante observar que na articulação para a integração dos seus diversos níveis de hierarquia, a estrutura organizacional adota a estratégia de uma espécie de “instrumento avaliativo e de fiscalização” (objetivando dar transparência a administração pública), seja ela através dos grupos de acompanhamento para o caso do FEHIDRO, ou, no caso das atividades das Câmaras Técnicas que é exercida pela CT de Planejamento, ou no caso das instâncias de tomada de decisão (CRH e CBHs), pelo Comitê de Coordenação do Plano de Recursos Hídricos (CORHI). Quanto à avaliação geral dos trabalhos desenvolvidos nestes 14 anos de atuação do CBH-PCJ, a eficiência e o sucesso conquistados procedem do amadurecimento da sociedade civil, das negociações e, sobretudo, da harmonia que integram os três segmentos, ignorando os interesses dos partidos políticos. Os destaques mais atuais são a cobrança pelo uso da água, já mencionada anteriormente, e a renovação da outorga do Sistema Cantareira, que agora conta com a participação do CBH-PCJ na administração da gestão do sistema. Atualmente ocorre uma discussão sobre a quantidade da água que pode ser retirada, além de se ter constituído um Banco de Águas, o que fornece maior tranquilidade no controle do balanço hídrico, objetivando obter uma reserva para os períodos mais secos. Esta renovação da outorga fortaleceu mais o Comitê, pois existe um interesse e uma pressão social bem maior para a implementação de políticas que aumentem a disponibilidade hídrica na região.

Mas estas características existentes nos membros dos Comitês PCJ parecem ser uma das poucas exceções. Campos (2004, p.17), ao estudar a democracia participativa na gestão das águas em alguns CBHs, afirma que a “questão que se impõe vai além da renovação

da outorga de uso, da divisão das águas entre as áreas e a criação de novos arranjos de propósitos descentralizadores”. O desafio maior, nestas bacias, é a conscientização de que a realidade da escassez de água não tem solução. Salienta também (CAMPOS 2004, p. 6), como especialista no assunto, que “as obras hidráulicas realizadas e a escassez de água são fatos consumados”. Graças à mudança de visão no tratamento dado ao meio ambiente, o que resta de fundamental é uma mudança de comportamento e um redirecionamento dos investimentos para que se possa ter um futuro melhor para a população destas áreas. Contudo Campos (2004), acredita que:

Apesar dos novos arranjos criados e implementados para descentralizar a gestão dos recursos hídricos, tendo em vista a dominialidade das águas, para os velhos problemas serão dadas velhas soluções. Os Comitês descentralizados não encontram espaço para deliberar, mas apenas para apresentar a problemática e defender seus interesses, frente aos órgãos administrativos encarregados de encaminhar a solução (CAMPOS 2004, p.17).

Tudo leva a crer que ocorre uma preponderância de poder decisório desempenhado pelo setor técnico, os quais compõem o setor administrativo, em detrimento dos interesses locais das comunidades. Neste contexto recorre-se aos argumentos de Foladori (2001, p. 18), afirmando que “antes do ser humano defrontar-se com os problemas ambientais, ele se depara com contradições sociais (diferenças de interesses e valores), que são as que provocam as diferenças de acesso aos recursos disponíveis”. Conclui que existe um equívoco em se considerar que as soluções técnicas resolvem as questões ambientais, omitindo-se dessa forma a importância das questões sociais. Como consequência deste equívoco, têm-se o acirramento das questões sociais, pois as decisões técnicas não são neutras. Ao contrário, elas são marcadas por interesses particulares.

3.5.2. - O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS) e o Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP)

O Vale do Paraíba do Sul localiza-se na Região Sudeste do país, ocupando cerca de 55.400 km², compreendendo parte dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Portanto é um rio interestadual, de domínio da União. É formado pela confluência de dois rios: o Paraíba e o Paraitinga. Em seguida percorre 1.150km até desaguar no norte do Estado do Rio de Janeiro. A região é caracterizada por um clima predominantemente tropical quente e úmido. A bacia abrange 180 municípios, com uma população total de 5.588.237 habitantes (PROJETO MARCA D'ÁGUA, 2003).

Esta área, no início do ciclo do ouro serviu como corredor comercial, que induziu à construção de estradas e à formação de pequenos povoados ao longo dessas estradas, entre as minas de Minas e o porto, na costa paulista. No final do século XVIII, houve uma explosão da cultura do café e da cana-de-açúcar em toda a região, substituindo as matas originais que foram drasticamente devastadas.

Já na metade do século XIX, devido ao empobrecimento do solo, o cultivo do café e da cana-de-açúcar entra em declínio, e a população rural passa a migrar para as áreas urbanas. No local dos antigos plantios, vê-se a substituição por áreas de criação de gado leiteiro e, posteriormente, uma forte industrialização, que passa a ser o maior fator de desenvolvimento econômico no início do século XX, cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, no ano de 1946, fez com que a bacia do rio Paraíba do Sul fosse cenário da implantação de um dos maiores pólos de desenvolvimento do país, graças à grande quantidade de água e energia disponível, além da proximidade de grandes mercados consumidores, como o Rio de Janeiro e São Paulo, e uma boa malha viária para o escoamento da produção.

Segundo informações extraídas do Projeto Marca D'água (2003, p. 111), apesar de a bacia do Rio Paraíba do Sul ser fortemente urbanizada e industrializada, o principal usuário de água em termos de volume e captação é o setor de irrigação (49,73m³/s), isto sem se considerar as transposições dos rios Paraíba do Sul (até 160m³/s) e Pirai (20m³/s) para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O abastecimento urbano utiliza, dentro da bacia, cerca de 16,50 m³/s, ao passo que o setor industrial capta 13m³/s, superando apenas o setor de pecuária, cujo consumo é inferior a 4m³/s.

O maior problema da região nas últimas décadas, segundo os autores, se estabeleceu devido ao aumento substancial do abastecimento de água da população urbana na bacia, que não foi acompanhado nos mesmos índices pela coleta de esgotos, bem como pela falta de seu tratamento, provocando assim impactos negativos na qualidade das águas. Por outro lado, mesmo a bacia sendo anteriormente possuidora de condições excepcionais de suprimento de água e energia elétrica, atualmente é constatada tensões crescentes quanto à disponibilidade hídrica em algumas partes da bacia, proporcionadas por uma grande diversidade de uso e ocupação do solo, apresentando diferentes níveis de poluição e, conseqüentemente, variados tipos de degradação ambiental. Por outro lado, o alto nível de industrialização e de urbanização exigiu o aumento da demanda por água e energia para abastecimento das indústrias e das populações que se implantavam no eixo Rio-São Paulo.

De fato, o Estado de São Paulo se constitui na fonte de geração dos comitês mais bem sucedidos do país, e o processo de formação do CBH-PS encontrou-se atrelado à aplicação da Lei nº 7.663/91, tendo como fatores determinantes ((PROJETO MARCA D'ÁGUA, 2003, p. 113):

- i) a existência na região de unidades descentralizadas de entidades estaduais – DAEE, CETESB e DPRN;
- ii) a eleição de prefeitos municipais para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
- iii) a afetação de recursos do FEHIDRO às bacias hidrográficas

Ou seja, foi respaldado desde o início por uma forte autonomia técnica e certo apoio financeiro. A autonomia técnica devido à forte presença do DAEE desde o processo de criação, e certo apoio financeiro devido aos recursos do FEHIDRO.

Criado através da deliberação CRH nº 07 de 20/12/94, é um comitê pioneiro na implementação da gestão de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União, e que, por esse motivo, tem contado com a ajuda da ANA, a quem se atribui tal missão.

Já o Comitê para a Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), foi criado pelo Decreto nº 1.2842, de 22 de março de 1996, destinado às seguintes finalidades:

- I - no âmbito da gestão de recursos hídricos a viabilização técnica e econômico-financeira de programas de investimento e a consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando ao desenvolvimento sustentado da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul;
- II - a articulação interestadual, de modo a garantir que as iniciativas regionais de estudos, projetos, programas e planos de ação sejam partes complementares, integradas e consonantes com as diretrizes e prioridades que vierem a ser estabelecidas para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

O CEIVAP tem como área de abrangência a totalidade da bacia do rio Paraíba do Sul, enquanto o CBH-PS abrange apenas a parte paulista. Os esforços hoje são voltados para a integração de todos os organismos da bacia do Paraíba do Sul, na compreensão da importância da participação de todos neste desafio de gestão dos recursos hídricos. Por isso o CEIVAP possui legitimidade e representatividade regionais para assumir responsabilidades, no sentido de minimizar os conflitos, encontrando soluções negociadas, e convergindo energias para a gestão da bacia como um todo, praticando a chamada “solidariedade hídrica” no âmbito da bacia do rio Paraíba do Sul.

O CBH-PS foi um fator determinante na formação do CEIVAP, embora já existisse uma tendência integradora interestadual, consubstanciada no Comitê Executivo de Estudos do Vale do Paraíba do Sul (CEEIVAP), criado em 1978. A experiência acumulada no CBH-PS pelos membros paulistas do CEIVAP foi fundamental para o CEIVAP já começar a funcionar com bastante experiência, e essa experiência serviu de modelo para os membros dos outros estados.

A diretoria do CBH-PS é formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário executivo, e conta com 5 Câmaras Técnicas (Educação Ambiental e Mobilização Social, Cobrança, Institucional, Planejamento e Saneamento). É composto por 36 membros, sendo 12 representantes de cada segmento.

Já a diretoria do CEIVAP é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário executivo, cujos cargos são assumidos alternadamente pelos três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Atualmente, o presidente é de Minas Gerais, o vice-presidente, do Rio de Janeiro e o secretário executivo, de São Paulo. O CEIVAP é formado por 60 membros, sendo 21 representantes do segmento poder público, 24 representantes dos usuários e 15 da sociedade civil, e conta com três câmaras técnicas: planejamento e investimento; institucional; e educação ambiental.

No início do seu funcionamento, a sua estrutura administrativa era precária, contando com três funcionários cedidos por outras instituições, mas em março de 2000, o CEIVAP contratou 7 pessoas, inicialmente pagas pela SRH/MMA, e, a partir de julho de 2001, pela ANA. O Laboratório de Hidrologia e Estudos do Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio de Janeiro supriu a carência técnica inicial através da elaboração de estudos de diagnóstico e planejamento, financiados por organismos internacionais.

Para apoiar o CEIVAP, foi criada a Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), em 20 de junho de 2002, constituída para o exercício das funções de secretaria executiva do CEIVAP, desenvolvendo também as funções definidas no Artigo 44 da Lei nº. 9.433/97, que trata das competências das chamadas Agências de Água, ou Agências de Bacia, como são mais conhecidas, principalmente no que se refere à elaboração do Plano de Recursos Hídricos e à execução das ações deliberadas pelo Comitê para a gestão dos recursos hídricos da Bacia. A partir da edição da Medida Provisória nº. 165/04, a AGEVAP pôde, por meio do estabelecimento de Contrato de Gestão com a ANA, assumir as funções de uma Agência de Bacia, que são, essencialmente, receber os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água bruta na bacia e investí-los segundo o plano de investimentos aprovado pelo Comitê da Bacia – CEIVAP. A AGEVAP tem a personalidade jurídica de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, cujos associados são membros do CEIVAP, que compõe sua Assembléia Geral. Ela é administrada pelo Conselho de Administração, cujos membros são indicados pela Assembléia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria, que é formada por um Diretor e dois Coordenadores.

O fato mais recente, segundo o Projeto Marca D'água (2003, p. 116), foi a “criação do Comitê de Sub-Bacias Hidrográficas dos rios Pomba e Muriaé (CEHIPOM), em

2001, também rios federais, resultando de um processo social, econômico, institucional e ambiental. Um fator que pode ser percebido no território da bacia é a formação de diversos comitês e consórcios de sub-bacias, cada qual querendo ter a sua própria agência de bacia, o que evidencia um interesse desses comitês em terem autonomia financeira e técnica com os recursos da cobrança pelo uso da água. Este fato tem gerado competição entre os comitês e impedido, de certa forma, que o CEIVAP faça uma integração horizontal entre eles.

Além do mais, a sociedade civil encontra-se muito fragilizada nos diversos colegiados, e as diversas interpretações de que tipos de entidades fazem parte de cada segmento, faz com que haja uma sub-representação da sociedade civil e uma dupla representação do poder público ou de usuários (PROJETO MARCA D'ÁGUA, 2003, p. 117).

3.6 OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Segundo o IBGE, Pernambuco compreende uma área de aproximadamente 97.141,67 km². Localiza-se na região Nordeste do país, ocupando a porção Oriental, sendo banhado pelo Oceano Atlântico em uma estreita faixa, pois a sua configuração é longitudinal, estreito no sentido norte/sul e alongado no sentido leste/oeste. Encontra-se inteiramente na zona Tropical entre os paralelos de 7° e 15' e 9° e 27' de latitude sul, e entre os meridianos de 34° e 48' e 41° e 19' de longitude oeste (ANDRADE, 2003).

Esta localização e configuração geográfica, somada às características geomorfológicas, edafo-climáticas, biológicas e hidrológicas, confere ao Estado uma diversidade de paisagens do litoral ao interior. Sobre a paisagem natural, acrescenta-se uma gama de transformações proporcionadas pelo processo de povoamento e formas de uso e ocupação do solo que se fazem com maior intensidade nas áreas próximas ao litoral, região mais densamente povoada. Assim o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) identificou no espaço pernambucano em 1989, a existência de 5 Mesorregiões e 19 microrregiões geográficas que englobam os seus 185 municípios (em 2003).

Pernambuco apresenta a situação mais crítica do país em disponibilidade hídrica por habitante, a maior parte do Estado encontra-se sob o clima semi-árido, a distribuição das chuvas evidencia uma pluviosidade de 400 a 800mm do Sertão ao Agreste (intermitência dos cursos d'água), enquanto na Zona da Mata e Litoral chega a 1500mm ou mais, os rios tornam-se perenes, constituindo um dos potenciais mais expressivos das áreas em estudo, podendo exercer um papel estratégico no abastecimento d'água da RMR e do Agreste pernambucano.

O processo de ocupação e exploração econômica foi bem mais intenso exatamente nas áreas mais úmidas do Estado. Dentre as principais consequências houve: redução da presença da Mata Atlântica a 4%, aterros de áreas alagadas, poluição crescente dos rios, acentuação da intermitência dos rios e açudes secos no interior, déficit de água para o abastecimento urbano, bem como perdas na qualidade da oferta hídrica. Outro fato agravante é a estrutura deficiente de abastecimento e saneamento da RMR, muito aquém das necessidades que exige uma grande metrópole, onde a maior parte dos seus esgotos não é tratada, utilizando os rios para despejo. Vale ressaltar também observações mencionadas em um trabalho realizado pela SECTMA, o Plano de Aproveitamento dos Recursos Hídricos e da Zona da Mata (PARH – 2003) com relação ao déficit hídrico do Estado, confirmando como Mesorregião mais deficitária o Agreste Pernambucano, que possui 24,8% da área total do Estado, concentrando apenas 25,2% da população. Entretanto, afirma-se que o conjunto formado pela RMR, Mata Sul e Microrregião de Vitória de Santo Antão, também apresenta déficits hídricos relevantes, superando inclusive os valores calculados para o Agreste num horizonte de longo prazo.

O referido documento aponta uma situação preocupante: a demanda hídrica identificada nessa região é para abastecimento urbano e 42,2% da população pernambucana reside na RMR, apesar dessa área ocupar apenas 2,8% da área do Estado. Portanto, no longo prazo, como as demandas hídricas para abastecimento industrial crescem significativamente, a água poderá ser um fator restritivo ao desenvolvimento econômico da região. Na época de elaboração do documento citado, o déficit hídrico considerado era superior a 7 m³/s para o conjunto dessas regiões que possuem uma demanda crescente. Outra menção de destaque neste documento se faz em relação à Zona da Mata Norte, onde a demanda hídrica para irrigação é destacadamente a maior, em relação aos demais usos da água; em termos de oferta hídrica, apesar de apresentar cursos d'água perenes com possibilidades de captação a fio d'água, é a região que apresenta o menor número de reservatórios construídos. Em valores absolutos, é a região que apresenta os menores déficits hídricos, comparada ao Agreste e ao conjunto da RMR, Mata Sul e a microrregião da Vitória de Santo Antão. Neste contexto, as bacias hidrográficas do Estado (FIG. 5) podem ser distribuídas em dois grandes grupos: as que se dirigem para o rio São Francisco e as que se dirigem para o Oceano Atlântico.

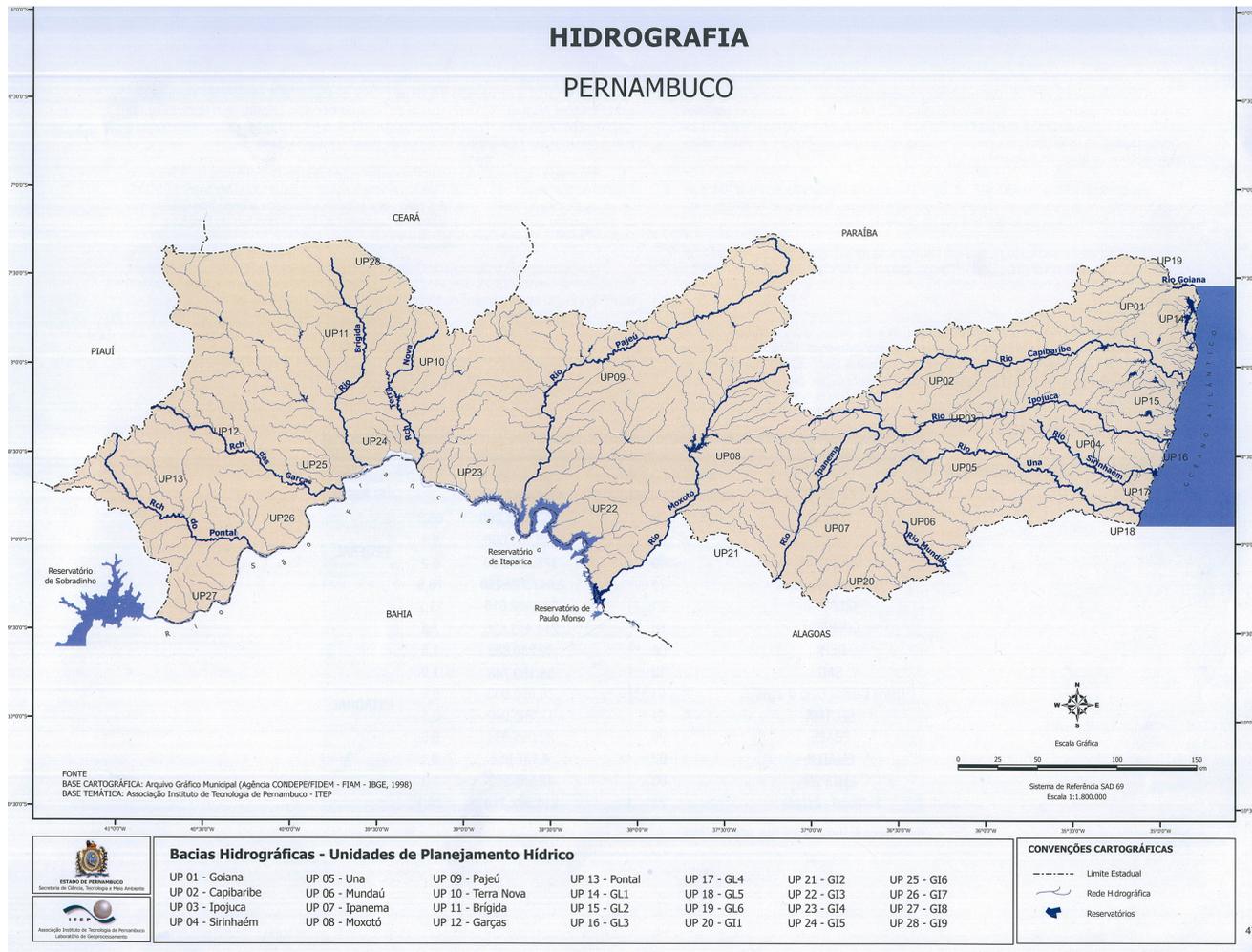


FIGURA 5 – Hidrografia de Pernambuco
Fonte: PERNAMBUCO (2006)

Em referência à divisão hidrográfica do Estado, encontramos 29 Unidades de Planejamento Hídrico (PERH-PE – 1998), constando de 13 Bacias Hidrográficas, 06 Grupos de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos (GL)s, 09 Grupos de Bacias de Pequenos Rios Interioranos (GI) e a Ilha de Fernando de Noronha. (FIG. 6)

As bacias hidrográficas de interesse para este estudo escoam todas para o Oceano Atlântico, lembrando que foram contempladas, para efeito da presente pesquisa, apenas as bacias hidrográficas que tiveram comitês constituídos, e que estejam em funcionamento há mais de dois anos. Por este motivo, apesar de no Estado já terem sido criados nove comitês (FIG.7) a presente pesquisa restringiu-se aos seguintes CBHs: Pirapama, Jaboatão, Una, Ipojuca e Goiana (QUADRO 2).

CBHs	Data de Criação
Pirapama	01/06/1998
Jaboatão	15/03/2001
Ipojuca	30/04/2002
Una	25/11/2002
Goiana	02/06/2004

QUADRO 2– Os CBHs estudados e as datas de criação

Fonte: Projeto Comitês de Bacia e Conselhos de Usuários de Águas / SRH (2004)

Atribui-se à desarticulação dos Comitês do Pajeú e do Moxotó, os seguintes fatores: regime hidrológico da região, de rios intermitentes, que obriga a busca de outras soluções para o atendimento das demandas de água (poços, açudes, etc.); baixo nível de desenvolvimento econômico dos municípios integrantes da bacia; e extensa área destas bacias, que dificulta a articulação entre os membros e até mesmo o transporte dos mesmos às reuniões (SILVA, 2003). A respeito do Mundaú, constata-se que é uma bacia federal, que encontra-se à espera de um CBH instituído, que inclua Pernambuco e Alagoas.

A maior parte das bacias hidrográficas pernambucanas está contida integralmente dentro dos limites do Estado, exceto as bacias do rio Mundaú, Ipanema e Moxotó, que possuem parte de sua drenagem no Estado de Alagoas. As grandes bacias hidrográficas de Pernambuco escoam para dois destinos: para o rio São Francisco (Pontal, Garças, Brígida, Terra Nova, Pajeú, Moxotó e Ipanema); e para o Oceano Atlântico (Goiana, Capibaribe, Ipojuca, Sirinhaém, Una e Mundaú).

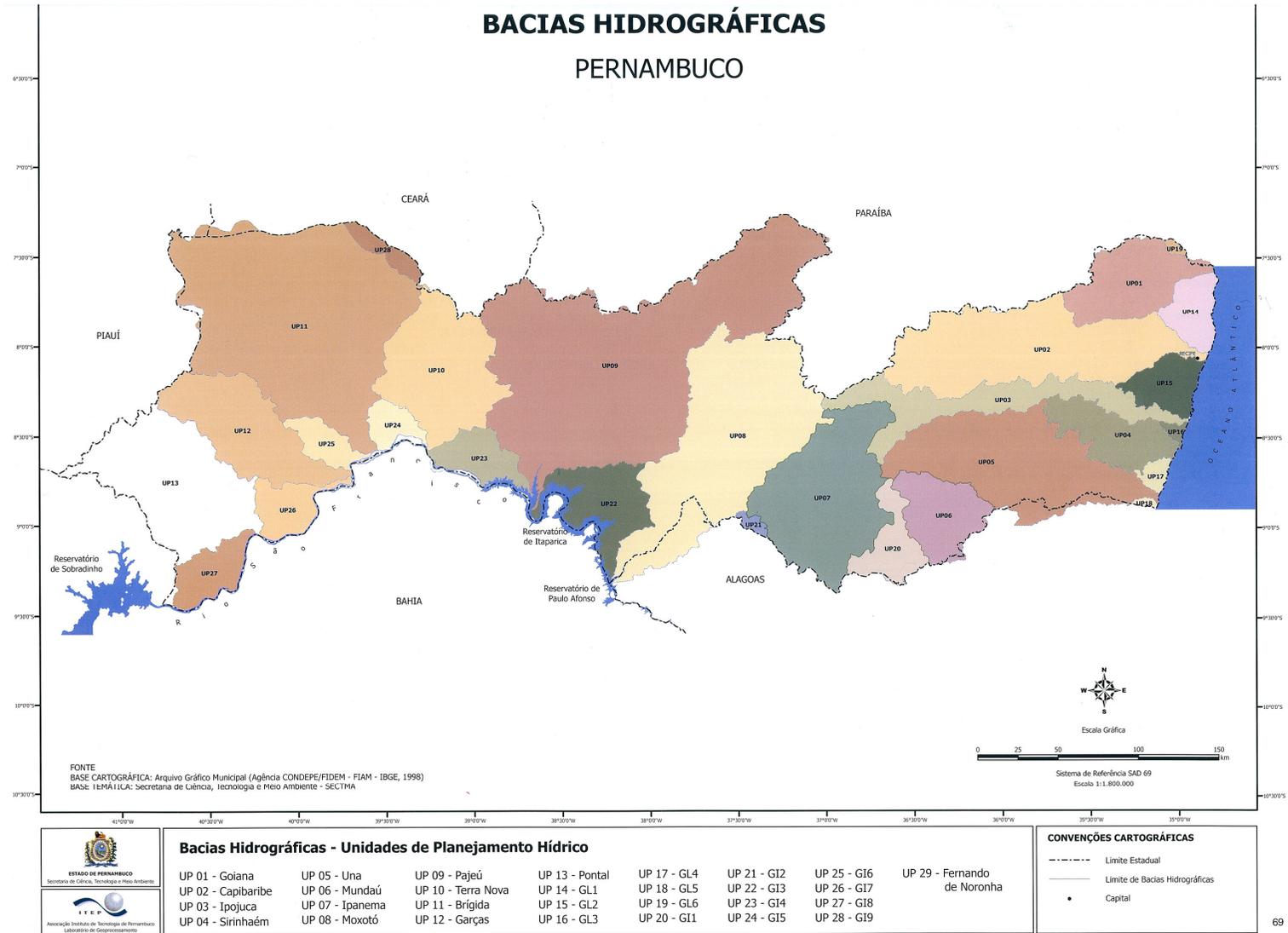


FIGURA 6 - Unidades de Planejamento Hídrico de Pernambuco
Fonte: PERNAMBUCO (2006)

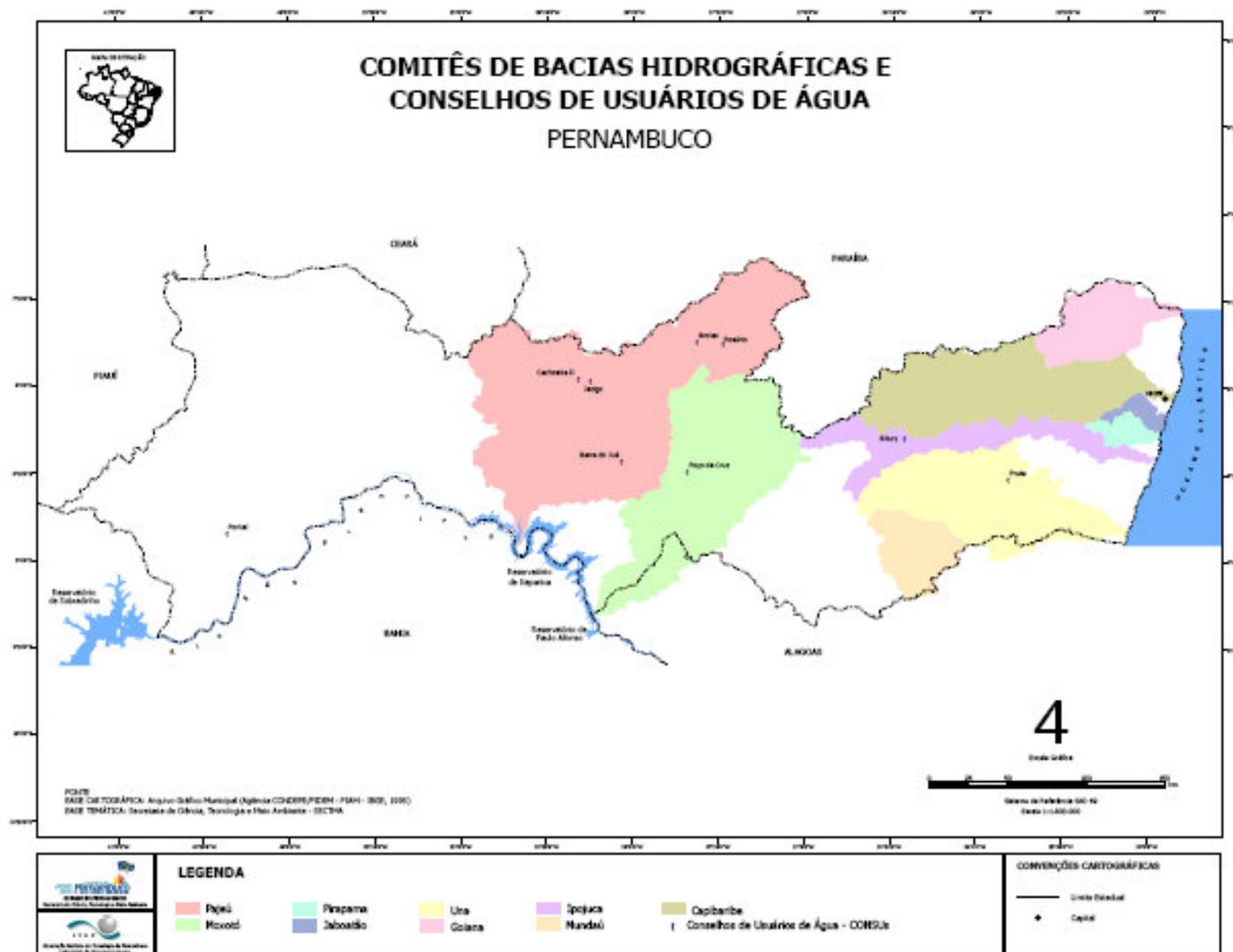


FIGURA 7 – Comitês de bacias hidrográficas e Conselhos de Usuários de Água em Pernambuco.
Fonte: PERNAMBUCO (2006)

3.6.1 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Pirapama

A bacia do rio Pirapama faz parte da Unidade de Planejamento UP15 e, juntamente com os rios Jaboatão, Tejipió, Massangana e Tatuoca, compõe o Grupo de Bacias de Pequenos Rios Litorâneos 2 (GL2). É composta por 12 sub-bacias, abrangendo cerca de 600.001 km². Seus afluentes são: pela margem esquerda, os rios Gurjaú, Cajabuçu e Arariba; e pela margem direita, os rios Santa Amélia, Utinga de Cima e Camaçari. Na bacia existem três reservatórios: Gurjaú, Sicupema e Pirapama.

O rio Pirapama possui 80 quilômetros de extensão e a sua bacia situa-se na região centro-sul da Zona da Mata Pernambucana, abrangendo parte de sete municípios, quatro dos quais (2/3 da bacia) pertencentes à Área Metropolitana do Recife: Cabo de Santo Agostinho, onde a própria sede está na área da bacia, Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Pombos e Vitória de Santo Antão. O município do Cabo de Santo Agostinho contém 57,2% da área abrangida pela bacia.

Os municípios incluídos na bacia do rio Pirapama têm aproximadamente 900.627 habitantes, dos quais 62% residem em centros urbanos (GAMA, 2003,). Os principais usos do solo são: ocupação urbana e industrial, áreas cultivadas com cana-de-açúcar, policultura, e áreas de Mata Atlântica e Manguezal.

As Unidades de Conservação existentes na bacia são a Mata Duas Lagoas, as Matas do Sistema Gurjaú, a Mata de Caraúna, a Mata Serra do Cotovelo, a Mata do Contra Açude, a Mata Serra do Cumaru, a Mata do Urucu, a Mata do Zumbi, a Mata de Camaçari, e a Mata Bom Jardim.

Os principais usos da água da bacia são para abastecimento público, recepção de efluentes domésticos e recepção de efluentes industrial e agroindustrial. Já as atividades industriais preponderantes são a química, sucroalcooleira, bebidas, minerais não-metálicos, mecânica, produtos alimentares, têxtil, matéria plástica e borracha (CPRH, 2006):

Na bacia hidrográfica do rio Pirapama, foram monitoradas, no ano de 2006, onze estações, sendo uma localizada no riacho da Destilaria Sibéria (PP-24), uma no riacho dos Macacos (PP-42), uma no rio Utinga de Cima (PP-58), uma no rio Gurjaú (PP-68), e sete no Rio Pirapama (PP-10, PP-20, PP-60, PP-62, PP-64, PP-75 e PP-80). A partir dos dados de qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Pirapama, conclui-se que:

- a) Na bacia do rio Pirapama, observa-se o comprometimento da qualidade da água, devido ao lançamento de esgoto de origem doméstica, atividade agroindustrial e industriais. Os gráficos indicaram os trechos a jusante da destilaria JB e na cidade do Cabo como o trecho mais comprometido.

- b) Observam-se altos valores da temperatura, DBO e Fósforo Total na estação PP-20 que podem estar relacionados a efluentes da agroindústria canavieira.
- c) Os níveis de Coliformes Termotolerantes e Fósforo evidenciam o lançamento de esgotos de origem doméstica em praticamente todo o trecho monitorado.
- d) Valores de OD abaixo do limite para as águas doces, ocorreram a montante do reservatório, possivelmente devido à atividade agroindustrial, e no trecho final do rio Pirapama, na cidade do Cabo.
- e) Observou-se tendência natural a águas ácidas em toda a bacia devido à vegetação e aos solos tipicamente ácidos localizados na baixada litorânea.
- f) A qualidade da água bruta se utilizada para abastecimento após tratamento variou de ruim a boa, com ocorrência da condição ruim também a montante do reservatório, sendo boa à condição que mais ocorreu.
- g) A bacia do Rio Pirapama caracteriza-se por águas doces.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de controle e fiscalização das fontes responsáveis pelo estado atual das águas da bacia do rio Pirapama.

(CPRH. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>)

O CBH Pirapama encontra-se inserido no GL 2 , apresenta-se na FIG. 8, juntamente com o comitê do Jaboatão, foi o primeiro a ser instalado no Estado, no dia 1º de junho de 1998, sendo homologado em dezembro do mesmo ano, sob os auspícios da Lei Estadual 11.426/97 referente à Política e o Sistema de Recursos Hídricos de Pernambuco. A sua criação foi imbuída por idéias ambientais de caráter mais abrangentes do que o foco da gestão dos recursos hídricos, na prática, adotado pela maioria dos comitês brasileiros. O processo de formação foi coordenado pela SECTMA e pela CPRH, na época, órgãos de responsabilidade na gestão e execução das políticas públicas referentes aos recursos hídricos, que lançaram mão de um intenso programa de estudos técnicos realizados no âmbito da cooperação técnica Brasil e Reino Unido, através do Projeto de Planejamento e Gerenciamento Ambiental da Bacia do Pirapama. Este projeto contou também com a colaboração de várias instituições, prefeituras e de um Fórum da Comunidade, integrantes da bacia, tendo por meta a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável / Agenda 21 do Pirapama. Emergiu, então, o consenso de que o Fórum da Comunidade deveria ser o embrião do comitê que a Lei de Recursos Hídricos previa. Com este objetivo foi deliberada a criação de um Grupo Executivo, formado por nove representantes eleitos por cada segmento (sociedade civil, poder público e usuário), designados para tratar da constituição do comitê. Assim, com a mobilização foram realizadas atividades como: capacitação por segmentos de representação; cadastramento das entidades interessadas; elaboração do estatuto e regimentos, além de material informativo.

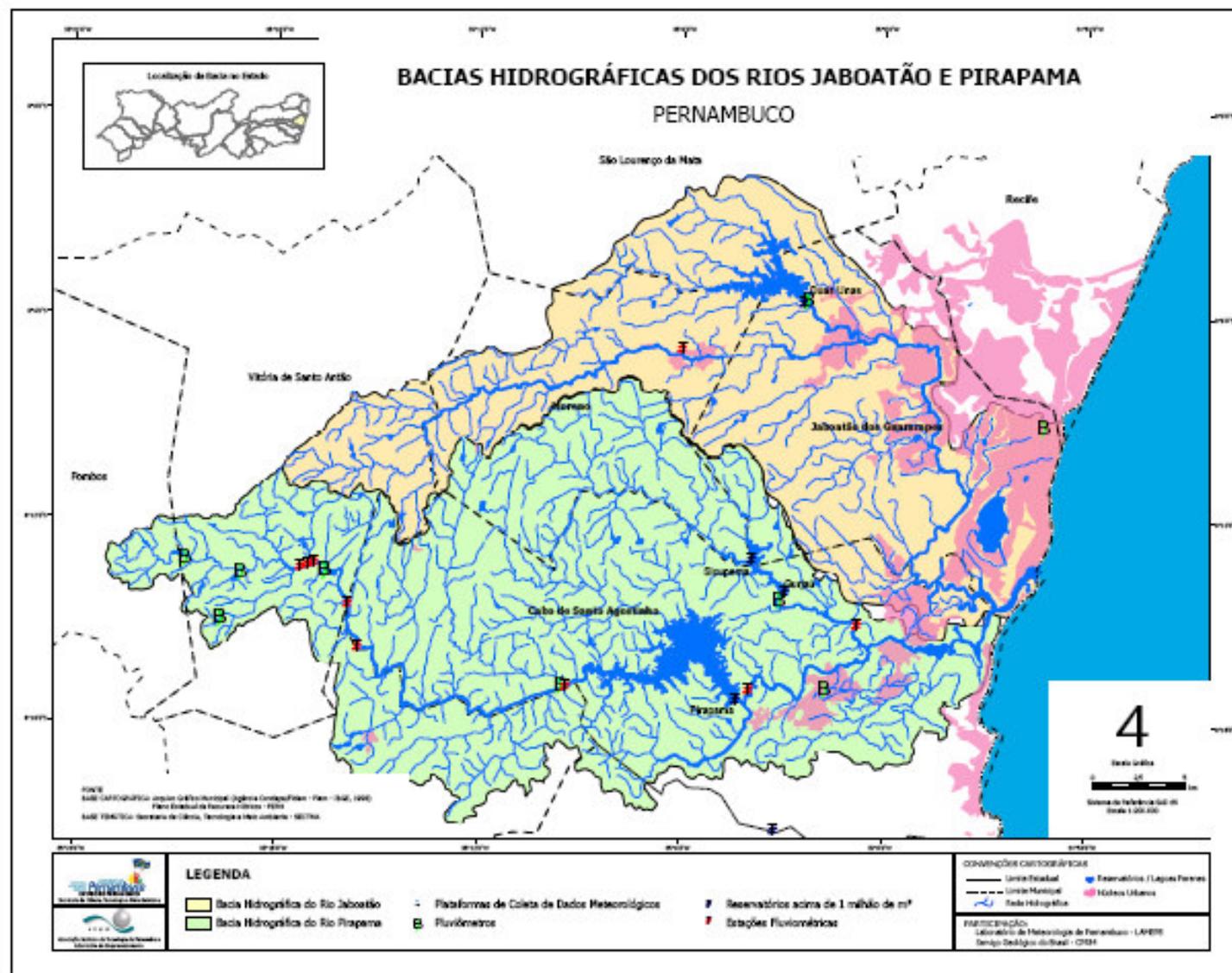


FIGURA 8 – Bacias hidrográficas dos rios Jaboatão e Pirapama
Fonte: PERNAMBUCO (2006).

Segundo Gama (2003), foram realizadas, nos primeiros três anos de existência do comitê, 6 reuniões ordinárias e 25 reuniões extraordinárias, tendo sempre participação de mais da metade de seus representantes. As ações do comitê se organizaram em três temáticas:

- a) Funcionamento interno: aprovação do regimento, aprovação e revisão do estatuto, capacitação de membros;
- b) Planejamento: definição da estratégia para o “Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Pirapama”, elaboração e aprovação do Zoneamento Econômico para a bacia (uso e ocupação do solo, suporte para prefeituras e órgãos de planejamento);
- c) Mediação e conscientização: gestão e resolução de conflitos entre usuários através da criação de câmeras técnicas e comissões, constituição de parcerias para implementação das ações da Agenda 21 (GAMA, 2003, p. 55).

Atualmente o comitê tem 32 membros, devido ao seu estatuto ainda encontrar-se desatualizado, a sua composição é de 50% representantes do segmento poder público, e 50%, da sociedade civil, neste incluído o segmento usuários. Sua diretoria é composta, como todos os demais, por presidente, vice-presidente e secretário.

3.6.2 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Jaboatão

O rio Jaboatão faz parte da Unidade de Planejamento UP15 e tem uma extensão aproximada de 72 km, pertencendo ao Grupo de Bacias de Pequenos Grupos Litorâneos 2 (GL2). Não se sabe ao certo qual a sua área de drenagem, nem a sua população, pois as publicações pesquisadas colocam-no sempre junto aos outros rios do GL2 (Pirapama, Tejipió, Massangana e Tatuoca).

A bacia do Jaboatão localizada (FIG. 8) compreende 5 municípios: Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Recife, Vitória de Santo Antão e São Lourenço da Mata. No seu principal afluente, o rio Duas Unas, está situada a barragem com o mesmo nome, que abastece parte da RMR. Os principais usos do solo da bacia são: ocupação urbana e industrial; áreas cultivadas com cana-de-açúcar; policultura; e áreas de Mata Atlântica e Manguezal. Já as águas de sua bacia são utilizadas prioritariamente para: abastecimento público; recepção de efluentes domésticos; e recepção de efluentes industrial e agro-industrial.

Já as principais atividades industriais na bacia são: química, de produtos alimentares, bebidas, têxtil, sucroalcooleiro, matéria plástica, metalúrgica, mecânica, papel/papelão, minerais não-metálicos, material elétrico/comunicação, vestuário/artefatos/tecidos’, produto farmacêutico/veterinário, calçados, material de transporte e borracha.

Segundo CPRH (2006),

na bacia hidrográfica do rio Jaboatão, foram monitoradas, no ano de 2006, oito estações, sendo uma localizada no seu tributário rio Duas Unas (JB-35), uma no rio Zumbi (JB-56, captação da Compesa) e cinco no rio Jaboatão (JB-10, JB-20, JB-41, JB-55, JB-57 e JB-75). A partir dos dados de qualidade das águas da bacia do rio Jaboatão, conclui-se:

- a) na bacia do rio Jaboatão, observa-se o comprometimento da qualidade da água, devido ao lançamento de esgoto de origem doméstica, atividade agroindustrial e indústrias. Os gráficos indicaram o trecho do Rio Jaboatão (JB-41) e Duas Unas (JB-35), na área urbana de Jaboatão como o trecho mais comprometido;
- b) valores de OD abaixo do limite para as águas doces (CONAMA 357/05), chegando até a anoxia (OD=0,0mg/L), ocorreram em toda a Bacia, exceto na captação de Muribequinha;
- c) observaram-se águas com valores de pH<6,0 na estação a jusante da Usina Bulhões (JB-20), possivelmente devido ao aporte de efluente da mesma. Na captação de Muribequinha (JB-56) observa-se tendência natural à acidez devido a vegetação e aos solos tipicamente ácidos localizados na baixada litorânea;
- d) a qualidade da água bruta utilizada para abastecimento após tratamento variou de aceitável a boa;
- e) a bacia do Rio Jaboatão caracteriza-se por águas doces, exceto na área estuarina (JB-75).

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade premente de controle e fiscalização das fontes responsáveis pelo estado atual das águas da bacia do rio Jaboatão.

(CPRH. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>).

Atualmente o comitê possui 30 membros, e a sua composição encontra-se de conformidade com a Lei nº 12.984 de 05 de dezembro de 2005, sendo 40% representantes do segmento poder público, 40% de usuários e 20%, da sociedade civil. Sua diretoria é composta, como todos os demais, por presidente, vice-presidente e secretário.

3.6.3 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Una

A bacia do rio Una faz (FIG. 9) parte da Unidade de Planejamento UP5, cuja nascente está situada no município de Capoeiras, e possui uma área de drenagem de 6.292,89 km². Tem uma extensão de 290 km, sendo intermitente até as proximidades da cidade de Altinho. Possui uma população de 553.259 habitantes, dos quais 318.214 na área urbana e 237.045 na área rural.

Essa bacia abrange 42 municípios, dos quais 14 possuem sede no seu território que são: Água Preta, Altinho, Barreiros, Bonito, Cachoeirinha, Capoeiras, Calçado, Joaquim Nabuco, Jucati, Jupí, Jurema, Lajedo, São Bento do Una, e São Joaquim do Monte. Os demais são: Agrestina, Barra de Guabiraba, Belém de Maria, Bezerras, Caetés, Camocim de São

Félix, Canhotinho, Caruaru, Catende, Cupira, Gameleira, Ibirajuba, Jaqueira, Lagoa dos Gatos, Maraial, Sanharó, São Benedito do Sul, Palmares, Panelas, Pesqueira, Quipapá, Rio Formoso, São Caetano, São José da Coroa Grande, Tacaimbó, Tamandaré, Venturosa, e Xexéu.

Seus afluentes principais são, pela margem esquerda: riacho Riachão, rio Maracaju, riacho Gravatá, riacho Camevô, rio Preto, riacho Camocim-Mirim e o rio José da Costa. Pela margem direita: rio Jacuípe, rio Pirangí, rio da Chata, riacho Olho d'água, riacho das Pombas, riacho Quatis, riacho Salobro e rio Panelas. Os reservatórios encontrados na sua bacia são o Prata, Gurjão, Poço da Areia, Caianinha, Altinho, Bonito, Calçado, Panelas e São Caetano.

Os principais usos do solo são: ocupação urbana e industrial; policultura; áreas cultivadas com cana-de-açúcar; e áreas de Mata Atlântica e Manguezal. A água da sua bacia é utilizada prioritariamente para abastecimento público, recepção de efluentes domésticos, e recepção de efluentes agroindustrial e industrial.

As principais atividades industriais na bacia são: de produtos alimentares, sucroalcooleira, bebidas, têxtil e minerais não-metálicos.

Segundo CPRH (2006):

na bacia hidrográfica do rio Una, foram monitoradas, no ano de 2006, seis estações, sendo: três localizadas nos seus tributários: rio Pirangí (UN-25) e rio Panelas (UN-27 e UN-30) e três no rio Una (UN-18, UN-42 e UN-45). A partir dos dados de qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Una, conclui-se que:

- a) a) qualidade das águas do rio Panelas, em Catende (UN-27 e UN-30), afluente do Una, apresenta-se comprometida com os mais baixos valores de OD da bacia além dos mais altos valores de Coliformes Termotolerantes e DBO, podendo estar relacionado à ocupação urbana e/ou a atividade da agroindústria canavieira;
- b) os níveis de Coliformes Termotolerantes, Amônia e Fósforo Total observados em Catende e Belém de Maria evidenciam o lançamento de esgotos de origem doméstica;
- c) verifica-se no rio Una, em Belém de Maria, o mais alto valor de Fósforo Total da bacia, podendo estar relacionado à atividade agropecuária;
- d) a qualidade da água bruta utilizada para abastecimento após tratamento, em Belém de Maria, na captação da COMPESA esteve boa durante todo o ano.
- e) o rio Una, no trecho monitorado, caracteriza-se por águas doces.

Diante do exposto, evidencia-se que a bacia hidrográfica do rio Una apresenta-se comprometida em especial no seu trecho correspondente a bacia do rio Panelas e necessita de ações de controle e fiscalização das fontes poluidoras (Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>).



FIGURA 9 – Bacia hidrográfica do rio Una, GL4 e GL5
Fonte:PERNAMBUCO (2006)

Atualmente o comitê tem 56 membros, e como o seu estatuto ainda orienta-se pela Lei nº 9.433, a sua composição é de 50% representantes do segmento poder público, e 50%, da sociedade civil, neste incluído o segmento usuários. Sua diretoria é composta, como os demais, por presidente, vice-presidente e secretário.

3.6.4 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Ipojuca

O rio Ipojuca faz parte da Unidade de Planejamento UP3, e tem extensão de 320 km, tendo uma orientação preponderante oeste-leste, sendo intermitente no seu início e passando a ser perene a partir do seu médio curso, próximo à cidade de Caruaru. O Riacho Liberal, seu afluente mais importante, percorre 47 km da sua nascente até o rio Ipojuca, passando pelos municípios de Alagoinha, Pesqueira e Sanharó. A população da bacia é de 568.630 habitantes, sendo que 461.620 habitam a área urbana e 107.010 a rural.

O Ipojuca tem uma bacia (FIG. 10) com uma área de drenagem de 3.514,35 km², e antes de chegar ao Oceano Atlântico atravessa 24 municípios, onde 12 deles têm suas sedes inseridas na bacia. São eles: Belo Jardim, Bezerros, Caruaru, Chã Grande, Escada, Gravatá, Ipojuca, Poção, Primavera, Sanharó, e Tacaimbó. Os outros são: Alagoinha, Altinho, Amaraji, Arcoverde, Cachoeirinha, Pesqueira, Pombos, Riacho das Almas, Sairé, São Bento do Una, São Caetano, Venturosa, e Vitória de Santo Antão.

Os principais afluentes do Ipojuca são: riacho Ângelo Novo, riacho da Onça e o riacho Mocós, pela margem esquerda; e o riacho do Mel e o riacho Papagaio pela margem direita. Na sua bacia encontram-se os reservatórios Pão de Açúcar, Eng^o. Severino Guerra (Bitury), Manuino, Taquara, Pintada, Belo Jardim, Brejão, Menino Cipó, Serra dos Cavalos, G. de Azevedo, Caroá Poção, Jenipapo, Boa Vista e São Caetano, e o Parque Ecológico João Vasconcelos Sobrinho.



FIGURA 10 – Bacia hidrográfica do rio Ipojuca
 Fonte: SECTMA (2006)

Os principais usos do solo são: ocupação urbana e industrial; áreas cultivadas com cana-de-açúcar; policultura e pecuária; e áreas de Mata Atlântica e Manguezal. As águas da sua bacia são usadas prioritariamente para abastecimento público, recepção de efluentes domésticos e recepção de efluentes agroindustrial e industrial.

As principais atividades industriais na bacia são: de produtos alimentares, minerais não-metálicos, sucroalcooleira, química, têxtil, metalúrgica, couros, bebidas, vestuário/artefatos/tecidos, produto farmacêutico/veterinário, perfumes/sabões/velas, material elétrico/comunicação, calçados, matéria plástica, agropecuária e borracha Segundo CPRH (2006):

Na bacia hidrográfica do rio Ipojuca, foram monitoradas, no ano de 2006 as diversas zonas homogêneas identificadas na bacia a partir de estações de amostragem a estas associadas. A partir dos dados de qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Ipojuca, conclui-se que:

- a) nas nascentes localizadas na zona de interesse ambiental (estações IP-01 e IP-13) a qualidade da água para abastecimento após tratamento variou de ruim a boa.
- b) nas zonas urbanas observam-se altos níveis de Coliforme Termotolerante, Amônia e Fósforo Total indicando o lançamento de esgoto de origem doméstica. Nas sedes municipais localizadas no trecho intermitente a situação se apresenta mais crítica.
- c) observou-se ecotoxicidade nas zonas urbana (estação IP-85) e agroindústria (estação IP-90), no período de estiagem, nos meses de fevereiro e dezembro.
- d) observam-se baixos valores de OD nas estações IP-70, IP-90 e IP-95, localizadas na zona da agroindústria, possivelmente relacionados a esta atividade e na nascente do rio Bitury devido a surgência.
- e) na zona da agroindústria observam-se águas ácidas, provavelmente relacionadas à atividade da agroindústria. Na nascente do rio Bitury a água ácida se deve a características do solo.
- f) o rio Ipojuca, no seu trecho localizado a montante de Chã Grande, apresentou-se salobro, exceto na nascente. No trecho entre Chã Grande e a cidade Ipojuca, caracterizou-se como área de águas doces, enquanto que o rio Bitury apresentou água doce.

Nas estações localizadas no trecho intermitente da bacia do rio Ipojuca foi realizada coleta no período chuvoso, com exceção das estações a montante dos reservatórios e nascente do rio Bitury nas quais foi realizada coleta representativa do período chuvoso e de estiagem, sendo essa mesma frequência aplicada para as estações localizadas no estuário e no mar.

Com base nestas análises, pode-se concluir pela necessidade de priorizar ações de controle e fiscalização das fontes responsáveis pelo estado atual das águas da bacia do rio Ipojuca.

(CPRH. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>)

Seu estuário tem sido extremamente alterado devido à instalação do Complexo Industrial-Portuário de Suape.

Conforme seu estatuto que ainda refere-se a Lei nº 9.433, o comitê possui 112 membros, sendo 50% representantes do segmento poder público, e 50%, da sociedade civil,

neste incluído o segmento usuários. Sua diretoria é composta, por presidente, vice-presidente e secretário.

Segundo Pinheiro Filho (2005), a gênese do CBH do Ipojuca foi marcada por grandes tensões, devido à relação de assimetria entre o poder público e a sociedade, expressando a ambigüidade de propósitos entre a mobilização social e os procedimentos técnicos. Porém percebe-se, pela descrição deste processo, que houve persistência da sociedade civil em reivindicar condições paritárias de representatividade para constituição do comitê, além de confrontos em relação a tentativas de subdivisões do comitê em sub-comitês, proposta pelo órgão gestor, a qual foi rejeitada pela ampla maioria dos participantes, com a deliberação pela constituição de um único comitê para toda a bacia hidrográfica.

Por fim, tem-se a elaboração do Estatuto e a posse da primeira diretoria em 10 de maio de 2002, no município de Caruaru, a qual, nesta oportunidade, recebeu cópia do Plano de Bacia Hidrográfica entregue pelo órgão gestor. No dia 10 de abril de 2002 esse comitê foi homologado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Na sua primeira reunião oficial, no dia 05 de setembro de 2002, apreciou-se o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca, para aprovação. Sucederam-se desentendimentos entre o comitê e o órgão gestor, a SRH, devido ao descontentamento em relação a seu conteúdo. Como a SRH recusou-se a explicar detalhadamente o referido Plano Diretor por ter sido desenvolvido por uma empresa terceirizada, e esta empresa terceirizada não quis se responsabilizar profissionalmente por possíveis ajustes e correções, o Comitê do Ipojuca não aprovou este Plano Diretor.

A pesquisa de Pinheiro Filho (2005) recorre à narrativa dos acontecimentos sobre o funcionamento do comitê, no período de 16 de dezembro de 2002 a 09 de março de 2005, e serve de apoio para o presente estudo. No referido período foram tomadas as seguintes decisões pelo Comitê Ipojuca:

- a) realização de uma consultoria técnica para mapeamento de características de uso e ocupação do solo;
- b) deliberação n° 002/03 sobre a desautorização de quaisquer ações diretas ou indiretas relacionadas a recursos hídricos no rio Ipojuca e no âmbito do território de sua bacia, que não considerem as atribuições políticos/institucionais deste CBH;
- c) construção da viabilidade, com solicitação de recursos a SECTMA para a participação do CBH Ipojuca, e demais CBHs, no V Encontro Nacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, realizado em Sergipe, onde pela primeira vez, todos os comitês de Pernambuco conseguiram, através de suas representações, se fazerem presentes, e

nesta ocasião foi criado o Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas de Pernambuco (FECOBH-PE);

- d) mediação através do Ministério Público com empreendimento industrial no município de Caruaru, em decorrência de impactos ambientais, e denúncia com fiscalização pelos órgãos públicos: Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA);
- e) aprovação, em 15 de outubro de 2003, de um Plano de Trabalho, e a suspensão por tempo indeterminado, das reuniões ordinárias do comitê, até posicionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos acerca do apoio de recursos às atividades do referido Comitê;
- f) decisão, em 10 de dezembro de 2004, de retorno das reuniões do CBH, com apresentação do Relatório de Gestão 2002/2004 e constituição de comissão eleitoral para o próximo mandato 2005/2007.

Numa síntese, na pesquisa de Pinheiro Filho (2005), dos principais fatores que dificultam o funcionamento do comitê, têm-se o seguinte:

- a) falta de reconhecimento, pelos poderes públicos, dos Comitês de Bacias Hidrográficas como instância de caráter deliberativo;
- b) as negativas de materialização na destinação de recursos públicos - Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que tolhem a execução mínima das ações básicas dos Comitês de Bacias;
- c) falta o conhecimento de conceitos técnicos, por uma parte dos membros, como condição de participação indispensável ao funcionamento do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos;
- d) desconsideração estratégica da incorporação dos segmentos de representação local, necessários à legitimidade das ações.

Já os fatores que facilitaram o funcionamento do comitê, segundo o mesmo autor, são:

- a) colaboração de recursos financeiros de prefeituras municipais, e de alguns órgãos da sociedade civil;
- b) na esfera federal, através do estabelecimento de contatos com a Diretoria de Planejamento e Estruturação, com expectativas para uma maior interação, e na execução de programas na área da bacia hidrográfica, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Recursos Hídricos;

- c) do Governo Estadual foram esparsas e pontuais as colaborações de suas representações;
- d) a Agência CONDEPE/FIDEM com a colaboração ao Estudo Série Bacias Hidrográficas (no prelo) e pela disponibilização de mobiliário ao Comitê;
- e) a interação com o Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente (CAOP/MA) e as Comarcas de São Caetano e Caruaru.

Em relação aos desafios a serem enfrentados pelo comitê, Pinheiro Filho (2005) afirma que são os seguintes:

- a) efetivo reconhecimento, pelo Gestor Público Estadual, do Comitê enquanto instância pública apoiada por recursos públicos, como componente do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos;
- b) fortalecimento da visibilidade e das relações interinstitucionais, internamente aos segmentos membros do Comitê, e externamente ao conjunto dos demais segmentos da sociedade, particularmente às instituições públicas;
- c) amplo processo educativo com alargamento cognitivo dos membros representantes do Comitê: ao segmento da sociedade civil, em conteúdos específicos de gestão ambiental-hídrica; aos representantes técnicos dos órgãos públicos, em relação ao sentido participativo da democracia direta; aos representantes dos executivos municipais, das potencialidades da gestão de solidariedade hídrica e compartilhada; aos representantes dos legislativos municipais, à co-existência possível, mutuamente enriquecedora, das modalidades de representatividade.

3.6.5 O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Goiana

A bacia hidrográfica do rio Goiana (FIG. 11) corresponde à Unidade de Planejamento UP1, e tem como principais cursos d'água os rios Capibaribe-Mirim, Tracunhaém, Siriji e Goiana. O rio Capibaribe-Mirim, que drena a maior parte da bacia, nasce no município de São Vicente Ferrer e tem uma extensão de cerca de 93 km, sendo intermitente até às proximidades de Timbaúba. O rio Sirigi é um dos afluentes da margem

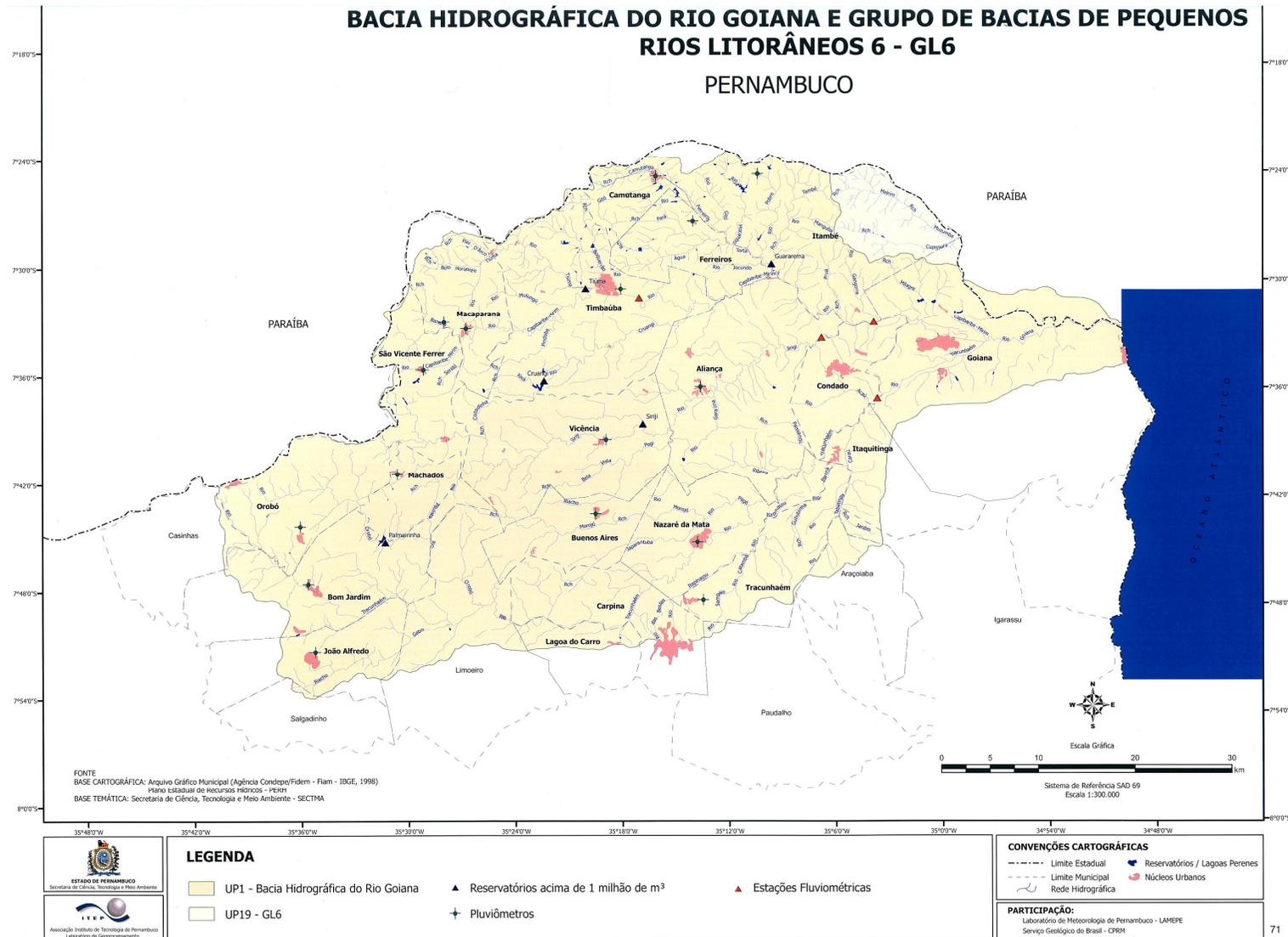


FIGURA 11 – Bacia hidrográfica do rio Goiana e GL6
 Fonte: PERNAMBUCO (2006)

direita do Capibaribe-Mirim, e tem uma extensão aproximada de 74 km, e parte de suas águas se acumulam no reservatório Siriji.

O rio Tracunhaém, que nasce no município de Bom Jardim, tem uma extensão de 127 km, que ao se juntar ao Capibaribe-Mirim, forma o rio Goiana, que percorre 18 km até atingir a sua foz, no Oceano Atlântico, fazendo divisa entre Pernambuco e Paraíba.

A população residente na bacia é de 465.549 habitantes, sendo que 283.500 moram na zona urbana, e 182.049 na área rural.

Esta bacia tem uma área de 2.878,30 km² distribuída em 25 municípios, dos quais 19 têm sua sede dentro desta área. São eles: Aliança, Bom Jardim, Buenos Aires, Camutanga, Condado, Ferreiros, Goiana, Itambé, Itaquitinga, João Alfredo, Lagoa do Carro, Macaparana, Machados, Nazaré da Mata, Orobó, São Vicente Férrer, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência. Os outros são: Araçoiaba, Carpina, Casinhas, Igarassú, Limoeiro e Paudalho.

Os principais afluentes do rio Capibaribe Mirim, pela margem esquerda são: rios També, Tiúma, Ferreiros e Mulungu; e, pela margem direita, os rios Sirigi e Cruangi. Os afluentes do rio Tracunhaém pela margem esquerda, são: os rios Marajó, Orobó, Ribeiro e Acaú; e, pela margem direita, os rios Canguengo, Itapinassu e Caraú. Na bacia do Goiana estão os reservatórios de Jaguaribe, Boca de Dois Rios, Palmeirinha, Serrinha, Canguengo, Sirigi, Gravatá, São Vicente Férrer e Guararema, e as unidades de proteção da Estação Experimental de Itapirema, Mata de Megaó, Mata da Companhia Agroindustrial de Goiana (CAIG) e a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) da Fazenda Tabatinga.

Os principais usos do solo na bacia são: ocupação urbana e industrial; áreas cultivadas com cana-de-açúcar; policultura e pecuária; áreas de Mata Atlântica; e manguezal e aqüicultura na zona litorânea. As águas da bacia são utilizadas prioritariamente para abastecimento público, recepção de efluentes domésticos, recepção de efluentes agroindustrial, industrial e agropecuária, e irrigação de plantações.

As principais atividades industriais na bacia são: de produtos alimentares, indústrias do ramo sucro-alcooleiro, mineral não-metálicos, química, têxtil, papel/papelão e couros.

Segundo CPRH (2006):

Na bacia hidrográfica do rio Goiana, foram monitoradas, no ano de 2006, sete estações, sendo seis dessas localizadas nos seus formadores rio Capibaribe Mirim (GO-05, GO-15, GO-55 e GO-67) e rio Tracunhaém (GO-75 e GO-80) e uma no rio Goiana (GO-85). A partir dos dados da qualidade da água na bacia hidrográfica do rio Goiana, conclui-se que:

- a) na bacia hidrográfica do rio Goiana, observa-se o comprometimento da qualidade da água, encontrando em estado de maior degradação as águas do rio Capibaribe Mirim (estações GO-05 e 15) e no Rio Goiana.
- b) os níveis de Coliformes Termotolerantes, DBO, Amônia e Fósforo Total evidenciam o lançamento de esgoto de origem doméstica. No rio Capibaribe Mirim, no trecho que compreende as cidades de Macaparana e Timbaúba, observa-se situação crítica.
- c) no trecho da bacia do rio Goiana sob a influência da agroindústria canavieira, estação GO-80 apresentou comprometimento da qualidade da água, no período de estiagem que coincide com a produção do açúcar e do álcool, quando ocorre a fertirrigação.
- d) no rio Goiana, na estação GO-85, apresentou água salobra devido a ação da maré. No restante da bacia, as águas estiveram doces.

Diante do exposto, evidencia-se que o rio Goiana necessita de controle e fiscalização das fontes responsáveis pelo estado do corpo de água em especial o rio Capibaribe Mirim e o Goiana (Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>>)

3.6.6 O Fórum Estadual de Comitês de Bacia de Pernambuco

O Fórum Estadual de Comitês de Bacia de Pernambuco (FECOBH-PE) foi criado durante o V Encontro Nacional de Comitês de Bacia, realizado em Aracaju, Sergipe, de 18 a 21 de agosto de 2003. A sua criação foi proposta pelos representantes de todos os CBHs pernambucanos e referendado por João Bosco Senra, Secretário Nacional de Recursos Hídricos e por Lupércio Zirolto Antonio, presidente do Fórum Nacional de Comitês de Bacia, entidade promotora desse Encontro. Na ocasião foram eleitos João Domingos Pinheiro Filho (CBH-UNA), para coordenador geral, e Maurison da Costa Gomes (CBH-IPOJUCA) para coordenador adjunto do FECOBH de Pernambuco. Os representantes de todos os CBHs estiveram presentes neste Encontro, financiados pela SECTMA, a partir de uma solicitação feita pelo CBH-Ipojuca.

O FECOBH é uma instância colegiada, formada pelo conjunto dos Comitês de Bacias Hidrográficas legalmente constituídos no âmbito dos Sistemas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, com atuação no território deste Estado, e tem como missão articular os Comitês de Bacias Hidrográficas em nível estadual visando, o fortalecimento dos mesmos como parte do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de forma descentralizada, integrada e participativa.

Sua carta de princípios, elaborada em 2003, tem como diretrizes:

- a) o respeito à diversidade dos Comitês membros: o Fórum respeitará os Comitês legalmente constituídos, considerando, no planejamento das atividades, os seus diferentes estágios de evolução;

- b) a autonomia dos Comitês membros: o Fórum facilitará a interlocução do conjunto dos Comitês com os órgãos ou instituições municipais, regionais, estaduais e federais, sem substituir ou suplantando o relacionamento direto dos Comitês com estas instâncias;
- c) o dinamismo e a agilidade: o Fórum sempre que lhe for disponibilizado pelo conjunto dos seus membros ou através da colaboração de outros, desprenderá de estrutura mínima e ágil para o cumprimento de sua missão; e
- d) o exercício permanente da articulação e busca do consenso: o Fórum pode desenvolver papéis de interlocução e de manifestação desde que não colidam com as restrições apontadas nos seus princípios.

No final de 2007 o FECOBH de Pernambuco se encontrou desarticulado, fazendo mais de dois anos que não promovia reuniões. Praticamente, o FECOBH não conseguiu se estabelecer de maneira efetiva, não sendo identificadas ações de destaque no âmbito de suas atribuições.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Como o objeto da pesquisa é conhecer e avaliar a situação dos CBHs de Pernambuco, foi necessário estabelecer claramente o foco empírico, espacial, temporal, instrumentos de coleta de dados, além de definir os métodos de abordagem, que fossem compatíveis com a realidade tema.

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Foi apoiada por uma ampla pesquisa que se orientou no sentido de fornecer uma consistência ordenada de informações partindo do cenário geral (internacional, nacional e estadual) em torno da situação dos recursos hídricos e evolução da GBH, tendo sob foco o objeto de estudo: os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs). A pesquisa forneceu o aporte necessário para um entendimento da forma, da estrutura e funcionamento dos CBHs no país para posterior análise e avaliação dos CBHs de Pernambuco, buscando-se através dos aspectos: teóricos, conceituais, históricos, legislativos, experiências práticas de implementação de CBHs no Brasil e no Estado, além de métodos e técnicas de pesquisas apropriados para a fundamentação do tema em questão. Para este propósito, utilizou-se consultas a dissertações, teses, livros e artigos em revistas especializadas, em bibliotecas e sites de busca na internet.

Neste âmbito, também foi utilizada a pesquisa bibliográfica documental, realizada através da análise de estatutos, regimentos e atas, bem como a verificação da existência de outros documentos elaborados pelos CBHs selecionados para a pesquisa em Pernambuco, sendo este material solicitado diretamente a diretoria dos mesmos. A análise dos estatutos e regimentos teve como objetivo a obtenção do conhecimento a respeito das regras de funcionamento dos respectivos comitês. A metodologia utilizada para a análise desses documentos foi a de selecionar o estatuto e o regimento que melhor atendesse a alguns requisitos, como: atualização, especificidade e ordenamento e, como estes documentos devem funcionar de acordo com a legislação pertinente (Lei nº 12.984 de 30 de dezembro de 2007), esta também foi consultada para ser utilizada como parâmetro, principalmente no que se refere ao conteúdo do Artigo 47, que trata das atribuições dos comitês.

Em se tratando das atas, por elas se constituírem em informações que representam todo um histórico de tomadas de decisões e atuação dos comitês, foram observadas as seguintes características:

- a) disponibilidade e organização do material;
- b) funcionamento interno: criação de câmaras técnicas, grupos de trabalho, elaboração de relatórios e estudos;
- c) mediação e “conscientização”: gestão e resolução de conflitos, realização de capacitações dos membros;
- d) participação dos membros nas reuniões.

4.2 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa foi desenvolvida utilizando-se tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas. Segundo Pope e Mays (1995 apud NEVES, 1996, p. 02), “os enfoques qualitativos e quantitativos não guardam relação de oposição”. No âmbito das ciências sociais, ao empregar-se o método qualitativo ocorre à preocupação com o processo social, visando a descrição e a interpretação, com a finalidade de obter uma visualização do contexto. Ao se empregar o método quantitativo existe também a intenção de explicar o fenômeno a partir de seus determinantes, isto é, de nexos causais. Portanto, a pesquisa buscou assimilar estes pontos de vista com a finalidade de realizar uma complementação ao caráter exploratório da mesma.

Houve o cuidado e a preocupação em se tomar, como referência metodológica, trabalhos recomendados por profissionais da área de estudo, que enfocassem, tanto sob o aspecto teórico quanto prático, os diversos aspectos e visões dos comitês de bacia, com o propósito de identificar um delineamento de pesquisa que mais se adequasse à situação dos casos selecionados. Dentre estes se destacaram: Gil (1999), Neves (1996), Silva (1998), Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil (2003) e o Projeto Marca D'Água (2003).

4.2.1 O universo, a amostra e as etapas na pesquisa de campo

Já foram criados em Pernambuco nove comitês: Pirapama, Pajeú, Moxotó, Jaboatão, Mundaú, Una, Ipojuca, Goiana e o Capibaribe. Destes três encontram-se desarticulados há mais de dois anos (Pajeú, Moxotó e Mundaú) e um é recente formação. O critério para a seleção dos casos a serem estudados foi em relação ao tempo de funcionamento, isto é os comitês que estão em funcionamento há mais de dois anos, tendo-se como referência o ano da

pesquisa (2007). Sendo assim os comitês objetos de estudo foram: Pirapama, Jaboatão, Una, Ipojuca e o Goiana.

O público alvo da pesquisa foram os membros de comitês de Pernambuco e posteriormente outros membros de comitês do Brasil por ocasião do IX Encontro Nacional dos Comitês de Bacia, realizado em Foz do Iguaçu no período de 23 a 27 de outubro de 2007.

- **Para o levantamento dos dados em Pernambuco**

Para a seleção dos membros o critério adotado foi intencional, deu-se preferência aos que se destacavam pela atuação e tempo de experiência no comitê, a obtenção dessas informações foi através da própria direção por ocasião das reuniões e também através dos membros representantes da SRH nestes comitês, além da observação do comportamento dos membros durante algumas plenárias. Como a pesquisa não se prende exclusivamente à busca de uma generalização estatística (MERRIAM, 1998 apud DIAS, 2007), a amostragem probabilística “não é necessária, nem mesmo justificável” desde que a escolha dos objetos de pesquisa sejam adequados aos objetivos da investigação. Desta forma, o pesquisador pode optar por uma amostra de forma intencional, visando à obtenção de informações de fácil apreensão.

Foram contemplados representantes por cargo na direção e também por segmento da seguinte forma: o número de dirigentes de cada comitê é de três representantes (presidente, vice-presidente e secretário) os cinco comitês totalizam 15 representantes da diretoria, optou-se por entrevistar dois membros da diretoria, ou seja, dois por comitê, totalizando 10 questionários (TAB. 1).

TABELA 1
Número de entrevistados, por comitê, e por cargo na direção e instituição que representa em Pernambuco

Diretoria	CBH / Instituição que representa					Total
	Pirapama	Jaboatão	Una	Goiana	Ipojuca	
Presidente	Petroflex	Secretaria do Meio Ambiente	ONG/Caruaru (NAOP)		Prefeitura de Sanharó	4
Vice-presidente	-		Usina Catende	Prefeitura de Macaparana	ONG/Caruaru (NAOP)	3
Secretario	Prefeitura do Cabo	Associação de Fornecedores de Cana		Associação de Fornecedores de Cana		3
Total	2	2	2	2	2	10

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Com a finalidade de também contemplar as representações por segmentos nos CBHs, foram aplicados 30 questionários, ou seja, seis por comitê sendo dois representantes por segmento (TAB. 2). Em relação à quantidade total dos membros que compõem os comitês têm-se: Pirapama, Jaboatão e Ipojuca cada qual com trinta membros; Una com 56 e o Ipojuca, apesar da SRH informar que são 112 membros, a atual direção do comitê não possui cadastro atualizada destes membros e pelo precário funcionamento com poucas reuniões realizadas e a constante baixa frequência dos membros, esta informação não é confiável por estar desatualizada.

TABELA 2
Número de entrevistados, por comitê, e por segmento em Pernambuco

Segmento	Comitês de Bacia					Total
	Pirapama	Jaboatão	Una	Goiana	Ipojuca	
Poder Público	2	2	2	2	2	10
Usuário	2	2	2	2	2	10
Sociedade Civil	2	2	2	2	2	10
Total	6	6	6	6	6	30

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Devido às funções diferenciadas entre a diretoria e os demais membros que compõem o comitê foram confeccionados dois tipos de questionários: um destinado aos membros da diretoria (APÊNDICE A), inerentes às funções administrativas, e outro destinado aos membros sem distinção de cargo (APÊNDICE B). Os questionários foram elaborados buscando levantar informações sobre os seguintes aspectos: estrutura (física, humana e organizacional); apoio institucional; comunicação e participação (articulação interativa, informações e capacitação) e funcionamento (os fatores que têm dificultado e os que têm facilitado o funcionamento e as melhorias socioambientais percebidas). Vale salientar que os dirigentes selecionados responderam a dois tipos de questionário, ou seja, um para assuntos específicos a administração do comitê e outro relacionado às percepções como membro do mesmo (APÊNDICE A e B).

- **Para o levantamento dos dados em outros estados**

Foi utilizada a ocasião do IX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Foz do Iguaçu no período de 23 à 27 de outubro de 2007. O procedimento adotado foi aplicar o questionário ao maior número possível de representantes neste evento, de forma aleatória simples, utilizando um gravador para o registro das perguntas e respostas, realizadas durante os intervalos das atividades promovidas pelo evento. O questionário

deveria ser simples e direto (APÊNDICE C) pelas condições do evento e ao mesmo tempo abordar de forma objetiva questões centrais para a pesquisa que também tivessem sido contempladas em Pernambuco (APÊNDICE B). Assim as perguntas visaram à obtenção da percepção dos membros de comitês de bacia, (incluindo também membros de comissões pró-comitês cadastrados pela Rede Brasileira de Organismos de Bacia) à respeito de quais os fatores que mais facilitavam e os que mais dificultavam o funcionamento do CBH do qual faziam parte os entrevistados (APÊNDICE C).

Conseguiu-se entrevistar 86 membros de 55 comitês estaduais, de 15 estados brasileiros, e cinco federais, de um total de 125 comitês estaduais, de 15 estados, e sete federais, cadastrados no Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica. Por coincidência, os nove membros dos comitês federais também pertenciam a algum, ou alguns, comitês estaduais. Vale salientar, também, que, neste estudo, foram considerados os membros de comitês de todos os 15 estados onde existem comitês, menos, propositadamente, do Estado de Pernambuco, pois a intenção era comparar os resultados obtidos anteriormente em Pernambuco com os dos outros estados em relação aos fatores que mais facilitam e os que mais dificultam o funcionamento do CBHs, pois ambos questionários abordaram o assunto (APÊNDICES B e C).

Quanto às etapas para realização da pesquisa de campo foram:

- elaboração dos questionários destinados ao Estado de Pernambuco;
- participação em algumas plenárias (10) dos CBHs de Pernambuco durante o ano de 2007, e participação em dois importantes eventos estaduais: Oficina sobre Sociedade Civil em Comitês de Bacia – Princípios e Práticas, realizado no dia 04 de setembro de 2007, em Recife, Pernambuco; e o II Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas de Pernambuco, realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 2007, em Gravatá, Pernambuco. Estas participações tiveram o objetivo de conhecer e vivenciar os procedimentos das reuniões dos comitês e buscar a identificação dos membros para a formalização de contatos para posterior aplicação dos questionários e busca de retornos dos mesmos;
- antes de efetivar a aplicação definitiva do questionário, fizeram-se alguns testes (três aplicações de cada tipo de questionários) com a finalidade de identificar as possíveis falhas para correção;
- elaboração e aplicação do terceiro questionário que foi aplicado em Foz do Iguaçu;
- sistematização dos dados e análise dos resultados, os dados gerados foram tabulados de forma a permitir comparações e análises entre os CBHs de Pernambuco e

posteriormente fez-se correlação entre os resultados obtidos à nível nacional sobre os fatores que facilitam e os que dificultam o funcionamento dos CBHs;

- os resultados subsidiaram as discussões e as conclusões obtidas nesta dissertação.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente são aqui apresentados resultados que decorrem da leitura e sistematização dos documentos básicos de cada comitê, que são os estatutos, os regimentos e as atas.

A partir deles foi possível ter uma visão geral dos comitês, em relação à organização interna, à dinâmica de funcionamento e ao papel que exercem na mediação de conflitos e indução a uma tomada de consciência frente à realidade da respectiva bacia hidrográfica, bem como selecionar o estatuto e o regimento para servir de parâmetro (ANEXO A e ANEXO B).

A partir da sistematização e análise das respostas do questionário aplicado a membros da diretoria dos CBHs (APÊNDICE A), foi possível entender sobre a infraestrutura, recursos financeiros e apoio logístico disponíveis, assim como sobre a existência de grupos de trabalho e câmaras técnicas, comunicação com o governo, com a comunidade e com as entidades de origem, as mudanças havidas na bacia após a criação dos comitês, entre outros.

Por sua vez, as respostas do questionário aplicado aos membros dos comitês (APÊNDICE B), contribuíram para o conhecimento à respeito dos fatores que têm facilitado e os que têm dificultado o funcionamento dos CBHs, da participação dos segmentos nas reuniões, das melhorias socioambientais na bacia após a criação dos CBHs, das tomadas de decisão nas reuniões etc.

Por fim, o questionário aplicado aos membros de outros estados (APÊNDICE C), apesar de ter utilizado apenas duas perguntas, possibilitou uma visão geral das maiores dificuldades e avanços vivenciados pelos comitês a nível nacional, viabilizando desta forma comparações entre o que ocorre em Pernambuco e no Brasil.

5.1 DOCUMENTOS: ESTATUTOS, REGIMENTOS E ATAS

São documentos essenciais para a existência e funcionamento dos CBHs. Por se constituírem em fontes de informação, estes documentos foram solicitados à direção de cada um dos comitês estudados com a finalidade de serem analisados. Por possuírem características diferenciadas, os estatutos e regimentos terão seus resultados discutidos separadamente e posteriormente serão abordadas as atas.

5.1.1 Estatutos e Regimentos dos Comitês de Bacias Hidrográficas

Ambos os documentos são de grande importância para este estudo, por se constituírem em base para a regulamentação (estatuto) e estabelecimento de normas de organização e funcionamento (regimento). Portanto, a construção desses documentos deve ser uma das primeiras ações do comitê, desde o início da sua criação.

No que se refere à organização e às especificidades, os estatutos se organizam basicamente em sete capítulos, exceto o comitê do Jaboaão, que possui oito capítulos; enquanto que os regimentos possuem ordenamento bastante variado. Apesar de no contexto geral, os referidos documentos se apresentarem muito semelhantes, percebeu-se que o estatuto e o regimento do Comitê do Jaboaão (ANEXO A e ANEXO B) se destacam dentre os demais, pela sua organização e especificidades estabelecidas, bem como pela atualização de conformidade com a Lei nº 12.984 de 05 de dezembro de 2005, neste aspecto, apenas os comitês do Jaboaão e Goiana encontram-se atualizados, tendo em sua composição 40% para o segmento do poder público, 40% para o segmento dos usuários e 20% para o segmento da sociedade civil. Por este motivo os comitês do Pirapama, Una e Ipojuca, ainda adotam em sua composição 50% para representantes do poder público e para o segmento da sociedade civil, neste estando incluídos o segmento usuário também 50%.

5.1.2 Atas dos Comitês de Bacias Hidrográficas

O Estatuto de todos os comitês estabelece, em seu Capítulo V, que as sessões plenárias, ordinárias e/ou extraordinárias, serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas e assinadas pela Secretaria Executiva e demais membros presentes, pois serão apresentadas e submetidas à aprovação na próxima sessão plenária. De forma que as atas representam o registro da dinâmica e do desempenho dos comitês, pois deve registrar todos os fatos ocorridos durante as reuniões. Verificando-se o procedimento de elaboração das atas nos respectivos comitês, identifica-se que um modelo apropriado para este fim deve constar: a numeração seqüencial da reunião; a identificação se ela é ordinária ou extraordinária; data de realização; relação dos membros presentes e a que entidades estão representando; e a respectiva pauta que deve iniciar com a leitura e aprovação da ata anterior.

A importância da ata reside, principalmente, em ser um registro oficial das discussões e deliberações ocorridas nas reuniões, e, no caso da presente pesquisa, como um meio para avaliar o nível, pertinência e grau de participação das discussões, a objetividade e

conseqüência dos encaminhamentos deliberados, bem como quem é o responsável pelo encaminhamento. É importante frisar que, em cada reunião, se faz necessário o conhecimento do retorno das decisões tomadas anteriormente, visando informar aos membros e à comunidade interessada, se as decisões foram encaminhadas e quais suas conseqüências, para que se avaliem os próximos passos em relação à cada questão. Caso contrário, o que se observa é simplesmente o registro de discussões que ficam no vazio, desestimulando os presentes, fazendo com que percam o interesse de participação e atuação.

As atas serão analisadas por cada comitê, serão observados os aspectos de disponibilidade e organização das atas pela direção e através das informações que constam nessas atas verificar: o funcionamento interno (a dinâmica e objetividade das reuniões e os seus resultados); os procedimentos de mediação e conscientização (resolução de conflitos, atividades como palestras e capacitações); a quantidade, freqüência e participação nas reuniões.

5.1.2.1 As Atas do Comitê do Pirapama

Disponibilidade e organização do material – infelizmente, o primeiro comitê implementado não dispõe da maior parte das suas atas, pois, segundo consta na Ata do dia 16/03/2006, este material foi perdido. Portanto, não foi possível fazer o levantamento através das mesmas sobre o seu funcionamento, sobre os processos de mediação e conscientização, bem como sobre a quantidade, participação e freqüência das reuniões como um todo.

No intuito de amenizar esta lacuna, se buscou informações deste comitê através do Projeto Marca D'Água (2003, p. 55), com o relato de Ana Gama, a respeito dos três primeiros anos desse comitê, já citado anteriormente (no item 2.6.1) neste trabalho.

No que se refere às poucas atas disponibilizadas uma parte encontrou-se nas mãos da antiga administração correspondente a sete atas no período de 17/05/2000 a 28/02/2001 e outras atas foram disponibilizadas pela atual secretaria do CBH, foram nove atas correspondentes ao período de 27/02/2003 a 26/07/2007. No primeiro bloco de atas mais antigas percebe-se um nível de funcionamento bastante dinâmico como o acompanhamento de projetos como o SOS Mata Atlântica, Agenda 21, Barragem para a Bacia do Pirapama e construção de uma Câmara Técnica para a cobrança pelo uso da água, além de realização de capacitações destinadas às organizações de base comunitária.

Quanto às outras atas mais recentes, o que se tem a acrescentar é a constatação de que houve uma redução na presença dos participantes nas reuniões, com predomínio da

presença do segmento poder público. Nas referidas atas encontra-se o registro da percepção de que os projetos e planos do comitê encontram-se estagnados devido à ausência de recursos. Mesmo assim foi realizada uma Expedição Pirapama da Foz à Nascente com o objetivo de levantar as condições ambientais da bacia, nos dias 20, 21 e 22 de março de 2006.

5.1.2.2 As Atas do Comitê do Jaboatão

Disponibilidade e organização do material - as atas não se encontravam reunidas nas mãos da atual administração. Parte delas encontrava-se com a gestão anterior, além de as atas de considerável período não estarem disponíveis, que vai da criação do CBH em 15/03/2001 à 04/2003. Em termos da qualidade da elaboração, as atas disponíveis correspondentes ao período de 13/05/2003 a 14 /08/2007 adotaram um esquema bem estruturado, constando da relação dos representantes e sua respectiva instituição; referência à leitura e aprovação da ata da reunião anterior e a pauta da presente reunião. O comitê não forneceu lista atualizada dos membros integrantes.

Funcionamento interno - foi observado que o comitê teve a preocupação em elaborar planos anuais de trabalho nos anos de 2005, 2006 e 2007, mas as atas não fazem referência sobre o cumprimento destes Planos. O comitê não dispõe de câmaras técnicas, mas, constatou-se a criação dos seguintes Grupos de Trabalho (GTs):

- a) **GT 1 – Revisão de Estatutos e Regimentos** – para realização deste trabalho o grupo realizou uma extensa pesquisa a nível nacional, tendo, inclusive, norteado a elaboração dos documentos dos outros comitês do Estado.
- b) **GT 2 – Plano de mobilização da sociedade civil e das prefeituras dos municípios da área da bacia do rio Jaboatão**– quanto à mobilização da sociedade civil não ficou clara a estratégia utilizada nem os seus efeitos, mas quanto à mobilização dos representantes das prefeituras, a estratégia utilizada foi a utilização de palestras realizadas pelos próprios representantes dos municípios, com apresentações: do Cabo de Santo Agostinho, do Jaboatão dos Guararapes e de Moreno sobre como o rio Jaboatão está sendo tratado por essas prefeituras. Foi constatada a falta de interação com outros municípios por não se fazerem presentes – Recife, Vitória de Santo Antão e São Lourenço da Mata. No intuito de suprir esta dificuldade, o comitê realizou uma Oficina (Projeto de Implementação da Legislação Ambiental na Bacia do Rio Jaboatão em 09/08/2005) em São Lourenço da Mata, para atingir os outros municípios. Mas, até onde se observou, não foi concretizada nenhuma ação neste sentido. O resultado desta

iniciativa, porém, teve importância, pelo grande passo dado na ocasião da elaboração do Plano Diretor desses municípios, ao incluir a preocupação com a gestão ambiental da bacia.

- c) **GT 3 – Expedição fluvial no rio Jaboaão** – realizada no dia 23 de março de 2006, teve como objetivo elaborar um diagnóstico simplificado desde a nascente do afluente Pacas, em Vitória de Santo Antão, até a foz, em Barra de Jangada, em Jaboaão dos Guararapes. Foram também realizadas caminhadas, plantio de mudas e instalação de um obelisco em Barra de Jangada.
- d) **GT 4 – Levantamento de Áreas de Preservação e Proteção Ambiental Permanente na bacia hidrográfica do rio Jaboaão** – deste trabalho resultou a elaboração de um relatório constando de um mapa com várias denúncias de irregularidades. Porém, quando o comitê deliberou para buscar sustar estas irregularidades contactando a Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA), esta informou sobre sua impossibilidade de fiscalizar toda a área.

Mediação e conscientização - nos documentos disponibilizados, houve doze denúncias de irregularidades referentes a conflitos pelo uso e ocupação do solo, e também pelo uso da água, além de situações de desconhecimento de projetos governamentais implantados na área da bacia. Poucas respostas ou retornos aos encaminhamentos (apenas 3) foram repassados aos membros nas reuniões seguintes, isto é, pelo menos que estejam constando nas atas. Esta percepção da não solução dos problemas induziu a uma reflexão (Ata de 14/02/2006) sobre a postura do comitê, se devia sair da constatação de problemas para um caráter mais interventivo. Porém houve esclarecimentos de que o papel do comitê se restringe a buscar solução através de envio de ofícios aos órgãos de comando e controle responsáveis pela execução dos requeridos serviços.

Constatou-se na leitura das atas que as reuniões tinham a maior parte do tempo tomada por palestras, restando pouco tempo para discussões e encaminhamentos.

Em uma reunião realizada no dia 08 de novembro de 2005, sentiu-se a necessidade de se tomar conhecimento a respeito dos resultados dos encaminhamentos de outras reuniões realizadas para avaliação dos mesmos, e deliberou-se neste sentido. Porém, até onde se pôde observar nas atas, até o dia 14 de agosto de 2007 esta deliberação não foi cumprida.

Entretanto, constatou-se que houve algumas conquistas como: plantio de mudas em Vitória de Santo Antão; limpeza de um trecho do rio Jaboaão pela prefeitura; aplicação de

multas a duas empresas (Bulhões e Portela); ações em atendimento aos pleitos da Associação dos Moradores de Barra de Duas Unas; realização de seminários e palestras referentes à busca de informações sobre programas e projetos, direcionados tanto à área da bacia, como também palestras sobre assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos. Vale salientar que em aproximadamente 90% das reuniões houve a utilização de palestras e /ou apresentação de participações em eventos afins, entretanto isto não deve ser confundido com a realização de capacitações para os membros sobre as características inerentes a funcionalidade e missão dos CBHs.

Quantidade, participação e frequência de reuniões – foram 37 as atas disponibilizadas. A partir de 2005 começou a haver maior intensificação na ocorrência de reuniões, e em 2006 as reuniões passaram a ser mensais. Na observação da frequência dessas reuniões, identifica-se duas fases, tendo como referência o número de membros presentes: i) observou-se que no período correspondente a maio de 2003 a outubro de 2006 (42 meses) houve 27 reuniões, portanto, uma média de uma reunião a cada 45 dias, e com uma média de aproximadamente 12 membros por reunião; e ii) no período de 21/11/2006 a 14/08/2007 (10 meses) houve 10 reuniões, ou seja, uma média de uma reunião por mês, dentre as quais a metade (5) não obteve quorum. Neste período obteve-se uma média de aproximadamente 7 membros por reunião.

Nessas atas pôde-se observar, também, que o segmento que se fez mais presente e atuante durante as reuniões foi, predominantemente, o poder público, que em 90% das reuniões teve mais membros presentes que a soma dos membros representantes da sociedade civil e dos usuários.

5.1.2.3 As Atas do Comitê do Una

Disponibilidade e organização do material - as 21 atas disponibilizadas não apresentaram condições de obtenção de informações concretas sobre o número de presentes às reuniões por segmento e não se apresentaram organizadas, cumprindo o padrão habitual que deve ter uma ata.

Funcionamento interno - na consulta às atas, bem como em outros documentos disponíveis, este comitê apresentou um forte nível de articulação entre os seus membros e a comunidade da bacia, como demonstra as seguintes ações:

- a) Formação de um Conselho de Usuários da Barragem do Prata;
- b) Formação de comissões para acompanhamento dos conflitos;

- c) Comissão para realização de atividades destinadas ao delineamento de uma política de comunicação;
- d) Criação de um GT de Renaturalização da Foz do Una e de uma equipe multidisciplinar, com poderes consultivo e deliberativo, sobre o tema em questão, o que proporcionou a incorporação e envolvimento de novos atores;
- e) Criação de 06 núcleos para observações de campo, visando levantar a situação de poluição, com elaboração de relatórios para os seguintes locais da bacia: Engenho Bombada, Engenho Piaba de Cima, Hospital Maria Amália e Engenho Baeté, no rio Una, Estação de Captação da COMPESA, e Ponte Damião, no rio Carimã.

A diretoria desse comitê tem uma preocupação constante em acompanhar as deliberações e encaminhamentos feitos, e, inclusive, avaliou o comitê no período da sua primeira diretoria (2003-2004), constatando o seguinte: dispersão de algumas representações durante a constituição do comitê; identificação de entidades que têm mais apoiado o comitê (prefeituras, FASE, Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Barreiros, Usina Catende); participação desigual entre os membros provocando uma gestão centralizada, entre outros.

No relato das atas dá para perceber uma boa participação dos seus membros nas discussões, diferentemente dos outros comitês.

Mediação e conscientização - dos comitês estudados o Una foi o que obteve melhores resultados em seu desempenho. No início da criação do CBH houve duas deliberações fundamentais: construção de uma estratégia de mobilização e participação da população da bacia, e capacitação de seus membros, tanto no que se refere ao papel do CBH e as relações com o Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, como sobre os conflitos do uso da água. A estratégia de mobilização e incentivo à participação baseou-se em dois focos centrais: i) os membros que compareciam às reuniões eram orientados no sentido de realizar encontros com a sua comunidade e fazer uma troca entre o que se passava no comitê, e também de recolher informações à respeito dos problemas ambientais na área da bacia, e de levá-los ao conhecimento do CBH para tomada de providências; e ii) articulação política entre os comitês em funcionamento no Estado e também com os órgãos responsáveis pela gestão e prestação de serviços ligados aos recursos naturais.

A mediação que obteve maior destaque no comitê foi referente ao conflito da Várzea do Una, que através de uma Ação Civil Pública obteve sucesso em suas reivindicações, obtendo o retorno do rio ao seu leito normal, chegando o comitê a receber uma homenagem de reconhecimento pela causa, com o prêmio Vasconcelos Sobrinho na categoria

Personalidade do Meio Ambiente (CPRH – 2005). Outras mediações observadas em atas e documentos foram: a atividade de aquíicultura em tanques de rede na barragem do rio Prata onde se deliberou pela realização de relatório de avaliação (CPRH, SECTMA e UFPE), tendo como resultado o impedimento de empreendimentos comerciais privados em prol dos interesses sociais do local; e o impedimento da construção de um aeroporto na área estuarina do rio Persinunga.

Na reunião do dia 18 de julho de 2007, a FASE apresentou o resultado da Pesquisa de Estudo dos Conflitos na Bacia Hidrográfica do rio Una, discorrendo sobre a metodologia do trabalho, conceito de conflito, dinâmica e estrutura dos conflitos, mapa dos conflitos detectados na bacia e estratégias para a gestão, bem como desenvolveu um Plano de Trabalho para o comitê. Isto mostra a objetividade como o CBH-UNA vem trabalhando, bem como a importância dos resultados das suas ações.

Quantidade, participação e frequência das reuniões - teve-se acesso a 21 atas, correspondentes ao período de 25 de janeiro de 2002, dia da criação do Comitê, até o dia 17 de agosto de 2007 (68 meses). Foi observado também um espaço maior de ausência de atas de reuniões entre 20 de junho de 2006 até 03 de maio de 2007. Na ata correspondente à última data citada houve um relato para suprir esta ausência documental, onde se informou o acontecido em seis reuniões neste período. Porém este fato não supriu as informações necessárias para o estudo, podendo-se apenas considerar o aspecto quantitativo das reuniões descritas em atas, ou seja, 27 reuniões.

A partir também da Ata do dia 03 de maio de 2007, pôde-se observar que a os informes apresentaram mais clareza. Isto possibilitou o conhecimento da quantidade dos presentes por segmento nas três últimas atas disponibilizadas, havendo também a informação de um aumento considerável de presentes. A precariedade na organização do conteúdo das atas anteriores não permitiu o levantamento da média de presença dos membros. Porém, no que se referem às três últimas atas, pode-se afirmar que houve o predomínio da participação do segmento sociedade civil, em relação à participação do poder público. Por sua vez, a presença do segmento usuário não chegou a 10% do total dos presentes nessas reuniões.

5.1.2.4 As Atas do Comitê do Ipojuca

Disponibilidade e organização do material –o acesso às atas desse comitê foi bastante difícil, devido à mudança nos componentes da direção e aos conflitos de relacionamento pessoal entre os membros envolvidos. Quanto à organização do material,

observou-se uma situação muito precária: não havia conhecimento da própria composição do comitê no momento, nem o apoio da infra-estrutura de um escritório para funcionar. Além disso, atas não se encontram organizadas cumprindo o padrão habitual.

Funcionamento interno - o comitê do Ipojuca passa por sérios problemas de funcionamento, e, dentre os comitês estudados, é o que apresenta maior instabilidade, devido a conflitos internos e apoio institucional insuficiente. Na consulta às atas não se verificou a criação de câmaras técnicas, GTs ou outro tipo de organização que tenha gerado resultados.

Mediação e conscientização - dentre os documentos cedidos pelo comitê encontram-se dois Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), e um Relatório da 8ª Oficina do Projeto de Implantação da Legislação Ambiental na Bacia do Rio Ipojuca, datado de 05 de março de 2004.

O primeiro TAC, celebrado no dia 20 de novembro de 2003, entre o Ministério Público de Pernambuco e o Município de Caruaru, para sanar as agressões existentes no Parque Ecológico João Vasconcelos Sobrinho, onde existe explorações comerciais em sua área, impróprias para uma unidade de conservação, desmatamentos, uso de agrotóxicos, utilização de irrigação, extração de argila, além de vir sofrendo ocupação ilegal que gera poluição através de esgotos domésticos e resíduos sólidos, entre outros tipos de poluição ambiental.

O segundo TAC, realizado no dia 09 de março de 2004, entre o Ministério Público de Pernambuco e o Frigorífico Sol Nascente, com o objetivo de impedir o lançamento de efluentes industriais do frigorífico, no solo, na flora, nas águas de poços, açudes e no rio Ipojuca.

Quantidade, participação e frequência de reuniões – foram disponibilizadas 08 atas, correspondentes ao período 30/04/2002, data de sua criação, até 31/08/2007 (65 meses), número muito reduzido de atas de reuniões para o tempo de existência do comitê, pois o seu Estatuto estabelece uma frequência de 4 reuniões ordinárias por ano (trimestral). O CBH do Ipojuca é o que possui maior número de integrantes (112) no Estado. Segundo as atas, a pouca presença nas reuniões é atribuída pelos membros como consequência da falta de apoio de recursos para transporte, que, segundo eles, correspondem às obrigações do Governo Estadual. Por este motivo houve a suspensão das reuniões ordinárias do comitê no dia 15 de outubro de 2003 que foi retomada no dia 10 de dezembro de 2004. Devido à precariedade na forma de elaboração das atas, não foi possível levantar o número dos presentes em cada reunião, nem os segmentos a que pertenciam. Tem havido atualmente tentativas de recuperar as atividades do comitê.

5.1.2.5 As Atas do Comitê do Goiana

Disponibilidade e organização do material - as atas deste comitê encontraram-se organizadas e não foi constatado perda ou extravio do material. É importante mencionar que foi o único comitê que disponibilizou suas atas na forma convencional, escrita manualmente. O levantamento deste material encontra-se inserido no período de 02 de junho de 2004, data da criação do Comitê, a 18 de dezembro de 2007 (43 meses). Observou-se que as cinco últimas atas não possuíam assinatura dos presentes no momento de recolhimento das mesmas. O comitê forneceu lista atualizada dos membros integrantes, além de cópia de um trabalho realizado pelo CBH sobre a disponibilidade hídrica da bacia. As atas do comitê não estabelecem um padrão único como no caso do Jaboatão. Sente-se a falta de distinção entre membros e convidados e não se menciona o nome das respectivas instituições representadas. Também ocorre, muitas vezes, a omissão da pauta da reunião.

Funcionamento interno - o comitê não dispõe de câmaras técnicas, porém verificou-se a criação (27/07/2004) de três GTs:

- a) **GT 1 - Mata Ciliar** – com o objetivo de interagir com os técnicos contratados pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA) num projeto piloto de recuperação de mata ciliar, em 200 hectares, nas principais nascentes e margens da barragem do rio Sirigi.
- b) **GT 2 – Reservatórios (açudes e barragens)** – encarregado do levantamento da situação da disponibilidade de água na área da bacia. Deste trabalho resultou a elaboração de uma síntese do diagnóstico mais atualizado dos recursos hídricos da bacia do rio Goiana e dos grupos de bacias dos pequenos rios litorâneos (GL-1 e GL-6), com as seguintes sugestões de melhorias: i) comprometimento de outras entidades públicas e privadas com a geração e coleta de informações hidrometeorológicas; ii) consolidação efetiva da SRH como entidade gestora das informações hidrometeorológicas e fluviométricas no Estado de Pernambuco; iii) resgate de informações dispersas e sua disponibilização para o público; iv) efficientização dos serviços de operação e de manutenção da rede hidrometeorológica; e v) adequação da estrutura da SRH para um melhor desempenho das tarefas que possam conduzir ao atingimento das melhorias sugeridas (Convênio ANA/SRH, n° 006/2001).

Segundo informações dos próprios membros responsáveis pela elaboração deste trabalho, o Governo do Estado não deu a devida atenção ao documento.

- c) **GT 3 – Institucional** – encarregado da promoção de palestras, seminários, informativos e construção do Regimento visando o planejamento estratégico da bacia.

Mediação e conscientização - os problemas mais apontados nas reuniões foram referentes às questões do déficit de água e à necessidade de construção e manutenção dos açudes e barragens, sendo os conflitos predominantes os relacionados ao uso da água pela atividade canavieira e indústrias sucroalcooleiras. O PARH, apesar de indicar a Zona da Mata Norte como uma das maiores áreas de demanda para as atividades agroindustriais do Estado, e ter a menor quantidade de reservatórios das regiões contempladas pelo estudo, não identificou novos eixos barráveis. Por este motivo, o comitê fez um trabalho de levantamento da bacia, identificando a possibilidade de construção de 124 barragens e açudes, levando ao conhecimento do governador do Estado, e solicitando a construção de novas barragens para acumulação de água na bacia. Esta solicitação não surtiu, até o momento, o efeito desejado.

Quanto à situação de uso e ocupação do solo de forma indevida, a conquista observada pela mediação destes problemas foi através da iniciativa do Sindicato do Açúcar e do Alcool (SINDAÇUCAR), que se responsabilizou em recuperar gradativamente as matas ciliares em sua área de atuação, numa largura de 15 metros a partir de cada lado das margens do rio.

No que se refere à atuação do PROMATA nas margens do rio Sirigi, foi mencionado o não cumprimento do que foi estabelecido inicialmente. Isto é, em vez de recuperar a mata ciliar de 200 hectares, recuperou apenas 60 hectares, e das 44 nascentes da área, recuperou apenas 14. Outra queixa do CBH a respeito da atuação deste projeto foi a não mobilização da população do entorno.

Outro conflito de destaque relatado nas atas é sobre a criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Goiana. Observou-se que se trata de um Decreto Federal assinado pelo Presidente da República, sem o conhecimento prévio do CBH, e que os esclarecimentos a respeito dos limites do referido programa, solicitados pelo comitê, estão sendo ainda aguardados.

O comitê, segundo as atas disponibilizadas, realizou nove apresentações de palestras, mas não se constatou a realização de nenhuma capacitação para os seus membros.

Quantidade, participação e frequência de reuniões - no período acima citado foram realizadas 19 reuniões, com a média de 16 membros por reunião, ou seja, com a presença de mais de 50% dos membros. Quanto à participação por segmento, houve dificuldade em se identificar, porque as atas constavam de lista com assinaturas manuais, sem indicar o órgão representado. Entretanto, inferindo através de observação durante as reuniões,

e também se tentando identificar as assinaturas com a lista de membros fornecida pelo CBH, estima-se que há um predomínio do segmento usuário, seguido de perto pelo segmento poder público, e o segmento sociedade civil muito pouco representado. Vale salientar que nas reuniões observadas, se percebeu a participação de apenas um componente do segmento da sociedade civil, porém o mesmo representava a Associação dos Fornecedores de Cana, uma associação de usuários, a qual serve de apoio ao comitê, fornecendo a estrutura de escritório.

5.2 QUESTIONÁRIOS

A interpretação dos resultados dos questionários encontra-se organizada por meio da tabulação dos resultados com seus respectivos dados percentuais. Ao final de cada tema é realizada a discussão e os comentários dos resultados obtidos. O primeiro e o segundo questionários se referem ao Estado de Pernambuco. O primeiro questionário a ser trabalhado foi o aplicado a 10 membros das diretorias, 2 por comitê (ÂPÊNDICE A). O segundo questionário, foi o dirigido a 30 membros dos comitês, 6 para cada um dos 5 CBHs (APÊNDICE B); e o terceiro questionário, se refere aos 86 membros de 55 CBHs de outros 15 estados brasileiros, e de 5 comitês federais (APÊNDICE C).

Para a realização da discussão dos questionários aplicados será também levada em consideração as observações realizadas nas plenárias e eventos dos CBHs, bem como as consultas realizadas através dos documentos obtidos a respeito dos respectivos CBHs.

5.2.1 Questionários aplicados aos membros da Diretoria dos CBHs em Pernambuco

A direção de cada CBH é composta por três membros: presidente, vice-presidente e secretário. Dentre estes foram submetidos ao questionário dois diretores de cada comitê (conforme a TAB. 1, p. 88), sendo 4 presidentes, 2 vice-presidentes e 4 secretários. Para facilitar a discussão dos resultados, as questões (APÊNDICE A) encontram-se agrupadas nos seguintes temas: estrutura dos CBHs; apoio governamental; comunicação e participação; e avaliação dos CBHs.

5.2.1.1 Estrutura do Comitê

O primeiro bloco de perguntas teve a intenção de tomar conhecimento a respeito da infra-estrutura disponível em cada CBH, para isto as questões obtiveram informações sobre a existência e forma de uso do escritório, a disponibilidade de equipamentos, a existência de

funcionários à disposição do comitê, bem como sobre a realização do trabalho administrativo e a existência de câmaras técnicas e grupos de trabalho (dados no APÊNDICE D, respectivamente nas TAB. 19 e TAB. 20 e nos QUADROS 11, 12, 13 e 14).

As respostas fornecidas pelos membros da diretoria dos cinco comitês, evidenciam que nenhum deles possui infra-estrutura adequada para funcionamento, seja em relação à existência de espaço próprio para o escritório da secretaria executiva, seja em equipamentos básicos e pessoal de apoio. Os comitês funcionam precariamente, utilizando escritórios, equipamentos, material e, algumas vezes, serviço pessoal de apoio de instituições que participam do CBH por representação. Quem tem realizado o trabalho administrativo dos comitês tem sido os membros da diretoria, principalmente, os secretários e os presidentes dos comitês, que têm outros afazeres profissionais. Pode ser este o motivo que, como se vê nas atas, em alguns comitês sente-se a ausência de um controle entre o que se encaminha ou que se delibera e o respectivo resultado, não ocorrendo, também, a preocupação de se elaborar um relatório anual para controle e avaliação do próprio CBH, e para que as informações sejam repassadas aos próximos membros da diretoria ou a quem interessar. A importância desses procedimentos é tanto a de acompanhar os encaminhamentos e deliberações das reuniões, com o objetivo dar conseqüências a eles, como servir de alicerce para a construção da visão de futuro (planejamento). Saber o que já se fez e o que falta terminar de fazer é fundamental para se estabelecer novos planos e projetos.

Observa-se, porém, que o comitê Pirapama já contou com estrutura e pessoal para funcionamento no início de sua instalação em 1998, proporcionados por um convênio do governo do Estado através da CPRH e o governo britânico. Com a suspensão deste financiamento as atividades do comitê foram perdendo o ritmo, apesar de contar com o apoio de infra-estrutura da indústria Petroflex, a qual atualmente possui um representante que ainda está ocupando cargo (há três anos) na diretoria do CBH.

Os demais comitês do Estado, desde a criação, utilizam a estrutura dos órgãos ou entidades representadas nos respectivos comitês. Vale salientar que as informações fornecidas por alguns membros da diretoria a respeito da existência de grupos de trabalho não são compatíveis com as informações registradas em atas dos respectivos CBHs do Jaboaão Una e Goiana.

5.2.1.2 Apoio Governamental

O segundo bloco de perguntas teve como objetivo verificar a existência de apoio do governo aos CBHs e, para isto buscou-se informações a respeito da existência de apoio

financeiro do FEHIDRO, sobre a existência de outros recursos financeiros para as atividades administrativas e para o transporte dos membros para reuniões, bem como as fontes desses recursos. Estes dados encontram-se no APÊNDICE D, respectivamente na TAB. 21 e QUADROS 15 e 16

Até a finalização da aplicação deste questionário (setembro de 2007) os comitês nunca tinham recebido os kits-escritório comprados com recursos do FEHIDRO, apesar das declarações governamentais, que há vários anos mencionam a decisão de disponibilizá-los. No entanto, o FEHIDRO financiou a participação e transporte de membros de CBHs em alguns eventos específicos.

Por outro lado, os comitês não contam com outra fonte regular de recursos para as suas atividades administrativas e de transporte, recebendo apoios esporádicos em serviços ou em material, a depender das circunstâncias e tipo de iniciativa. Estes apoios são provenientes de prefeituras, do governo estadual, e das próprias entidades membros.

5.2.1.3 Comunicação e Participação

O terceiro bloco de perguntas teve como objetivo identificar as formas de comunicação relacionadas aos CBHs. No tocante à realização de discussão do governo com os CBHs (QUADRO 3) a respeito de projetos ou programas a serem implementados no território da bacia, tem sido um ponto crítico.

As decisões governamentais por vezes se fazem à revelia, ou sem o conhecimento dos CBHs, causando transtornos e insatisfação nas comunidades e nas suas representações nos respectivos CBHs. Deve-se salientar a importância do acordo entre as partes, até porque mesmo que a intenção dos empreendimentos seja a de beneficiar os aspectos socioambientais da área, poderá não surtir o efeito esperado, pois para isso necessita de um planejamento conjunto com os segmentos interessados da população, e o comitê é a representação legal deste conjunto. De forma que os CBHs são instrumentos poderosos nessas negociações, por lidar com as lideranças representativas do poder público, sociedade civil e usuários. A Lei nº12.984/05, no Artigo 47, referente às atribuições dos CBHs, em seus Incisos IV e V faz menção a esta incumbência:

IV – apreciar as propostas dos programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos na bacia, que sejam compatíveis com o Plano Diretor de Bacia Hidrográfica respectivo;

V – Aprovar as propostas para o plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos na bacia hidrográfica, promovendo a divulgação e debates.

CBHs	Meios de comunicação	Não
Pirapama	Através do site – http://www.cabo.gov.pe.br	1
Jaboatão	Mídia e internet	1
Una	<ul style="list-style-type: none"> • Cada membro de cada instituição comunica ao seu público sobre ações ordinárias. Nas questões conflituosas são comunicadas na rádio via local. • Por meio de articulação com os meios de comunicação, a exemplo da TV Asa Branca com abrangência na quase totalidade da Bacia, TV Jornal em Caruaru com alcance significativo dos municípios da Bacia e Rádios Locais com alcance em vários municípios da bacia. Ainda utilizamos a estratégia de comunicações em eventos (palestras, reuniões, entre outros), bem como pela Rede de Internet. 	
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Rádios , palestras, e pelas entidades participantes do CBH • Por meio de estratégia de articulação com os meios de comunicação de mídia espontânea 	
Goiana		2

QUADRO 3 - CBHs de Pernambuco: Comunicação das ações dos comitês para a população da bacia

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Na TAB.3, existe contradição entre as respostas dos membros das diretorias dos CBHs Jaboatão, Una e Goiana, onde um dos membros respondeu que os projetos e ações do governo são discutidos nos CBHs, enquanto que o outro membro respondeu que não. Já os dois diretores do Pirapama dizem que há discussão, enquanto os dois de Ipojuca dizem que não há. Pela pesquisa nas atas, percebe-se que geralmente que há alguma comunicação do governo aos comitês é sobre projetos e ações já desenvolvidos ou em andamento, e não discussões para um planejamento em comum acordo.

TABELA 3
CBHs de Pernambuco: Realização de discussões, nos comitês, de projetos governamentais na bacia

CBHs	Sim	Não	Total
Pirapama	2	0	2
Jaboatão	1	1	2
Una	1	1	2
Ipojuca	0	2	2
Goiana	1	1	2
TOTAL	5	5	10

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

A informação e a comunicação são faces da mesma moeda e é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento das relações humanas. Da mesma forma que se faz necessário a discussão dos projetos e ações do governo nos CBHs, também se faz

necessária a comunicação das decisões dos CBHs para a população do seu território de atuação.

.Na análise dos resultados da TAB. 4 e os QUADROS 4, 5 e 6 (APÊNDICE D), verifica-se que a maior parte dos CBHs estudados pecam no requisito comunicação, seja por desconhecimento da sua importância, ou pela falta de uma política de comunicação eficiente. Poder-se-ia alegar também a falta de recursos. Mas ao se olhar o exemplo do Comitê do Una seria precipitada a dedução.

O comitê do Una por utilizar-se de estratégias de comunicação pertinentes tem colhido bons resultados como: avanços na resolução de conflitos, significativa presença do segmento sociedade civil, além de ser o comitê que possui maior número de presença em suas reuniões (tendo como referência as três últimas atas).

Apenas os diretores do Ipojuca e do Una afirmam utilizar as rádios locais, os eventos, e o boca-a-boca, como meios de comunicação, enquanto que os outros comitês utilizam quase sempre o telefone, a internet e o correio, meios não indicados para se comunicar com os membros que moram em áreas rurais, geralmente representantes da sociedade civil.

Os diretores entrevistados do Ipojuca informam ter uma boa estratégia de comunicação, mas, na verdade, quase não tem feito reuniões do comitê, segundo as atas.

5.2.1.4 Avaliação dos CBHs

O quarto bloco de perguntas dedica-se a percepção dos membros da diretoria a respeito de avaliar o comitê tanto em relação à evolução e o desempenho em torno de manter ou perder as conquistas adquiridas, como também sobre à indicação dos principais desafios a serem enfrentados pelo CBH.

Apesar das dificuldades já apresentadas e discutidas, os resultados da TAB. 5, indica que 60% dos dirigentes dos CBHs consideram que os comitês estão avançando no nível de organização e atuação. Os outros 40% consideram que os comitês estão em fase de recuperação. Caracteriza-se, neste resultado, a existência de uma manifestação de otimismo em relação aos CBHs, pelo menos momentânea. Talvez pela mudança do Governo Estadual e pela criação da Secretaria de Recursos Hídricos, órgão específico para tratar das questões da água. Acrescente-se a estas expectativas a promessa do Governador (maio de 2007), durante a homologação do Comitê do Capibaribe, em repassar o valor de R\$ 800.000,00 do FEHIDRO

para os CBHs, e também a intenção da SRH em doar equipamentos básicos para o funcionamento dos escritórios dos comitês.

TABELA 4
CBHs de Pernambuco: Percepção dos membros sobre a evolução da situação dos comitês

CBHs	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Avanço	1	1	2	0	2	6	60
Estagnação	0	0	0	0	0	0	0
Retrocesso	0	0	0	0	0	0	0
Recuperação	1	1	0	2	0	4	40
TOTAL	2	2	2	2	2	10	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Entretanto, identificam-se algumas contradições inerentes a este otimismo, quando se observa as TABELAS 6 e 7. Além de que no contexto geral os CBHs pernambucanos ainda não dispõem de condições adequadas de funcionamento para uma dinâmica pró-ativa. Constata-se, por exemplo, que a falta de apoio governamental é marcante, o que dificulta praticamente todas as ações. Destaca-se que este apoio é previsto no Sistema Estadual de Recursos Hídricos, e que onde os comitês funcionam satisfatoriamente no Brasil, os recursos governamentais estão presentes.

A TAB. 7, vem através da percepção dos membros da diretoria referente aos principais desafios inerentes aos CBHs a verificação de que as condições de degradação, contaminação e poluição ambientais são equivalentes a falta de incentivo governamental. Lembrando que a área de atuação dos comitês em estudo se localiza na região mais densamente ocupada do estado requerendo uma demanda hídrica crescente, por sua vez, o resultado obtido para o desafio de abastecimento público é coerente com a realidade.

Cabe ainda ressaltar, a importância do papel dos CBHs no que se refere a intermediação entre o governo e a sociedade nos desafios destacados: falta da conscientização da comunidade e de uma fraca e despreparada participação social (TAB. 7).

Obviamente estes quatro itens destacados exprimem uma relação de dependência e correlação, que também merecem ser estendidos às outras opções indicadas na seqüência como a tendência do aumento dos "conflitos pelo uso da água", cabendo aos comitês gerencia-la, porém a "falta de autonomia e poder decisório" é constatada e negligenciada devido a "forte influência do poder econômico e político na região".

TABELA 5
CBHs de Pernambuco: Conquistas dos comitês adquiridas e mantidas ou adquiridas e perdidas

Conquistas dos comitês	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total
Apoio técnico e administrativo (recursos humanos);	M/P	M	0	0	M/M	4M 1P
Infra-estrutura e instalações físicas	P/P	M	M	P	M	3M 3P
Apoio financeiro de instituições internacionais	P/P	M	0	0	0	1M 2P
Apoio financeiro do governo ou de prefeituras	M/P	M	M/M	0	M	5M 1P
Programa de qualificação dos integrantes	P	M	M	0	P	2M 2P
Boa frequência dos participantes	M/P	M	0	P/P	M/M	4M 3P
Conquistas e resoluções de conflitos	M	M	M	0	0	3M
Sistema de informações	M	M/M	0	M	0	4M
Programa de educação ambiental	M	0	0	0	M	2M
Capacitação dos membros do CBH	P	M	M	0	0	2M 1P
Apoio e incentivo do governo ou de prefeituras	P	M	0	M	M	3M 1P
Apoio de ONGs	M	M	M	0	0	3M
Apoio de universidades ou centros de ensino	M/M	M	0	0	0	3M
Provisão orçamentária	P	M	0	0	0	1M 1P
TOTAL	9M 11P	14M 0P	7M 0P	2M 3P	8M 1P	40M 15P

*Adquiridas e mantidas (M), ou adquiridas e perdidas (P)

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELA 6
CBHs de Pernambuco: A percepção dos membros sobre os principais desafios para os comitês

Principais desafios*	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	%
Degradação, contaminação e poluição ambientais	2	2	1	1	2	20
Falta de incentivo governamental	2	1	2	2	1	20
Abastecimento Público	0	1	2	1	2	15
A falta da conscientização da comunidade	2	2	0	0	2	15
Uma fraca e despreparada participação social	0	2	0	2	0	10
Conflitos de uso pela água	2	0	1	0	0	7.5
Falta de autonomia e poder decisório	0	0	0	2	1	7.5
Forte influência do poder econômico e político na região	0	0	2	0	0	5
Ausência de uma estratégia de articulação e comunicação	0	0	0	0	0	0
TOTAL	8	8	8	8	8	40

*Foi solicitada apenas a indicação dos quatro maiores desafios.

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.2 Questionários aplicados aos membros dos comitês em Pernambuco

Como o CBH é composto pelas representações dos segmentos do poder público, dos usuários e da sociedade civil, este questionário (APÊNDICE B) dirigiu-se a dois representantes de cada um dos segmentos dos respectivos comitês conforme já citado na TAB. 2 (p. 89). A abordagem dos resultados encontra-se agrupada pelos seguintes temas: participação dos membros; acesso à informação e funcionamento dos CBHs

5.2.2.1 Participação dos Membros

Neste primeiro bloco as perguntas buscam entender a participação dos membros do CBH. No que se refere a auto-avaliação dos membros sobre a sua participação (APÊNDICE D TAB. 22) nas reuniões, identifica-se um percentual alto (83,3%) de avaliação satisfatória. Quanto à percepção das dificuldades dos segmentos em freqüentar as reuniões (APÊNDICE D, TAB. 23) do CBH, os segmentos mais citados foram: sociedade civil (46,7%) e usuários (46,7%).

Obviamente os funcionários das instituições do Estado contam com mais apoio e incentivo para esta participação. Por sua vez, a TAB. 8 mostra o resultado dos prováveis motivos das dificuldades de freqüência que vêm a corroborar com estas percepções, predominando a dificuldade de transporte.

TABELA 7
CBHs de Pernambuco: a percepção dos membros dos comitês sobre os prováveis motivos que têm dificultado a participação de alguns segmentos

Motivos que têm dificultado	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Dificuldade de transporte	2	2	0	3	4	11	25
Falhas na comunicação e na informação sobre os conteúdos e datas das reuniões	3	1	0	4	1	9	20,4
Alguns membros não têm compromisso com a questão sócio-ambiental da bacia	1	3	2	2	1	9	20,4
As decisões do comitê não são executadas	0	1	3	2	0	6	13,6
Dificuldade de liberação do trabalho	0	0	0	1	3	4	9,1
Os assuntos a serem abordados não são atraentes	0	0	1	1	2	4	9,1
O comitê não toma decisões	0	0	0	1	0	1	2,3
TOTAL	6	7	6	14	11	44	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.2.2 Acesso à Informação

O quarto bloco de perguntas refere-se ao acesso à informação, tanto pelos membros do CBH quanto pela população da bacia. Na questão do acesso à informação, no que se refere ao item “recebimento de orientações e informações sobre o funcionamento e função dos comitês” (TAB. 9), todos os entrevistados dos comitês do Una e do Ipojuca responderam que têm acesso, enquanto nos demais comitês, cinco responderam que sim, e um que não. De qualquer forma, todos os comitês tiveram um alto índice de positividade a esta resposta, o que significa que, em grande parte, os membros acreditam entender a respeito de comitês (90%).

TABELA 8
CBHs de Pernambuco: recebimento de orientações e informações sobre o funcionamento e função dos comitês

Recebeu orientação	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sim	5	5	6	6	5	27	90
Não	1	1	0	0	1	3	10
TOTAL	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Em relação às percepções à respeito de se houve capacitação com bons resultados (TAB. 10), 66,7% dos entrevistados (20) responderam que sim, com unanimidade para os membros do Una, onde todos os seis membros confirmaram que houve capacitação.

TABELA 9
CBHs de Pernambuco: percepção dos membros dos comitês sobre a realização de capacitações com bons resultados

Boas capacitações	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sim	4	3	6	3	4	20	66,7
Não	2	2	0	2	1	7	23,3
Não sabe	0	1	0	1	1	3	10
TOTAL	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Nas atas do Una consta que a FASE realmente promoveu uma capacitação para os membros desse comitê, enquanto que nos outros, até o momento da aplicação do questionário, não se teve conhecimento através dos levantamentos feitos nas atas, embora quatro dos entrevistados dos comitês do Pirapama e do Goiana e três dos do Jaboaão e do Ipojuca tenham respondido positivamente. Além do mais, o item falta de capacitação foi citado por 63,3% dos entrevistados (19) como fator dificultador do funcionamento dos comitês. Parece

haver uma certa confusão entre capacitação e palestras isoladas, estas sim, bem mais freqüentes nos comitês.

A legislação quando coloca os três segmentos (poder público, usuários e sociedade civil) para discutirem a gestão dos recursos hídricos na bacia, pressupõe um determinado nivelamento de informações e de vocabulário entre os componentes para que esta discussão possa vir a cumprir seu objetivo. Geralmente o conhecimento técnico e a linguagem específica à gestão dos recursos hídricos são reservados aos especialistas. Por outro lado, é a população, representada pelas entidades organizadas, que conhece bem de perto os problemas da bacia como um todo, enquanto que os técnicos e os usuários têm visões mais pontuais. Temos aí um desafio a enfrentar, promovendo um nivelamento de informações (cognitivas, conceituais, técnicas e de abrangência geográfica) que a capacitação pode e precisa vencer.

No que se refere à percepção dos entrevistados em relação ao conhecimento da população da bacia sobre a existência do CBH (TAB. 11), a maioria dos entrevistados (20) respondeu que esta população sabe da sua existência (66,7%).

TABELA 10
CBHs de Pernambuco: a percepção dos membros dos comitês sobre o conhecimento da população da bacia em relação à existência do Comitê

Conhecimento da existência	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sim	4	5	3	4	4	20	66,7
Não	1	1	3	0	1	6	20
Mais ou menos	0	0	0	1	1	2	6,7
Sem resposta	1	0	0	1	0	2	6,7
TOTAL	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Entretanto há uma redução nas indicações (11) ao se questionar se esta mesma população sabe o que o comitê tem feito no território da bacia hidrográfica (TAB. 12).

Percebe-se uma dificuldade, quando parte da população que tem conhecimento da existência do CBH não toma conhecimento sobre as ações do mesmo, pois a divulgação das atividades do comitê é um importante instrumento de mobilização e participação.

TABELA 11
CBHs de Pernambuco: para os casos de resposta positiva na TAB. 10, se os membros dos comitês percebem que a população da bacia sabe das suas realizações

Conhecimento das realizações	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sim	3	2	3	2	1	11	55
Não	1	3	0	1	2	7	35
Mais ou menos	0	0	0	0	1	1	5
Sem resposta	0	0	0	1	0	1	5
TOTAL	4	5	3	4	3	20	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.2.3 Funcionamento dos CBHs de Pernambuco

O segundo bloco de perguntas relaciona-se ao funcionamento dos comitês e as eventuais melhorias ambientais na bacia decorrentes da dinâmica desses colegiados.

Apesar de 73,3% dos entrevistados responderem que houve melhorias socioambientais na bacia após a criação do respectivo comitê (TAB. 13), em relação aos dos comitês do Jaboatão e do Ipojuca, apenas a metade deles responderam que houve melhoria, enquanto que os do Una, todos responderam positivamente.

TABELA 12
CBHs de Pernambuco: percepção dos membros dos comitês sobre melhorias socioambientais na bacia depois da existência do comitê

Melhorias socioambientais	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sim	5	3	6	3	5	22	73,3
Não	1	3	0	2	1	7	23,3
Não sabe	0	0	0	1	0	1	3,3
TOTAL	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

As melhorias socioambientais mais percebidas na contagem geral (TAB. 14) foram: i) aumento da mobilização e da participação (56,7%); ii) atividades de reflorestamento (53,3); iii) melhoria da conscientização da comunidade (46,7%); e iv) atividades de capacitação dos membros do comitê (46,7%).

Isto significa que, de maneira geral, a criação dos comitês tem ajudado de alguma maneira, tanto para o aumento do conhecimento sobre as questões da água e da sua gestão integrada, como estes fatores podem estar ajudando a uma mudança de atitude, aumentando a mobilização e a participação das pessoas. Outra melhoria bem percebida pelos entrevistados são os reflorestamentos, que, se sabe ainda insuficientes, mas que provocam muitos impactos ambientais positivos, inclusive sobre a quantidade e a qualidade da água.

TABELA 13
CBHs de Pernambuco: as melhorias socioambientais percebidas pelos membros dos comitês após a sua criação

Melhorias socioambientais	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Aumento da mobilização e da participação	2	2	6	3	4	17	56,7
Atividades de reflorestamento	4	2	3	2	5	16	53,3
Melhorou a conscientização da comunidade	2	4	4	3	1	14	46,7
Atividades de capacitação dos membros do CBH	2	4	4	3	1	14	46,7
Atividades de educação ambiental	3	3	2	2	3	13	43,3
Soluções de conflitos de uso	3	0	6	2	1	12	40
Aumento da proteção e conservação de algumas áreas	2	2	1	2	5	12	40
Melhoria nas instalações do escritório do Comitê	1	3	0	1	0	5	16,7
Melhorou a qualidade da água, reduzindo a poluição	1	0	1	0	0	2	6,7
Melhorou a quantidade disponível da água	0	0	1	0	0	1	3,3

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Por outro lado, as melhorias menos percebidas foram: i) a quantidade disponível da água (3,3%); ii) a qualidade da água (6,7%). Ou seja, segundo os entrevistados, as melhorias ainda não atingiram o objetivo final do comitê, que é contribuir para melhorar a disponibilidade e qualidade da água.

O comitê do Una destaca-se por seus membros perceberem uma variedade maior dessas melhorias. Esse fato pode estar relacionado com o nível de mobilização e de atuação na resolução de conflitos, conforme a análise realizada em seus documentos, bem como pela percepção, por todos os seus seis membros entrevistados, de que houve estas melhorias no comitê após a sua criação. Em relação ao comitê do Goiana, as opções mais indicadas por cinco dos seis membros entrevistados, foram: i) a ocorrência de atividades de reflorestamento, e ii) aumento da proteção e conservação de algumas áreas, o que pode estar relacionado ao fato do PROMATA ter realizado este tipo de atividade na área da bacia do Goiana. Por sua vez, foi o comitê do Ipojuca cujos membros perceberam menos melhorias, provavelmente devido ao fato da pouca frequência de reuniões.

Ao comparar a percepção dos membros a respeito dos fatores que têm facilitado (TAB. 15) e os que têm dificultado (TAB. 16), ocorre a evidência de que houve muito mais (276%) indicativos de dificuldade (221) do que de facilidade (80) no funcionamento dos CBHs de Pernambuco.

No que se refere aos fatores que têm facilitado o funcionamento do comitê (TAB. 15), as opções mais citadas pelo conjunto dos entrevistados foram: i) eficiência da diretoria

(75%); ii) comunicação adequada entre os membros (36,7%); e iii) informações atualizadas sobre as bacias (26,7%). Isto significa que a grande maioria dos entrevistados identificam como importante a competência dos diretores em conduzir o colegiado, e como o principal fator responsável por facilitar seu funcionamento. É certo que essa eficiência não depende unicamente das habilidades dos dirigentes, mais também de uma boa estrutura de apoio, e/ou de criatividade. Este fator foi também o mais citado pelos membros de quase todos os comitês isoladamente, menos os do Pirapama, que citaram mais vezes “a melhoria das condições socioambientais da bacia como fator que facilita o funcionamento do comitê”.

Os outros fatores mais citados se referem à troca de informações entre os membros, e ao conhecimento sobre a bacia, fatores importantes para uma tomada de decisão correta. É digno de nota o fato destes fatores mais citados não necessitarem praticamente de recursos financeiros.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, separadamente por comitê, 6 entrevistados de cada comitê, constata-se o seguinte: o item “eficiência da diretoria do CBH” foi o mais citado pelos membros entrevistados do Jaboatão (5), Una (5), Ipojuca (4) e Goiana (4), enquanto os do Pirapama citaram “melhoria socioambiental da bacia” (3) e “empresários conscientes de seu compromisso socioambiental” (3).

Já os fatores que têm facilitado o funcionamento dos comitês que não tiveram nenhuma citação foram: i) provisão de recursos financeiros; ii) funcionários à disposição; e iii) órgãos de fiscalização atuantes. Como estes fatores, se existissem, seriam de grande importância, podemos deduzir, e realmente é fato, que os comitês, até o momento da pesquisa, não tinham nenhuma fonte de recursos financeiros, nem funcionários exclusivos à sua disposição, nem os órgãos de fiscalização têm estrutura e pessoal suficientes para atender à enorme quantidade de agressões ambientais existente no estado. Este fato é um fator de descrédito e de desmobilização social, ao ver que, apesar dos esforços das pessoas conscientes da necessidade de preservar o meio ambiente, muitos daqueles que teimam em poluir e desmatar, continuam impunes.

O que se obtém de facilidades está diretamente ou indiretamente relacionado com a solidariedade, comunicação ou abnegação dos membros dos respectivos comitês.

É necessário deixar claro que estas significativas indicações de melhorias estão longe de serem satisfatórias. A realidade das discussões realizadas tanto nas plenárias como nos eventos que contam com a presença dos CBHs, demonstram sérias preocupações com o crescimento das perdas tanto qualitativas como quantitativas dos recursos naturais nas bacias hidrográficas. Por outro lado, nos comitês de maior êxito no país, verifica-se que as melhorias

socioambientais significativas foram conseqüências da busca de alternativas que induzissem a viabilização de recursos para a sustentabilidade da gestão da bacia hidrográfica, como a criação de formas alternativas (associações de usuários e consórcios municipais), até chegar à concretização da cobrança pelo uso da água, e de fato apontar para melhorias concretas.

TABELA 14
CBHs de Pernambuco: A percepção dos membros dos comitês sobre os fatores que têm facilitado o seu funcionamento*

Fatores que têm facilitado	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Eficiência da diretoria do CBH	2	5	5	4	4	20	66,7
Comunicação adequada entre os membros	2	3	3	1	2	11	36,7
Informações atualizadas sobre a bacia;	2	3	0	1	2	8	26,7
Boa atuação de ONGs de caráter ambiental	2	0	0	3	2	7	23,3
Melhoria da situação sócio-ambiental da bacia	3	1	0	2	1	7	23,3
Empresários conscientes do seu compromisso sócio-ambiental	3	1	0	1	1	6	20
Capacitação	1	2	0	1	0	4	13,3
Câmaras técnicas e/ou grupos de trabalho funcionando	0	1	0	1	2	4	13,3
Programa comunitário de educação ambiental	2	0	0	1	1	4	13,3
Escritório	1	1	0	0	1	3	10
Equipamentos e material de trabalho	0	1	0	0	1	2	6,7
Transporte para os membros freqüentarem as reuniões	1	0	0	0	1	2	6,7
Plano Diretor da Bacia	0	0	1	1	0	2	6,7
Provisão de recursos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
Funcionários à disposição	0	0	0	0	0	0	0
Órgãos de fiscalização atuantes	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	19	18	9	16	18	80	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

No item relativo aos fatores cuja falta dificulta o funcionamento do comitê (TAB. 16), os mais citados foram os seguintes: i) provisão de recursos financeiros (86,7%); ii) equipamentos e material de trabalho (73,3%); iii) funcionários à disposição (63,3%); iv) transporte para os membros freqüentarem as reuniões (63,3%); v) capacitação (63,3%) e vi) Plano Diretor da Bacia (63,3%).

Os três primeiros fatores citados dizem respeito aos recursos financeiros, materiais e humanos necessários a qualquer entidade funcionar adequadamente. Sem eles o funcionamento é muito prejudicado, e fica à mercê da boa vontade e amor à causa de alguns poucos membros e entidades, ingredientes importantes mais insuficientes para fazer os comitês cumprirem sua missão eficazmente. Por sua vez, eles estão atrelados à necessidade de apoio governamental, já que o comitê é um órgão de estado que faz parte do Sistema

Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos, e que tem a SRH como órgão de apoio, e o FEHIDRO como fonte de recurso financeiro, que é gerido pela SRH. A resposta a esta questão está de acordo com a resposta da questão anterior, quando os entrevistados colocam a “provisão de recursos financeiros” e “funcionários à disposição” como os fatores que menos têm facilitado o funcionamento dos comitês.

TABELA 15
CBHs de Pernambuco: a percepção dos membros dos comitês sobre os fatores cuja falta têm dificultado o seu funcionamento

Fatores cuja falta têm dificultado	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Provisão de recursos financeiros	6	5	5	5	5	26	86,7
Equipamentos e material de trabalho	5	3	4	6	4	22	73,3
Plano Diretor da Bacia	6	2	3	4	4	19	63,3
Funcionários à disposição	4	4	2	5	4	19	63,3
Transporte para os membros freqüentarem as reuniões	1	5	4	5	4	19	63,3
Capacitação	6	2	2	6	3	19	63,3
Informações atualizadas sobre a bacia;	4	1	3	3	3	14	46,7
Escritório	2	3	1	5	2	13	43,3
Comunicação entre os membros adequada	5	1	1	4	1	12	40
Órgãos de fiscalização atuantes	3	2	2	4	1	12	40
Empresários conscientes do seu compromisso sócio-ambiental	2	3	3	3	0	11	36,7
Câmaras técnicas e/ou grupos de trabalho funcionando	3	3	1	3	0	10	33,3
Programa comunitário de educação ambiental	1	2	2	2	2	9	30
Boa atuação de ONGs de caráter ambiental	1	3	0	2	1	7	23,3
O comitê vem conseguindo melhorar a situação sócio-ambiental da bacia	0	2	2	2	1	7	23,3
Eficiência da diretoria	1	0	0	1	0	2	6,7
TOTAL	50	41	35	60	35	221	

*Foram utilizadas as mesmas opções da TAB. 29.

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Considerando que a conquista da sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos nos comitês significa obtenção de autonomia, se faz indispensável à concretização da verdadeira descentralização do poder decisório e não apenas uma simples desconcentração de delegações.

Outro fator de dificuldade mais citado, com o mesmo número de citações do terceiro, quinto e sexto, é a falta de transporte para os membros freqüentarem as reuniões. O quinto é a falta de capacitação, recurso pedagógico que pode proporcionar um maior conhecimento sobre bacia hidrográfica e recursos hídricos, bem como sobre o papel e as atribuições dos comitês e dos outros órgãos que compõem o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos e seus instrumentos de gestão. A atribuição legal de “promover

treinamento e capacitação de recursos humanos necessários ao gerenciamento dos recursos hídricos” é do Órgão Gestor do SIGRH, no caso, a SRH (Lei nº 12.984/05).

O sexto é a falta de um Plano Diretor de Bacia, cuja coordenação da elaboração é atribuição do órgão gestor, a SRH. A elaboração em si é atribuição da Agência de Bacia, ou do Órgão Gestor, na sua ausência, sendo acompanhada pelo respectivo comitê. A única bacia, entre as que fazem parte deste estudo, a contar com um Plano Diretor, é a do rio Ipojuca, que foi concluído em 2001. Mas mesmo assim ele está desatualizado e não foi aprovado pelo respectivo comitê (PINHEIRO FILHO, 2005). Os demais comitês pesquisados têm apenas o Diagnóstico da Bacia, que também estão desatualizados, e o do Pirapama tem um Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia (agenda 21), concluído em 1998.

É no Plano Diretor onde devem constar as medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas, referentes à conservação e recuperação de mananciais e à racionalização do uso da água, com respectivo cronograma de execução e programação orçamentária (Lei nº 12.984/05), além de outras informações e diretrizes importantes para a gestão da bacia. Portanto, é a bússola a ser seguida, tanto pelo comitê, quanto pelos demais integrantes do SIGRH, e, portanto, deve ser elaborado e atualizado da forma mais participativa possível, para que ele espelhe os verdadeiros anseios da população e seja por ela cumprida e cobrada. Essa elaboração deve ser precedida por uma capacitação que nivele os conhecimentos a serem discutidos, para que a sociedade participe em pé de igualdade com o poder público e os usuários. Para que haja uma eficaz participação da população não basta a sua presença nas reuniões.

Já as respostas analisadas separadamente por comitê, são as seguintes: Todos os comitês, menos o do Ipojuca, que o citou em segundo lugar, citaram mais vezes o item “provisão de recursos financeiros”, como o fator cuja falta dificulta o funcionamento do comitê, enquanto o Comitê do Ipojuca citou, em primeiro lugar, o item “equipamentos e material de trabalho”.

Quando se trata de analisar o que tem prevalecido nas tomadas de decisão do comitê (TAB. 17) na percepção dos entrevistados, as ocorrências mais citadas são as seguintes: i) transparência e respeito aos desejos reais das comunidades (12); ii) predominância dos interesses dos representantes do governo (6); e iii) a sociedade civil tem mais facilidade de aprovar seu ponto de vista (5). A resposta mais citada (12) foi “transparência e respeito aos desejos reais das comunidades” que teve a afirmativa do dobro de entrevistados em relação à segunda resposta mais citada. Considera-se este resultado ingênuo ao constatar os resultados já mencionados sobre a pouca participação, a falta de

informações, a falta de retorno dos encaminhamentos, e a falta de equidade entre os segmentos. Portanto, é recomendável atentar para o tipo de “transparência” sugerida.

TABELA 16
CBHs de Pernambuco: O que tem prevalecido nas tomadas de decisões dos comitês, segundo a percepção dos membros entrevistados

O que tem prevalecido	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total
Transparência e respeito aos desejos reais das comunidades	1	3	1	2	5	12
Ocorre a predominância dos interesses dos representantes do governo	2	3	0	1	0	6
A sociedade civil tem mais facilidade de aprovar seu ponto de vista	1	0	3	1	0	5
Ocorre maior influência dos usuários ou representantes de empresas produtivas	1	0	0	0	2	3
Não tenho conhecimento	0	0	0	0	2	2
As reuniões não adiantam de nada	1	0	0	0	0	1
TOTAL	6	6	4	4	9	29

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Por outro lado, vale salientar que ao ignorar-se a opção mais indicada da TAB. 22 (Transparência e respeito aos desejos reais das comunidades) se verifica que os outros resultados se aproximam mais da realidade dos comitês, se olhados separadamente, quando confrontados com a análise das atas:

- a) nos Comitês do Jaboatão e Pirapama destaca-se a opção de prevalecer os interesses dos representantes do governo;
- b) no Una destaca-se a opção “a sociedade civil tem mais facilidade em aprovar seu ponto de vista”;
- c) no Ipojuca, não ocorreu destaque de outra opção além da que predominou para o resultado geral (o comitê reuniu-se poucas vezes);
- d) no Goiana, destaca-se a indicação de ocorrer maior influência dos usuários ou representantes de empresas produtivas.

Vale também ressaltar que apenas um entrevistado, dos 30, afirmou que “as reuniões não adiantam de nada”, o que demonstra que a grande maioria acredita que o comitê tem, em alguma medida, cumprido o seu papel.

5.2.3 Questionários aplicados aos membros de comitês de outros estados

As entrevistas tiveram como finalidade complementar qualitativamente os resultados dos questionários aplicados aos membros dos comitês pernambucanos. Para a aplicação das entrevistas achou-se pertinente utilizar a ocasião do - IX Encontro Nacional de

Comitês de Bacias Hidrográficas, realizado em Foz do Iguaçu no período de 23 à 27 de outubro de 2007. O referido evento foi organizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), que tem por objetivo a articulação e o fortalecimento dos comitês, de forma descentralizada, integrada e participativa. De acordo com os organizadores, o trabalho desenvolvido pelo FNCBH ganha maior importância a cada ano. As metas vêm sendo alcançadas graças aos esforços e parcerias dos comitês com os governos, usuários e sociedade civil organizada em geral.

O público alvo do encontro são os Comitês de Bacias Hidrográficas tanto de rios de domínio da União como dos Estados. O evento é aberto aos integrantes que participam dos comitês e que representam os segmentos do poder público federal, estadual e municipal; os usuários e suas entidades organizadas e representativas; e a sociedade civil em geral, o que inclui ONGs, centros de pesquisa, universidades, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas.

As entrevistas foram dirigidas a 86 membros de comitês e de comissões pró-comitês de bacia cadastrados pela Rede Brasileira de Organismos de Bacia (conforme informações da TAB. 18) participantes do evento. Os entrevistados foram submetidos às seguintes perguntas: i) em sua opinião, quais são os fatores que mais têm facilitado o funcionamento do CBH do qual você é membro?; ii) em sua opinião, quais são os fatores que mais têm dificultado o funcionamento do CBH do qual você é membro?

Os resultados foram distribuídos por quatro temas a respeito dos comitês: estrutura, funcionamento, apoio governamental, e comunicação e participação. Em cada um destes temas constam as opiniões coletadas dos membros entrevistados, dos fatores que têm facilitado e os que têm dificultado o funcionamento dos CBHs, seguida da respectiva discussão.

Entre os fatores que têm mais facilitado o funcionamento dos comitês se destacou a “abnegação de alguns membros e técnicos” (32 citações). Já entre os que têm mais dificultado, a “falta de recursos” (57 citações), foi o mais citado.

TABELA 17
CBHs de outros estados: a percepção dos membros de CBHs e de Comissões Pró-CBHs

Estados dos Comitê e das Comissões	Comitês e Comissões Existentes	Comitês e Comissões Entrevistados	%	Número de Entrevistados
Bahia	8	8	100	15
Paraná	4	4	100	12
Minas Gerais	27	7	25,9	10
Rio Grande do Sul	17	10	58,8	9
São Paulo	21	7	33,3	9
Rio de Janeiro	5	2	40	6
Ceará	10	2	20	5
Espírito Santo	6	4	66,7	5
Santa Catarina	15	3	20	3
Alagoas	5	2	40	2
Goiás	2	1	50	2
Mato Grosso	1	1	100	2
Mato Grosso do Sul	1	1	100	2
Rio Grande do Norte	1	1	100	2
Sergipe	2	2	100	2
Total Estaduais	125	55	44	86
Total Federais	7	5	71,4	9*
Total Geral	132	60	45,4	86

*Os nove membros dos comitês federais pesquisados também faziam parte de comitês estaduais.

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.3.1 Estrutura dos CBHs de outros Estados

Os resultados obtidos (QUADRO 7) indicam uma maior quantidade de aspectos negativos. Estes, em sua maior parte, estão ligados à falta de recursos financeiros destinados aos CBHs, para que estes possam dispor de escritório e seus equipamentos, pessoal, e recursos para sua manutenção, ou seja, tenham autonomia, e cumpram sua missão.

A indicação da Agência de Bacia como fator facilitador, se justifica pelo fato de que a sua existência vincula-se à ocorrência da cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas. Onde isto ocorre, em muito poucas bacias, a autonomia e o melhor desempenho dos comitês se concretizam, como, por exemplo, os comitês do Paraíba do Sul e do PCJ. Como a implementação da cobrança pelo uso da água enfrenta grandes obstáculos para ser efetivada, são poucos os comitês que possuem Agência de Bacia, por este motivo têm-se poucas citações (QUADRO 7).

Fatores que têm facilitado	Citações	Fatores que têm dificultado	Citações
-	-	Falta infra-estrutura de secretaria	8
-	-	Falta orientação jurídica	6
Existência de Agência de Bacia	2	Falta Agência de Bacia	3
-	-	Faltam recursos humanos	1

QUADRO 4 - CBHs de outros estados: Fatores que têm facilitado e que têm dificultado a implantação da estrutura dos comitês, segundo os membros dos CBHs de outros estados entrevistados

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.3.2 Apoio Governamental

Dentre os temas abordados nestas entrevistas, indiscutivelmente a falta de apoio dos poderes públicos (QUADRO 8), principalmente dos governos estaduais, se sobressai como o mais indicado na percepção dos membros em relação às dificuldades enfrentadas pelos comitês, principalmente em se tratando de recursos para seu funcionamento. Por outro lado, também se salienta o apoio do governo como indicação de facilidade, quando os comitês, contam com este apoio.

Também obteve destaque, dentre as dificuldades apontadas, o desrespeito por parte do Governo, às decisões dos CBHs, atrasando, por exemplo, o processo burocrático, por não ter interesse em descentralizar o poder, bem como o planejamento e execução de intervenções públicas na área da bacia sem consulta ao comitê respectivo. Outras citações que corroboram o desinteresse do governo são: a falta, ou obsolescência, dos instrumentos de gestão (Plano de Bacia, enquadramento dos corpos d'água, cobrança pelo uso da água etc); a falta de apoio técnico; e a falta de articulação entre a gestão dos recursos hídricos e a do meio ambiente.

Fatores que têm facilitado	Citações	Fatores que têm dificultado	Citações
Independência financeira devido à cobrança	12	Faltam recursos	57
Apoio do governo ou municípios	7	Desrespeito, por parte do governo e municípios, às decisões do comitê	26
-	-	Falta dos instrumentos de gestão	9
-	-	Falta de apoio técnico	6
-	-	Falta de articulação entre a gestão dos recursos hídricos e a do meio ambiente	2
-	-	Os órgãos públicos não consultam os CBHs para realizar suas ações na bacia	1

QUADRO 5 -CBHs de outros estados: fatores que têm facilitado e que têm dificultado o funcionamento, em relação ao apoio governamental

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.3.3 Comunicação e Participação

Verifica-se que a abnegação de alguns membros e técnicos, quando existe, se constitui no fator mais eficiente para compensar, até certo ponto, a falta de apoio governamental aos CBHs. Por outro lado, a falta de motivação dos membros, muitas vezes ocasionadas por reuniões enfadonhas, onde reinam o individualismo e o egoísmo, cada

segmento lutando unicamente por suas necessidades, dificulta ainda mais, o desempenho do comitê. A visão sistêmica, a solidariedade, a articulação e o diálogo, propiciando a prática verdadeiramente democrática, por um lado, bem como a promoção de capacitações, tanto dos membros em relação aos conceitos e termos técnicos referentes à bacia hidrográfica e sobre o papel e atribuições de um comitê, quanto da direção em relação a boas práticas de gestão, além de uma troca eficaz de informação entre os membros do comitê, entre os membros e as suas entidades representadas, e entre os membros e a população da bacia são as diretrizes indicadas pelos membros entrevistados dos comitês de outros estados, em relação ao item comunicação e participação (QUADRO 9).

A questão da falta de equidade entre os segmentos também é um fator bastante citado. Porém, apesar de ser importante igualar a proporção dos membros da sociedade civil em relação aos de outros segmentos, para haver uma real equidade é preciso também nivelar as informações, os conceitos técnicos e o vocabulário, além de capacitar a todos a ter uma visão sistêmica e respeitar às opiniões dos outros membros, aceitando o diferente, facilitando os acordos para melhorar a qualidade ambiental da bacia, e não apenas seus interesses pessoais ou de classe.

Fatores que têm facilitado	Citações	Fatores que têm dificultado	Citações
Abnegação de alguns membros e técnicos	32	Falta de motivação dos membros	19
Integração, articulação e respeito às opiniões entre os 3 segmentos	26	Falta de prática democrática dos membros	7
Entendimento das atribuições do comitê	15	Membros com pouca experiência e com poucas informações sobre o setor	27
Boa divulgação, mobilização e articulação	12	Falta divulgação, mobilização e articulação	6
Independência da sociedade civil	2	-	
-	-	Falta equidade entre os segmentos	24
-	-	Membros com muitas atribuições além das do comitê	1
-	-	Os representantes trabalham sozinho, sem ajuda da sua entidade	1

QUADRO 6 -CBHs de outros estados: fatores que têm facilitado e que têm dificultado a comunicação e a participação dos membros

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

5.2.3.4 Funcionamento do CBH

As indicações referentes a este item (QUADRO 10) não tiveram grande número de citações, mas traz indicações importantes. O fator que mais tem facilitado o funcionamento dos CBHs, para os membros pesquisados, foi as bacias serem pequenas, ou a formação de sub-comitês de bacia, corroborado pelo fator que mais tem dificultado: a grande extensão da bacia. Bacias

com grandes áreas são complexas de administrar, mais difícil de conhecer, bem como dificulta o transporte dos membros para os locais das reuniões. Como é importante conhecer a bacia a partir das nascentes dos afluentes para o rio principal, o tamanho da bacia é um fator importante a ser considerado. Aquelas bacias com grandes áreas precisam formar comitês de sub-bacias.

Fatores que têm facilitado	Citações	Fatores que têm dificultado	Citações
Bacias pequenas ou formação de sub-comitês de bacias	4	Grande extensão da bacia	4
Criatividade em buscar parcerias e financiamentos alternativos	4	Expectativa excessiva sobre a cobrança traz imobilização	1
A prerrogativa que o comitê tem de acionar os gestores públicos	3	-	-
Alguns instrumentos implantados	2	Faltam instrumentos	2
Muitas ações já executadas	2	Faltam ações concretas	2
Pauta bem elaborada	1	Má gestão do comitê	1

QUADRO 7 - CBHs de outros estados: fatores que têm facilitado e que têm dificultado o funcionamento dos comitês

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Outro fator que tem facilitado com o mesmo número de citações do anterior é a criatividade em buscar parcerias e financiamentos alternativos. O seu oposto, que tem atrapalhado, é a expectativa excessiva sobre a cobrança, pois ela traz imobilização. Para evitá-lo, as entidades membros podem acessar diversas fontes de financiamento disponíveis para projetos, bem como celebrar parcerias com outras entidades afins. Como a implantação da cobrança é um processo demorado, polêmico e que apresenta resistências, pois vai de encontro aos interesses míopes de alguns usuários que não enxergam o benefício que irá trazer para a sua atividade, um rio com água suficiente e de boa qualidade, utilizar-se de criatividade e de alternativas é fundamental.

Um outro fator que tem facilitado é a prerrogativa que os comitês têm de acionar os gestores públicos para buscar soluções, mas isso demanda um comitê forte, unido e consciente dos seus direitos, quando os órgãos dos poderes públicos não estão interessados em descentralizar. Por outro lado, a motivação aumenta quando se implanta os instrumentos de gestão, quando se planeja e executa ações na bacia de uma forma participativa, e quando as reuniões são bem dirigidas, com pautas bem elaboradas.

6 CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Diante das informações coletadas, a complexidade que envolve o assunto parece ter adquirido proporções ainda maiores. Isso leva ao desafio de conclusões objetivas, evitando-se o risco de se perder nas variáveis de cada tema, ou nos detalhes das especificidades.

6.1 CONCLUSÕES

Ao se propor o estudo avaliativo dos CBHs de Pernambuco, teve-se como idéia central, à análise da problemática do desempenho destes órgãos colegiados sobre variados aspectos, os quais poderam ser agrupados em: estrutura (física, humana e organizacional); apoio governamental; comunicação e participação (articulação interativa, informações e capacitação); e funcionamento (os fatores que têm facilitado ou dificultado e os resultados obtidos do desempenho). As conclusões, para cada um desses aspectos, foram observadas levando-se em consideração as dificuldades, os avanços e os desafios encontrados. Os quais serão expostos por cada aspecto.

6.1.1 Quanto à Estrutura

Nenhum dos comitês estudados apresenta infra-estrutura adequada para o funcionamento. São utilizados escritórios, equipamentos, material e, algumas vezes, serviço pessoal de apoio de instituições que participam do CBH, e não dele mesmo.

Observa-se, porém, que o CBH do Pirapama já contou com estrutura e pessoal para funcionamento quando da sua instalação em 1998, proporcionado por um convênio do Governo do Estado através da CPRH e o Governo Britânico. Com a conclusão deste financiamento as atividades do comitê foram perdendo o ritmo, apesar de contar com o apoio de infra-estrutura da indústria Petroflex, a qual possui em 2007, um representante ocupando cargo na diretoria do CBH. Os demais comitês do Estado, desde a criação, utilizam a estrutura dos órgãos ou entidades representadas nos respectivos comitês.

Por sua vez, a organização dos documentos dos CBHs também é precária. A falta de disponibilidade de um espaço próprio para a secretaria, e a inexistência de pelo menos uma pessoa que se responsabilize especificamente para a execução das atividades que cabem ao funcionamento do escritório, aumentam a dificuldade de organização e disponibilidade do material. Esta situação se agrava quando ocorre a mudança de representantes da diretoria, que muitas vezes repercute também na mudança do local do escritório. Assim, as situações

encontradas em termos de organização foram: perdas de atas, em alguns casos os documentos encontram-se dispersos pela falta de arquivo próprio ou pela falta de cuidado de quem os organiza; falta de material adequado para organização das atas, bem como a própria elaboração das mesmas é prejudicada por não seguir um padrão adequado que requer tal documento; ausência de relatório anual sobre as atividades realizadas; e falta, em alguns comitês, de um plano de metas tangíveis e prioritárias para cada ano.

Vale salientar que dentre os CBHs, o do Goiana foi o único a apresentar as atas de forma adequada, inclusive fornecendo lista atualizada dos membros que compõem o comitê. Quanto à atualização dos Estatutos e Regimentos, apenas os comitês do Jaboatão e Goiana estão de acordo com a Lei nº 12.984/05.

Segundo as atas dos CBHs, existem grupos de trabalho em todos os comitês. Porém, a criação de câmaras técnicas ocorreu apenas no do Pirapama, embora atualmente encontre-se sem atividade.

Nos comitês de outros estados não é muito diferente dos de Pernambuco. A falta de infra-estrutura de secretaria e de recursos humanos é citada como fator que dificulta o seu trabalho.

6.1.2 Quanto ao Apoio Governamental

Ao longo do processo de criação, instalação e funcionamento dos CBHs em Pernambuco, o apoio do governo estadual tem sido tímido e inconstante.

De uma forma geral oferece o suporte básico de orientação para a formatação do CBH, organização do estatuto e realização das reuniões preparatórias. Posteriormente, limita-se a enviar representantes para as reuniões. A própria representação muitas vezes não consegue dar o retorno adequado às solicitações de informação ou de ações provenientes dessas reuniões, não estimulando os colegiados a iniciativas mais avançadas.

Ao mesmo tempo, a falta de apoio da SRH em estrutura material e em recursos financeiros, que poderiam vir do FEHIDRO, deixa os comitês semi-paralisados.

Esta falta de apoio também se caracteriza pela pouca disponibilidade prática do governo estadual em compartilhar, efetivamente, decisões estratégicas com os comitês, nas suas respectivas áreas de atuação, e com certa frequência, não leva adiante as decisões dos comitês, naquilo que lhe cabe. Isto vem corroborar tanto o que afirma Dagnino (2002), ao salientar que o maior desafio acha-se na verdadeira prática da democracia na gestão dos

assuntos públicos, quanto Touraine (1998), ao falar da necessidade da prática democrática, devido à pluralidade de interesses que se forma, e à existência de conflitos de valores, ambos citados no Marco Referencial.

Quanto às prefeituras, constata-se o envolvimento de algumas de maneira mais sistemática, como as do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Caruaru e Arcoverde. No entanto, algumas respondem às solicitações, sem um comprometimento sistemático. Outras permanecem alheias, e até desconhecem a sua vinculação com o comitê de bacia.

Verifica-se que tanto o município quanto o governo do estado não comunicam suas ações na bacia, nem muito menos as planeja de forma participativa.

Estes fatos não são diferentes dos encontrados na pesquisa com vários dos comitês dos outros estados. Fora de Pernambuco também falta apoio do governo em forma de recursos financeiros, materiais e de pessoal, bem como não consideram algumas decisões dos comitês, nem comunicam os projetos e ações que vão implantar na bacia. Similarmente, muitos dos instrumentos de gestão não estão implantados, além de faltar uma integração entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental.

6.1.3 Quanto à comunicação e à participação

A comunicação de informações é de grande importância para os comitês, por ser uma ferramenta fundamental para a tomada de decisões. Por outro lado, as formas de comunicação servem de alicerces para a motivação, integração, mobilização e participação ativa e consciente dos membros do comitê. Em defesa destes aspectos citados, acham-se as idéias de Vogt (2005) e Jacobi (2004).

Destacam-se quatro focos de interação na comunicação necessária ao bom desempenho dos comitês: o primeiro, entre os próprios membros do comitê; o segundo, entre os membros do comitê e a população em sua área de atuação; o terceiro, entre o comitê e os órgãos governamentais envolvidos com a gestão dos recursos naturais; e o quarto, entre o comitê e as empresas e instituições ligadas direta ou indiretamente aos interesses da disponibilidade dos recursos hídricos (tanto em relação à quantidade como à qualidade) na área de atuação do CBH.

Nas observações realizadas durante as reuniões, pesquisa documental e levantamento dos questionários (APÊNDICE A e B), constatam-se as seguintes características relacionadas a esses focos de comunicação:

6.1.3.1 Entre os Membros do Comitê

Constata-se, de uma forma geral, deficiências de formação de muitos membros para uma eficaz participação nos CBHs. Esta constatação leva à necessidade de desenvolver um programa de capacitação, tanto para os gerentes nos aspectos gerenciais e de política institucional, quanto para os demais membros. O conhecimento sobre os instrumentos da política ambiental e de recursos hídricos, como licenciamento e fiscalização ambiental, zoneamento ecológico-econômico, enquadramento dos corpos d'água, outorga e cobrança pelo uso da água, e participação social nas tomadas de decisão, são tópicos essenciais para a verticalização em capacitações a serem planejadas. A desigualdade qualitativa de conhecimento e de vocabulário entre os membros torna as reuniões muitas vezes infrutíferas, e as decisões não democráticas, apesar de parecerem o contrário. Cabe lembrar aqui as recomendações de Silva (2003), sobre a necessidade de atribuir o caráter pedagógico, estratégico e participativo ao planejamento relativo aos CBHs.

Reforçando esta idéia cita-se Sousa Junior (1997) ao afirmar que as tomadas de decisão por um fórum ampliado de atores, maximizam o conhecimento cultural e minimiza as desigualdades geradas.

Diante do despreparo dos seus representantes e dificuldades no deslocamento de alguns membros (sociedade civil e usuário), estabelece-se o desestímulo e a redução da participação dos membros. Alguns avanços neste sentido encontram-se no comitê do Una, que se beneficiou por contar com a cooperação de representantes da FASE, entre outros, no processo de capacitação e mobilização, tanto para os membros do CBH como para alguns núcleos comunitários na bacia.

Fora de Pernambuco, os comitês também têm aspectos semelhantes a estes. A falta de motivação, o despreparo dos membros dos comitês, e a inferioridade numérica dos membros da sociedade civil, têm dificultado, segundo a pesquisa, seu funcionamento. Onde os membros são capacitados e articulados, o comitê funciona melhor.

Os membros de outros estados acrescentam a importância da integração dos segmentos, do respeito às diferenças, e do esforço comum em buscar a melhoria ambiental da bacia, em vez de prevalecer o individualismo e o egoísmo. Eles também citam que um fator que dificulta é a participação dos membros dos CBHs em muitos outros conselhos. Em conversas informais com membros de CBHs de Pernambuco, em intervalo de reuniões, constatamos também essa dificuldade.

6.1.3.2 Entre os Membros do Comitê e a População da sua Área de Atuação

Verifica-se que os comitês do Pirapama e Jaboaão, apesar de afirmarem ter utilizado de estratégia de mobilização, constata-se, em suas atas, redução na participação de seus membros nas reuniões, sinal de que a estratégia utilizada não surtiu o efeito esperado. não ficou claro o processo deste mecanismo, nem os resultados obtidos. Os membros entrevistados do Comitê do Goiana não responderam a este item, mas, por outro lado, este é um Comitê que não apresenta problemas de participação dos seus membros. Nas observações das reuniões percebe-se que o motivo de mobilização predominante neste comitê são os interesses dos usuários e a participação da sociedade civil é bastante modesta.

Quanto ao comitê do Ipojuca, a situação da suspensão de suas reuniões ordinárias e as tentativas de retomada das atividades do comitê têm sido frustradas. Já no comitê do Una verificam-se alguns avanços significativos, obtidos graças à forma de articulação do comitê com a sociedade civil.

Devido às atribuições que cabem aos CBHs, há necessidade de os mesmos interagirem com a comunidade da sua área de atuação para promover: o entendimento e as relações de cooperação entre os usuários de recursos hídricos; a divulgação e os debates na região dos programas, serviços e obras a serem realizadas de interesse da comunidade, esclarecendo sobre os riscos, custos, benefícios e metas dos mesmos. Essa comunicação se viabiliza através dos próprios membros, reunindo-se aos seus núcleos comunitários e instituições de atuação, bem como, através da utilização paralela dos meios de comunicação mais adequados e acessíveis à população.

Essas conclusões são semelhantes às constatadas na pesquisa com os membros dos comitês de outros estados, onde a divulgação das ações dos comitês para a população tem, também, constado como fator que, quando presente facilita, caso contrário, dificulta o alcance dos seus objetivos.

6.1.3.3 Entre os CBHs e os Governos Estadual e Municipais

As decisões governamentais, por vezes, se fazem sem a consulta ou conhecimento dos CBHs, causando transtornos e insatisfação nas comunidades e nas suas representações nas respectivas bacias. Deve-se salientar a importância do acordo entre as partes, até porque mesmo que a intenção dos empreendimentos seja a de beneficiar os aspectos socioambientais

da população na área de atuação do CBH, poderá não surtir o efeito esperado, quando isto não se faz com articulação. De forma que os CBHs são instrumentos poderosos nestas negociações, por lidar com as lideranças representativas do poder público, sociedade civil e usuários. A Lei nº 12.984 de 30/04/2005 no Artigo 47, referente às atribuições dos CBHs em seus incisos IV e V, faz menção a esta incumbência.

Contudo, alguns avanços puderam ser identificados, como:

- a) no Comitê do Goiana, a implementação do PROMATA nas margens do rio Sirigi foi acompanhada por um grupo de trabalho, recuperando algumas áreas de mata ciliar e algumas nascentes, porém foi mencionado em ata o não cumprimento do que foi estabelecido inicialmente no projeto. Isto é, em vez de recuperar a mata ciliar de 200 hectares, recuperou apenas 60 hectares, e das 44 nascentes da área atuou em apenas 14. Outra queixa a respeito da atuação deste projeto foi a não realização da mobilização da população do entorno;
- b) no Comitê do Jaboatão teve-se a iniciativa de interagir com as atividades das prefeituras dos municípios da bacia, através da realização de palestras dos representantes das mesmas em relação às intenções destas prefeituras para com o rio Jaboatão. Com esta iniciativa deu-se o primeiro passo para a integração dos Planos Diretores destes municípios (Jaboatão, Moreno e Vitória de Santo Antão) aos objetivos de melhorias ambientais nas áreas de atuação dos comitês e alguns frutos já são percebidos como a limpeza de parte do rio Jaboatão e o plantio de mudas em Vitória de Santo Antão.

A importância de uma boa comunicação com os poderes públicos também foi citada por membros de outros estados, como foi analisado no item “apoio do governo”.

6.1.3.4 Entre os CBHs e Outros Órgãos que Atuam Direta ou Indiretamente nas suas Áreas de Abrangência

Os comitês do Jaboatão (principalmente) e do Una têm proporcionado a realização de palestras direcionadas à busca de informações a respeito de programas e projetos destinados à bacia. Vale salientar que essas palestras podem, em vez de serem enriquecedoras, estar prejudicando as atividades do comitê, quando a linguagem técnica dificulta o entendimento ou então quando se fazem em excesso, ocupando a maior parte do tempo das reuniões. Também não podem ser confundidas como tendo o caráter de capacitação dos membros.

Identificou-se como avanço a formação de parcerias no CBH do Pirapama com a Usina Bom Jesus para reflorestamento e renovação de um convênio entre a Associação Eco-Pirapama e a COMPESA, para recuperação das margens do reservatório de Pirapama.

Quanto à participação dos membros nas reuniões dos CBHs do Estado, têm-se a constatação das seguintes situações: nos comitês do Jaboatão e Pirapama tem havido uma redução da presença dos seus membros, com uma situação mais delicada para o comitê do Jaboatão, que recentemente não tem conseguido quorum para realizar as reuniões; o Ipojuca, sem dúvida, é o comitê mais fragilizado neste aspecto, tanto na frequência das reuniões como na quantidade de membros presentes; os comitês do Goiana e do Una têm conseguido manter regularidade em suas reuniões, com a presença de mais de 50% dos seus membros.

6.1.4 Quanto ao funcionamento

Evidencia-se a ausência na administração dos comitês, de um controle entre o que se encaminha ou delibera e o respectivo resultado, não ocorrendo a preocupação de se elaborar um relatório anual para controle e avaliação de funcionamento do próprio CBH, para que as informações sejam repassadas aos próximos membros da diretoria e a quem tiver interesse. A importância desses procedimentos é a de servir de alicerce para construção da visão de futuro (planejamento), saber o que já se fez e o que falta fazer é fundamental para se estabelecer novos planos e projetos. Quanto à elaboração de plano de ação anual, observou-se que apenas o comitê do Jaboatão teve esta preocupação (em ata). No geral falta objetividade no funcionamento dos CBHs.

Numa avaliação geral sobre os avanços nos CBH de Pernambuco, merecem destaque as seguintes conquistas:

- a) no Comitê do Pirapama as conquistas se referem ao seu passado, quando havia o apoio de investimentos advindos de um convênio entre os governos do Brasil e Inglaterra (Projeto Pirapama), como a produção dos trabalhos: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Pirapama, Zoneamento Ecológico-Econômico, e Agenda 21 da Bacia do Pirapama. Atualmente as atividades em torno do que foi anteriormente planejado encontram-se paradas por falta de recursos.
- b) no Comitê do Una, na solução dos conflitos: na Várzea do Una, com a restauração do seu curso original; na barragem do Prata, com a regularização da atividade de

aqüicultura em tanques-rede, com o impedimento de empreendimentos comerciais privados em prol dos interesses sociais do local; e no rio Persinunga, com a reversão do leito alterado e impedimento da construção de um aeroporto na área estuarina.

- c) no Comitê do Goiana, a realização de um Relatório sobre os Reservatórios: açudes e barragens (GL-1 e GL-6), consistindo num diagnóstico atualizado sobre os recursos hídricos da bacia.
- d) no Comitê do Jaboatão, a elaboração de um Diagnóstico simplificado da nascente do rio Pacas até a foz do Jaboatão e um Levantamento de Áreas de Preservação Permanente e de Proteção Ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaboatão.

Verifica-se que os avanços não foram tão significativos e sistemáticos, evidenciando mais espasmos de organização ocasional devido a oportunidades surgidas, do que em decorrência de um laborioso processo de planejamento e amadurecimento na organização interna.

Em relação às tomadas de decisão em plenárias, constatou-se a existência de assimetria entre os segmentos, onde a sociedade civil se encontra fragilizada em alguns aspectos, apesar da percepção dos membros entrevistados apontar para a predominância da transparência e respeito aos desejos reais das comunidades. Um dos aspectos diz respeito à própria legislação, que na composição do comitê destina 20% apenas das representações à sociedade civil, enquanto os segmentos usuários e poder público têm 40% cada um. Outra é a falta de clareza na definição de que entidades participam de cada segmento. Por exemplo: uma associação que representa usuários, por ser uma associação tem ocupado vaga entre o segmento sociedade civil, embora defenda os interesses dos usuários unicamente. Uma terceira é de natureza cognitiva, a falta de preparo de alguns membros, principalmente da sociedade civil, de entender conceitos e palavras do vocabulário técnico.

Embora o quadro apresentado até agora sobre a situação dos CBHs não seja animador, a percepção dos membros da diretoria não condiz com esta realidade apresentada. Caracteriza-se, nos resultados levantados, a existência de uma situação de otimismo, pelo menos momentânea, incentivada, possivelmente, pela perspectiva de apoio com a posse do novo Governo, com a promessa da destinação da verba do FEHIDRO para os CBHs, e a criação da Secretaria de Recursos Hídricos.

Os membros dos CBHs de outros estados citam alguns fatores que dificultam, semelhantes aos de Pernambuco, como: má gestão do comitê, a inferioridade numérica da

sociedade civil (falta de equidade entre os segmentos), e a falta de implantação de instrumentos de gestão.

Fatores facilitadores citados por eles e não considerados pelos membros de Pernambuco são: formação de comitês de sub-bacias, para bacias extensas; criatividade em buscar parcerias e financiamentos alternativos; e poder usar a prerrogativa que o comitê possui em acionar os gestores públicos para buscar soluções.

6.1.5 Quanto às Repercussões Socioambientais

No contexto geral, a percepção dos membros dos comitês sobre a ocorrência de melhorias socioambientais posteriores à criação dos respectivos comitês, é bastante significativa (73,3%). Entretanto, quando observa-se as opções mais indicadas dessas melhorias, percebe-se que estas estão longe de serem satisfatórias, pois os membros da direção apontam como sendo os maiores desafios para os CBHs, a falta de incentivo governamental; a degradação, contaminação e poluição ambientais; o abastecimento público; e a falta da conscientização da comunidade.

Outra constatação é em relação ao comitê que mais se destacou na quantidade de indicações de melhorias, o que induz a considerar que é o comitê do Una o de melhor funcionamento, justamente nos aspectos mais indicados por 100% dos seus membros: proporcionou o aumento da mobilização e da participação, e algumas soluções de conflitos de uso. Este resultado coincide com outras constatações a respeito da eficiência da estratégia utilizada para mobilização e participação da sociedade civil, bem como os resultados obtidos na resolução de conflitos, além da participação predominante deste comitê na Oficina “Sociedade Civil em Comitês de Bacia: Princípios e Práticas”, como um reflexo de comprometimento político.

Deve-se salientar que as melhorias socioambientais em relação às atividades de reflorestamento, conservação e recuperação de áreas, se realizaram através do apoio do Governo do Estado e de Prefeituras, ou então pela colaboração de empresas.

No que se refere à percepção dos membros sobre os fatores que têm facilitado o funcionamento dos CBHs, pode-se concluir que, os destaques obtidos não requerem grandes investimentos, até porque são praticamente inexistentes atualmente. Os resultados estão relacionados com a solidariedade, criatividade ou abnegação dos membros dos respectivos comitês. Por outro lado, no que se refere às percepções que têm dificultado o funcionamento dos CBHs, os resultados vêm consolidar como sendo o maior entrave a ausência de recursos

financeiros, seguidas de indicações que se referem à falta de estrutura e condições de funcionamento efetivo. Estas percepções apontam para a carência do apoio indispensável governamental. Portanto, se faz necessária a concretização da verdadeira descentralização do poder decisório e dos recursos do FEHIDRO, e não apenas uma desconcentração de delegações.

Atualmente as expectativas de melhoria da situação dos CBHs do Estado se delineiam através da iniciativa da FASE, que estrategicamente busca fortalecer a sociedade civil no Estado, ao promover a Oficina Sociedade Civil em Comitês de Bacia: Princípios e Práticas. O evento consistiu no levantamento dos principais desafios enfrentados pelos CBHs, e respectivas propostas de solução, repercutindo na construção de uma estratégia de articulação deste segmento, através de duas decisões: criação de um Fórum da Sociedade Civil em Instâncias de Gestão de Água (SIGA), e na reativação do FECOBH. Este evento também serviu de preparação para o II Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica.

Analisando-se as propostas levantadas pelos dois eventos citados, os resultados obtidos nos levantamentos dos questionários aplicados a membros de CBHs de Pernambuco, e ao dos outros estados, verifica-se a ocorrência de grande semelhança nas percepções do trato das questões que têm facilitado e que têm dificultado o funcionamento dos comitês em todo o Brasil.

6.2 PROPOSIÇÕES

A partir das conclusões aqui emitidas, é possível formular algumas proposições, que visam, fundamentalmente, propiciar um maior protagonismo dos comitês de bacia em Pernambuco, e, ao mesmo tempo, uma melhor dinâmica e organicidade ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

6.2.1 Em relação à estrutura

Na ausência de uma infra-estrutura básica para o funcionamento dos comitês, propõe-se uma reivindicação organizada e articulada com representação de todos os CBHs, para se fazer cumprir a promessa de disponibilização do kit para funcionamento dos seus escritórios, acrescentando a esta reivindicação, a disponibilização de um espaço, bem como de

funcionário de apoio exclusivo para as atividades administrativas. As propostas seguintes, relativas ao apoio governamental, são, também, comuns a estas, pois para os CBHs terem estrutura neste momento, enquanto não há cobrança pelo uso da água, a sustentabilidade dos CBHs acha-se fragilizada e carente do apoio governamental e este apoio faz parte das suas atribuições legais.

6.2.2 Em Relação ao Apoio Governamental

As propostas em relação a este item são as seguintes:

- a) reativação do FECOBH e incentivo para a implantação de um fórum dos representantes da sociedade civil, visando maior articulação através de redes, no Estado e no País, como instrumento de busca de soluções para o enfrentamento das dificuldades;
- b) reivindicação organizada e articulada pelos CBHs, visando o reconhecimento do papel dos mesmos como instância deliberativa local;
- c) estabelecimento de diálogos sistemáticos e programáticos com representações dos CBHs para troca de informações interativas e busca de fontes alternativas de recursos (projetos, doações etc);
- d) implementação da cobrança pelo uso da água, porém enquanto providencia-se este procedimento, deve-se buscar a alocação de todos os recursos do FEHIDRO para projetos a serem aprovados pelos CBHs, como acontece em São Paulo;
- e) estabelecimento de orçamento para manutenção e funcionamento dos CBHs; e
- f) descentralização e interiorização de órgãos específicos do Estado, como a CPRH, com a finalidade de proporcionar maior apoio aos comitês

6.2.3 Em Relação à Comunicação e Participação

- a) criação de um programa sistemático e avaliativo de capacitação, tanto para os membros da direção em relação aos aspectos de condução das atividades dos comitês, quanto para os membros em geral sobre o papel, as funções e potencialidades do comitê.
- b) capacitação na área de conhecimentos jurídicos, para orientação dos direitos e deveres como cidadãos e também dos procedimentos diante das irregularidades e conflitos ambientais.

- c) construção de uma estratégia de comunicação visando o fortalecimento do CBH, utilizando instrumentos de divulgação de fácil acesso, compreensão e abrangência, visando a interação e mobilização do comitê em quatro níveis:
- entre os membros do comitê desenvolvendo a habilidade de administrar respeitando as diferenças de opinião e dificuldades de entendimento com intenções de cooperação e solidariedade;
 - entre os membros do comitê e a comunidade estabelecendo encontros sistemáticos através de reuniões com os núcleos comunitários e lideranças locais buscando a troca de informações, conscientização ambiental e apoio da comunidade;
 - entre o comitê e os órgãos governamentais, principalmente a SRH, proporcionando o estabelecimento de diálogos sistemáticos e programáticos através de representantes de cada comitê, bem como realização de palestras em algumas reuniões do CBH, a serem proferidas por técnicos dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos hídricos, visando dar informações de interesse para tomadas de decisões dos CBHs; e com os demais órgãos do governo e municípios, buscando a convergência e cooperação de projetos programas e planos de atuação na bacia hidrográfica; e,
 - entre os CBHs e órgãos que atuam diretamente ou indiretamente nas áreas de atuação dos CBHs - através da participação e interação em redes e fóruns de instâncias colegiadas, buscando o conhecimento de alternativas criativas para resolução de problemas comuns; estabelecer contatos com instituições e empresas para a formação de parcerias e apresentação de palestras desses representantes em reuniões nos CBHs e também de representantes dos CBHs nesses órgãos sobre assuntos de interesses comuns;
- d) rever as questões de definição das representações por segmentos para evitar a troca de papéis; e,
- e) participação dos CBHs na elaboração dos Planos Diretores Municipais.

6.2.4 Em Relação ao Funcionamento

- a) atualização dos estatutos e regimentos dos comitês do Pirapama, Ipojuca e Una para adaptações referentes à Lei nº 12.984/05;

- b) estabelecimento de um padrão uniforme de modelo para elaboração e organização das atas;
- c) Adoção de um sistema de controle e de auto-avaliação para o que se encaminha ou delibera e os respectivos resultados para elaboração de um relatório anual das atividades do CBH, no intuito de servir de apoio para construção de planos e projetos;
- d) discussão e aprovação dos Planos de Bacia, ou provisoriamente, elaboração de planejamento de curto e médio prazo, para definição de metas, com as ações prioritárias.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade que envolve as decisões de governança gestão dos recursos hídricos tem diante de si duas situações: de um lado a realidade da vida cotidiana, com as crescentes tensões em torno da disponibilidade de água adequada, respaldadas pelos princípios legais vinculados às idéias de democracia, cidadania e sustentabilidade do patrimônio natural; e, por outro lado, os interesses econômicos representados pelo modo de produção, que possuem lógicas de expansão que limitam ou eliminam o acesso à água para outros usos.

Os CBHs acham-se no meio deste conflito. Diante das constatações das dificuldades de descentralização do poder decisório e agravamento das conseqüências socioambientais decorrentes da falta de implantação de um sistema transparente e estável, que alternativa resta para o enfrentamento destas situações?

Recorre-se aqui a lembrança de Acselrad (2001) que identifica a importância dos movimentos sociais articulados às lutas democráticas pela implantação de um novo modelo de cidadania. Portanto, o processo de tomada de consciência ambiental, articulação e mobilização da sociedade, aí incluídos os usuários e os gestores públicos, servem de alternativa para o fortalecimento dos objetivos dos comitês como um instrumento de enfrentamento em busca do reconhecimento das suas atribuições e conquista da autonomia financeira e técnica.

Neste sentido, este trabalho permitiu o entendimento sobre o estágio atual do Sistema Estadual de Recursos Hídricos em Pernambuco, em relação às instâncias colegiadas no nível de bacia hidrográfica.

Verificou-se que o número de comitês de bacia até agora constituídos, é pequeno em relação ao número de Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado, e menor ainda é o número daqueles que apresentam funcionamento minimamente regular.

Dos cinco comitês estudados, escolhidos por estarem em funcionamento há pelo menos dois anos, nenhum deles possui estabilidade de funcionamento, muito em decorrência da própria falta de clareza, dentro do governo e na sociedade, do papel dos mesmos no Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Têm portanto, como principais desafios a falta de incentivo governamental e a crescente degradação ambiental repercutindo em perdas na qualidade e quantidade dos recursos hídricos.

A conjuntura político-administrativa, tanto pela SRH quanto anteriormente pela SECTMA, não atuou proativamente para reconhecimento dos CBHs no exercício compartilhado de execução da Política de Recursos Hídricos.

Isso exigirá uma abertura bem maior, onde se entenda a necessidade de compartilhamento do poder decisório do governo com os CBHs, seja no diálogo funcional e administrativo cotidiano, seja nas alocações de recursos financeiros e nas discussões sobre a implementação dos Planos de Bacias Hidrográficas visando a efetivação da cobrança pelo uso da água e a criação da Agência de Bacia.

Neste sentido pode-se então atingir a sustentabilidade do Sistema Estadual de Recursos Hídricos o incentivo a implementação da cobrança pelo uso da água consiste em ser o principal meio de gerar recursos para a gestão da água em cada bacia, ou seja, a chave para a sustentabilidade de um novo sistema decisório descentralizado e participativo e, portanto fortalecedor dos CBHs viabilizando as melhorias socioambientais.

Todavia, há de se registrar que o momento em que são realizadas essas conclusões, coincide com a oportunidade de uma mudança nesse quadro, facilitada pela boa expectativa evidenciada pelos membros dos comitês e, simultaneamente, pelo desejo explicitado pela SRH, em efetivamente implementar o Sistema.

Portanto esta dissertação pode contribuir para essa mudança, oferecendo alguns importantes subsídios para a revisão de rotas e ajustes na dinâmica de relação entre governo e sociedade, para uma adequada gestão ambiental das bacias hidrográficas em Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; JORGE, Karina Dino. Descentralização da gestão da água: por que os comitês de bacia estão sendo criados? In: **Ambient. Soc.** Vol. 8 n°2, Campinas, jul./dez. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 25 mar. 2006.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

AGÊNCIA DE ÁGUA PCJ. Histórico da implantação da cobrança (federal) pelo uso das águas nas bacias PCJ e a agência de água PCJ. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/AgenciasAgua/docs/artigoseEstudos/HistoricoSimplificadoCobrancaeAgenciaPCJ.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2006, p. 4).

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS Disponível em: <www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/CDOC/palestras/plenaria/PlenariaANA-JoaoLotufo-SPR.pps> Acesso em 07/12/07.

_____. **GEO Brasil: recursos hídricos**. Brasília, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de (coord.). **Atlas Escolar de Pernambuco**. João Pessoa. GRAFSET, 2003.

BARBI, Fabiana. **Capital social e ação coletiva na gestão das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá: os desafios da gestão compartilhada do Sistema Cantareira – SP**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2007. PROCAM, Universidade de São Paulo.

BARTHL. **Águas Doces no Brasil**. 1999

BORSOI, Zilda Maria Ferrão; TORRES, Solange Domingo Alencar. **A política de recursos hídricos no Brasil**. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev806.pdf>> Acesso em 15 mar. 2006.

BRASIL. (1997). Lei n° 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1° da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n° 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9433.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2006.

BRITO, Francisco Saturnino (1943:60-61) **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira. **Gestão das águas e democracia participativa: uma longa trajetória sócio-política**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba, SP. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> . Acesso em: 17/05/2006, 14p.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. Desafios e Potencialidades dos Comitês de Bacia Hidrográficas. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, vol.55, nº 4, p. 40-41, out./dez. 2003.

CBH-PCJ. **Estatuto do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**. 1993

CONSÓRCIO PCJ. **A Gestão dos recursos hídricos: buscando o caminho para as soluções**. Consórcio PCJ, Americana, SP. 2003.

CPRH. **Relatório de Monitoramento de Bacias Hidrográficas do Estado de Pernambuco**. 2006. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br>> Acesso: 25 de jun 2007.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades: 279-301. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Paz e Terra, São Paulo. 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?

In: Mato, Daniel (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. 2004.

DIAS, Thiago Ferreira. **Gestão compartilhada de recursos hídricos: uma análise da percepção da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Pirapama-PE**. Recife, 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural de Pernambuco.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Tradução: Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GAMA, Ana Maria. Bacia do Pirapama. In: **Retratos 3X4 das bacias pesquisadas**, p. 52-56. Projeto Marca D'Água. Brasília: FINATEC, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas. São Paulo, 1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Consumo sustentável: manual de educação**. Brasília, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. A gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil e os desafios do fortalecimento dos espaços públicos colegiados. In: COELHO, V.S.P.; NOBRE, M. **Participação e Deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora 34, 2004.

JACOBI, Pedro Roberto; BARBI, Fabiana. **Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil**. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007. Florianópolis, 2007.

JOHNSSON, Rosa Maria Formiga; LOPES, Paula Duarte (orgs.). Bacia do Paraíba do Sul. In: **Retratos 3X4 das bacias pesquisadas**, p. 110-117. Projeto Marca D'Água. Brasília: FINATEC, 2003.

LANNA, Antonio Eduardo Leão. **Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

MACHADO, Carlos José Silva. A Lei das águas e o conceito de usuário de recursos hídricos. **Jornal da Ciência**, 24 jul. 2003. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/index2.jsp>>. Acesso em: 09 de jan. 2007.

MAIA, A. P. A. G. Gestão de recursos hídricos em Pernambuco: Comitê de Bacia Hidrográfica do Pirapama. Dissertação de Mestrado. Recife, 2002. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, Universidade Federal de Pernambuco.

MOREIRA, Maria de Fátima; MESEL, Marcelo Sérgio Martins. **A participação da sociedade civil nos comitês de bacias hidrográficas litorâneas de Pernambuco**. In: ENCONTRO DA REDE LUSO-BRASILEIRA DE ESTUDOS AMBIENTAIS, 10, 2006. Recife: UFPE, 2006. 1 CD-ROM.

NABIL, Joseph Eid. O avanço do plano nacional. **Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília**, 21 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.secom.unb.br/artigos/at0306-05.htm>> Acesso em: 12 fev. 2006.

NASCIMENTO, Rosemy da Silva. **Instrumentos para prática de educação ambiental formal com foco nos recursos hídricos**. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2003. Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

NEVES, José Luis. **Caderno de Pesquisas em Administração**. v. 1, n. 3, p. 02. São Paulo, 1996.

PERNAMBUCO. (1997). Lei nº 11.426, de 17 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Plano Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em <<http://www.cprh.pe.gov.br/frme-index-secao.asp?idsecao=36>> Acesso em: 17 mar. 2006.

_____. (2005). Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em < <http://www.cprh.pe.gov.br/frme-index-secao.asp?idsecao=36>> Acesso em: 17 mar. 2007.

_____. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco. (2006). **Atlas das bacias hidrográficas de Pernambuco**. Recife: COMUNIGRAF, 2006.

PINHEIRO FILHO, João Domingos. **Gestão Hídrica: Participação Social e Institucionalização no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca**. Dissertação de Mestrado. Recife, 2005. Gestão e Políticas Ambientais, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco.

PROJETO MARCA D'ÁGUA. **Retratos 3X4 das bacias pesquisadas**. Brasília: FINATEC, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SÃO PAULO. (1991). Lei no 7.633, de 31 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.daejundiai.com.br/daesite/biblio.nsf/V03.01/legislacao_estadual/\\$file/leiest7633.pdf](http://www.daejundiai.com.br/daesite/biblio.nsf/V03.01/legislacao_estadual/$file/leiest7633.pdf)> Acesso em: 18 abr. 2007.

SILVA, Daniel J. **Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis, 1998. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. UFSC.

SILVA, Simone Rosa da, et al. **A Gestão de recursos hídricos no Estado de Pernambuco**. 2003. Disponível em: <http://www.sectma.pe.gov.br/download/A_GESTAO_DE_RECURSOS_HIDRICOS_EM_PERNAMBUCO_%20MAIO_2003.pdf> Acesso em: 15 mar. 2007.

_____. **O plano de aproveitamento dos recursos hídricos da RMR, Zona da Mata e Agreste Pernambucano I: diagnóstico dos recursos hídricos**. Disponível em: <http://www.sectma.pe.gov.br/download/PARHI_Diagnostico_dos_Recursos_Hidricos.pdf> Acesso em: 15 mar. 2007.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, VII, 1987, Salvador. **Carta de Salvador**. Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Salvador, 1987, 2p.

Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil. **Relatório síntese das informações de 2003 (data base 2002)**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/srh/_arquivos/relat%20siapreh%202003final.pdf> Acesso em 20 mar. 2007.

SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral de. **Gestão das águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios**. Campinas, SP, Tese Doutorado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

TARQUI, Jorge Luis Zegarra; SILVA, Erali Alves. Descentralização e Participação na Gestão dos Recursos Hídricos. In: **Revista Electronica de la Red de Manejo de Cuencas Hidrograficas para América Latina**, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. 3. ed. Bauru, SP: EDUSP, 1998.

_____. **O que é a Democracia?** Tradução: Fernando Tomaz. Editora: Instituto Piaget. Lisboa, Portugal, 1996.

VICTORINO, Valério Igor P. **Gestão das águas e democracia participativa: uma longa trajetória sócio-política**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba, SP. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br>> . Acesso em: 17/05/2007.

VOGT, Carlos. Sociedade, democracia e linguagem. **Revista ComCiência**, 10 jul. 2005. Disponível: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/01.shtml>>. Acesso em: 19/07/2006.

_____. Sociedade civil: quem é esse ator. **Revista ComCiência**, 10 jul. 2005. Disponível: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/07/05.shtml>>. Acesso em: 19/07/2006.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DA DIRETORIA DOS COMITÊS

Nome:

Entidade:

Função: Presidente Vice-presidente Secretário

Segmento que representa: Governo Sociedade Civil Usuário

Tempo de participação no CBH:

Tempo de participação na diretoria do CBH:

Fone 1:

Fone 2:

E-mail:

Sobre a estrutura:

01) O CBH tem escritório de uso exclusivo?

sim não

02) Quais são os equipamentos de infra-estrutura disponíveis no escritório?

Computador Arquivo Sala de reunião Telefone Transporte

03) Se respondeu "SIM", os equipamentos são exclusivos do CBH?

sim não

04) O comitê criou Câmaras Técnicas? Quais?

05) O comitê criou Grupos de Trabalho? Quais?

06) Existem funcionários e ou técnicos de outros órgãos prestando serviços ao COBH?

07) Quem tem se encarregado das funções administrativas no COBH?

Sobre o apoio governamental:

08) Existe recurso do FEHIDRO para o COBH?

sim não

09) O COBH conta com alguma fonte de recursos financeiros para as suas atividades administrativas?

sim não

Se respondeu “SIM”, quais? _____

10) Existe alguma fonte de recursos financeiros para o transporte dos membros da sociedade civil para as reuniões?

sim não

11) Se respondeu “SIM”, quais? _____

Sobre a comunicação e participação:

12) Os projetos governamentais relacionados às bacias hidrográficas são discutidos no comitê?

SIM

NÃO

13) A população é comunicada das ações do COBH? Como?

sim não

14) Como é comunicada as reuniões do COBH?

Por telefone Correio Boca-a-boca Através da rádio local

Jornal ou panfletos

15) Ocorre o repasse de tomadas das decisões das reuniões para todos os componentes e também para a comunidade de que forma?

Não ficam disponíveis, nem são divulgadas;

Não são divulgadas, mas ficam disponíveis no escritório para quem procurar;

Outra/citar: _____

16) As atas, outros documentos e informações, estão facilmente disponíveis para os interessados?

sim não

Como? _____

17) Existe alguma estratégia de mobilização para a participação da comunidade?

sim não

Se afirmativo qual?

Sobre a avaliação dos CBHs:

18) No seu entender o CBH encontra-se atualmente numa situação de:

Avanço Estagnação Retrocesso Recuperação

19) Assinale apenas as conquistas que foram adquiridas e mantidas (com “M”) ou perdidas (com “P”) por este CBH?

() apoio técnico e administrativo (recursos humanos);

() infra-estrutura e instalações físicas;

() apoio financeiro de instituições internacionais;

() apoio financeiro do governo ou de prefeituras;

() programa de qualificação dos integrantes;

() boa frequência dos participantes;

() conquistas e resoluções de conflitos;

() sistema de informações;

() programa de educação ambiental;

() capacitação dos membros do CBH;

() apoio e incentivo do governo ou de prefeituras;

() apoio de ONGs;

() apoio de universidades ou centros de ensino;

() provisão orçamentária;

() outros, citar: _____

20) Eleja na relação abaixo, quatro principais desafios para os CBH?

- Degradação, contaminação e poluição ambientais;
 - Conflitos de uso pela água;
 - Abastecimento Público;
 - Falta de incentivo governamental;
 - Falta de autonomia e poder decisório;
 - Forte influência do poder econômico e político na região;
 - A falta da conscientização da comunidade
 - Uma fraca e despreparada participação social;
 - Ausência de uma estratégia de articulação e comunicação
 - Outros (Citar)
-
-

Livre para Comentários:

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DOS COMITÊS

Bacia Hidrográfica:

Nome:

Entidade:

Segmento que representa: Governo Sociedade Civil Usuário

Data:

Fone 1:

Fone 2:

E-mail:

Sobre a participação:

1) Você tem conseguido freqüentar as reuniões de maneira satisfatória?

SIM NÃO

2) Na sua opinião, qual segmento não tem tido uma participação mais efetiva?

Poder Público Soc. Civil Usuário

3) Se respondeu "SIM", indique os prováveis motivos da pouca participação:

- Dificuldade de transporte;
- Falhas na comunicação e na informação sobre os conteúdos e datas das reuniões;
- Dificuldade de liberação do trabalho;
- Os assuntos a serem abordados não são atraentes;
- Alguns membros não têm compromisso com a questão sócio-ambiental da bacia;
- O comitê não toma decisões;
- As decisões do comitê não são executadas;
- Outros/citar: _____

Sobre o acesso à informação:

4) Você já recebeu orientações ou informações sobre a importância, o funcionamento e a função dos comitês de bacia hidrográfica (caso sim, por quem)?

SIM

NÃO

5) O comitê já participou de capacitações com bons resultados?

SIM

NÃO

6) A população sabe que o comitê existe?

SIM

NÃO

7) Se respondeu “SIM”, a população sabe o que o comitê tem feito?

SIM

NÃO

Sobre o funcionamento dos COBHs:

8) Houve alguma melhoria socioambiental na bacia depois da existência deste Comitê?

SIM NÃO

9) Se responder sim, assinale quais:

Algumas soluções de conflitos de uso;

Proporcionou o aumento da mobilização e da participação;

Melhorou a qualidade da água, reduzindo a poluição;

Melhorou a quantidade disponível da água;

Houve atividades de reflorestamento;

Houve aumento da proteção e conservação de algumas áreas;

Melhorou nas instalações do escritório do Comitê.

Melhorou a conscientização da comunidade;

Houve atividades de capacitação dos membros dos CBHs;

Houve atividades de educação ambiental;

Outros/citar: _____

10) Quais os fatores que têm facilitado o funcionamento do CBH?

Eficiência da diretoria do comitê;

Escritório;

Equipamentos e material de trabalho;

Funcionários à disposição;

- Provisão de recursos financeiros;
- Transporte para os membros freqüentarem as reuniões;
- Capacitação;
- Informações atualizadas sobre a bacia;
- Comunicação entre os membros adequada;
- Plano Diretor da Bacia;
- Câmeras técnicas e/ou grupos de trabalho funcionando;
- Órgãos de fiscalização atuantes;
- Empresários conscientes do seu compromisso sócio-ambiental;
- Boa atuação de ONGs de caráter ambiental;
- Programa comunitário de educação ambiental;
- O comitê vem conseguindo melhorar a situação sócio-ambiental da bacia;
- Outros / citar: _____

11) Quais os fatores cuja falta têm dificultado o funcionamento do comitê?

- Eficiência da diretoria do comitê;
- Escritório;
- Equipamentos e material de trabalho;
- Funcionários à disposição;
- Provisão de recursos financeiros;
- Transporte para os membros freqüentarem as reuniões;
- Capacitação;
- Informações atualizadas sobre a bacia;
- Comunicação entre os membros adequada;
- Plano Diretor da Bacia;
- Câmeras técnicas e/ou grupos de trabalho funcionando;
- Órgãos de fiscalização atuantes;
- Empresários conscientes do seu compromisso sócio-ambiental;
- Boa atuação de ONGs de caráter ambiental;
- Programa comunitário de educação ambiental;
- O comitê vem conseguindo melhorar a situação sócio-ambiental da bacia;
- Outros / citar: _____

12) Em relação às decisões do comitê, o que tem prevalecido?

- Transparência e respeito aos desejos reais das comunidades;
- Ocorre a predominância dos interesses dos representantes do governo;
- Ocorre maior influência dos usuários ou representantes de empresas produtivas;
- A sociedade civil tem mais facilidade de aprovar seu ponto de vista;
- As reuniões não adiantam de nada;
- Não tenho conhecimento.
- Outros/cite _____

Livre para comentários:

**APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DE
CBHS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL**

Bacia hidrográfica:

Estado:

Nome:

Segmento:

1 – Quais são os fatores que têm facilitado o funcionamento do CBH do qual você é membro?

2- Quais são os fatores que têm dificultado o funcionamento do CBH do qual você é membro?

APÊNDICE D –OUTROS QUADROS E TABELAS

QUADROS

Repasse das decisões dos comitês	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana
As decisões são repassadas	X	X	XX	X	X
Não ficam disponíveis, nem são divulgadas;					
Não são divulgadas, mas ficam disponíveis;		X			X
São divulgados apenas para os membros;				X	
Não respondeu	X				

QUADRO 8 -CBHs de Pernambuco: Como se dá o repasse das tomadas de decisões dos comitês para os membros e para a comunidade

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

CBHs	Como disponibiliza	Não
Pirapama	Através de CD	0
	Não respondeu	
Jaboatão	Através do secretário, por e-mail (2)	0
Una	Sim. Por internet	0
	Por meio de agendamento para o acesso e reprodução	
Ipojuca	Por e-mail	0
	Bastando a solicitação e agendamento	
Goiana	Através de e-mails	0
	Quando solicitado são apresentados	

QUADRO 9 - CBHs de Pernambuco: Forma de disponibilização das atas dos comitês

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

CBHs	Estratégias	Não
Pirapama	A mobilização é feita através de membros que representam a sociedade civil dentro do comitê.(2)	
Jaboatão	Através de grupo de trabalho	1
	-	
Una	Reuniões com o público da área de atuação de cada membro do CBH, de um modo geral. Sim, as reuniões são itinerantes como um dentre os seus objetivos: mobilizar, proporcionar visibilidade e mobilidade de seus membros com reconhecimento do território da bacia. Ainda, utilizamos os convites das entidades locais/redes e promoção de eventos para comunicar a existência do Comitê e sensibilizar através da informação visando à participação.	
	-	
Ipojuca	Incorporação das pautas locais a cada reunião itinerante.	1
Goiana	-	2

QUADRO 10 - CBHs de Pernambuco: Estratégias para mobilização da comunidade

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

CBHs	Funcionários
Pirapama	Não (2)
Jaboatão	Não (2)
Una	Sim (Secretário Executivo)* Sim (Todos da Diretoria)*
Ipojuca	Não (2)
Goiana	Não (2)

QUADRO 11 - CBHs de Pernambuco: Funcionários à disposição dos comitês

*Não são exclusivos do CBH

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007

CBHs	Pessoa que desempenha o trabalho administrativo
Pirapama	Secretário Funcionária da Prefeitura do Cabo
Jaboatão	Secretário Secretário
Una	Presidente e secretário
Ipojuca	- Secretário, presidente e vice-presidente
Goiana	Secretário, presidente e vice-presidente Presidente, secretário e vice-presidente. Secretário

QUADRO 12 -CBHs de Pernambuco: Pessoas que desempenham o trabalho administrativo dos comitês Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

CBHs	Câmaras Técnicas criadas
Pirapama	Estudo de cobrança pelo uso da água; Zoneamento Ecológico Econômico e Plano de desenvolvimento Sustentável
Jaboatão	Não sabe Não existe
Una	Não existe Não existe
Ipojuca	Não existe Criou, mas não funcionou por falta de financiamento
Goiana	Não existe Não existe

QUADRO 13 - CBHs de Pernambuco: Câmaras Técnicas:criadas pelos comitês

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

Hs	Grupos de Trabalho criados
Pirapama	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito Agroindustria X Reassentamento dos Posseiros da Barragem do Pirapama • Plano de Gestão da Barragem do Pirapama • Projetos de mata ciliar • Preservação de mananciais.
Jaboatão	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnósticos de Irregularidades na Bacia • Não sabe
Una	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Plano de Trabalho • Atualização do Regimento • Recomposição, Eleitorais e Plano de Trabalho
Ipojuca	<ul style="list-style-type: none"> • Não • Para tratamento de questões relativas a conflitos socioambientais
Goiana	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação • Barragens e Açudes

QUADRO 14 - CBHs de Pernambuco: Grupos de Trabalho criados pelos comitês
 Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

CBHs	Fontes de recurso	Não
Pirapama	-	2
Jaboatão	-	2
Una	Os recursos próprios de cada instituição Raros e irregulares	-
Ipojuca	Pela disponibilidade voluntária de representantes/entidades da sociedade civil e/ou pela colaboração das prefeituras, e em alguns poucos casos, pelo apoio de usuários. Nas parcas e pontuais disponibilizações pelo governo estadual condicionadas à sujeição da vontade não negociada do órgão gestor estadual de recursos hídricos, seja SRH ou SECTMA.	1
Goiana	Sim (mas não disse quais)	1

QUADRO 15 - CBHs de Pernambuco: Existência de fonte de recursos financeiros para atividades administrativas dos comitês

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

CBHs	Quem disponibiliza o transporte	Não
Pirapama	Transporte da Secretaria Executiva de Meio Ambiente e Secretaria de Saneamento da Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho	1
Jaboatão	A SRH disponibilizou o transporte	1
Una	COMPESA Atualmente fornecido pela SRH	0
Ipojuca	Custas e riscos de seus membros voluntários de sociedade civil; ação solidária de algumas entidades da Sociedade Civil (ONGs) e investimento de algumas prefeituras. A contribuição do Órgão Gestor, sempre foi, e continua sendo, pela dimensão de submissão a qual se possa estar sujeitado quem queira ou necessite o solicitante/"beneficiário".	1
Goiana	0	2

QUADRO 16 - CBHs de Pernambuco: Existência de apoio para o transporte dos membros para as reuniões dos comitês

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELAS

TABELA 18
CBHs de Pernambuco: Meios de comunicação das reuniões dos comitês

CBH	Telefone	E-mail	Correio	Rádio local	Eventos	Outros	Total
Pirapama	2	0	1	0	0	0	3
Jaboatão	1	2	0	0	0	0	3
Una	2	2	2	1	1	Boca-a-boca (1)	8
Ipojuca	2	1	0	1	1	Boca-a-boca (2)	5
Goiana	2	0	2	0	0	0	4
TOTAL	9	5	5	2	2	3	25

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELA 19
CBHs de Pernambuco: Exclusividade do espaço do escritório dos comitês

CBHs	Sim	Não
Pirapama	0	1
Jaboatão	0	1
Una	0	2
Ipojuca	0	1
Goiana	0	1
TOTAL	0	6

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELA 20
CBHs de Pernambuco: Equipamentos disponíveis para a infra-estrutura dos comitês

CBHs	Computador	Arquivo	Sala de reunião	Telefone	Transporte
Pirapama	0	1*	0	0	0
Jaboatão	0	0	0	0	0
Una	2	1	1	2	1
Ipojuca	1	1	1	1	0
Goiana	1	1	1	1	1
TOTAL	4	4	3	4	2

*Equipamento exclusivo

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELA 21
CBHs de Pernambuco: Existência de apoio financeiro do FEHIDRO para os comitês

CBHs	Sim	Não
Pirapama	-	2
Jaboatão	-	2
Una	-	2
Ipojuca	-	2
Goiana	-	2
TOTAL	0	10

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELA 22
CBHs de Pernambuco: Auto-avaliação dos membros dos comitês sobre sua participação nas reuniões

Avaliação satisfatória	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sim	6	5	4	4	6	25	83,3
Não	0	1	2	2	0	5	16,7
TOTAL	6	6	6	6	6	30	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

TABELA 23
CBHs de Pernambuco: percepção dos membros dos comitês sobre quais segmentos têm dificuldades em participar efetivamente das reuniões.

Segmento com dificuldade em participar	Pirapama	Jaboatão	Una	Ipojuca	Goiana	Total	%
Sociedade Civil	2	4	0	4	4	14	46,7
Usuário	2	2	4	4	2	14	46,7
Poder Público	3	0	1	1	2	7	23,3
TOTAL	7	6	5	9	8	35	100

Fonte: pesquisa direta, 2º semestre de 2007.

ANEXO A – ESTATUTO DO CBH JABOATÃO

ESTATUTO SOCIAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JABOATÃO

CAPÍTULO I

Da Constituição, Denominação, Duração, Sede, Foro e Área de Atuação.

Art. 1º - O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão, doravante denominado COBH/Jaboatão, é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, que compõe o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos - SIGRH com atuação na Bacia mencionada, rege-se por este estatuto e pelas legislações federal e estadual vigentes.

Parágrafo Único - A Sede do Comitê coincidirá com a de sua Secretaria Executiva.

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Art. 2º - São finalidades do COBH/Jaboatão:

- I - adotar a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
- II – conceber, propor e avaliar estudos, programas de obras e serviços de interesse coletivo, definindo prioridades e medidas preventivas de riscos ambientais sociais e financeiros, com vistas a sua integração ao Plano Estadual para a bacia;
- III - definir instrumental de ação que assegure gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, buscando sintonia entre quantidade e qualidade na respectiva área de ação;
- IV - buscar sempre a compatibilização entre gestão dos recursos hídricos/ desenvolvimento regionais e preservação do meio ambiente;
- V - assegurar o uso múltiplo das águas de superfície e subterrâneas com prioridade para o abastecimento humano e animal;
- VI - promover a integração de ações preventivas, e de defesa, contra acidentes hidrológicos que causem riscos à segurança e saúde pública da população da bacia;
- VII - assegurar a proteção dos recursos hídricos contra obras, intervenções e lançamentos de efluentes que venham comprometer o seu uso múltiplo no presente e no futuro;
- VIII - estimular o desenvolvimento e a transferência de tecnologias com vistas à preservação dos recursos hídricos em sua área de abrangência;
- IX - estudar e propor alternativas de desenvolvimento sustentável da bacia.

CAPÍTULO III

Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do COBH/Jaboatão

- I - apreciar e votar seu respectivo estatuto;
- II – apreciar, votar e aprovar o plano de bacia hidrográfica respectiva para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, assim como programas de ações imediatas quando ocorrerem situações críticas, submetendo-as ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH para homologação;
- III - apreciar e votar as propostas dos programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos financeiros em serviços e obras de interesse para o gerenciamento dos recursos hídricos que sejam prioritariamente compatíveis com o Plano Diretor da Bacia do Rio Jaboatão;
- IV - apreciar e votar o plano de utilização, conservação, proteção e recuperação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, e fazer recomendações no tocante ao enquadramento dos corpos d'água em classe de uso preponderante;
- V - promover os entendimentos e relações de cooperação entre os usuários de recursos hídricos exercendo, quando necessário, funções de arbitramento e conciliação dos casos de conflito de interesses, como uma primeira instância de decisão;
- VI - promover a divulgação e debates na região dos programas de serviços e obras a serem realizadas no interesse da comunidade, apresentando metas, benefícios, custos, e riscos sociais, ambientais e financeiros;
- VII - acompanhar e avaliar os resultados decorrentes das ações e programas governamentais relativos à utilização, aproveitamento, proteção, recuperação, melhoria na qualidade e aumento da disponibilidade dos recursos hídricos;
- VIII – promover a população da bacia o acesso às informações sobre as normas técnicas de uso adequado dos recursos hídricos e de postura cívica que possam desencadear impactos sistêmicos degradantes dos mananciais;
- IX - estimular a formação de associações, conselhos e consórcios de usuários como formas de organizações civis que contribuam para o gerenciamento dos recursos hídricos;
- X - efetuar, mediante delegações do outorgante, através da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica, a cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- XI - propor ao CRH critérios e quantitativos para isenção de cobrança da outorgas e valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos na bacia na ausência de Agência de Bacias;

CAPÍTULO IV

Da Composição

Art. 4º - O COBH terá a seguinte composição, conforme definida na legislação vigente (Estadual 12.984/05):

- I - Representantes dos usuários sediados na área de abrangência da bacia na proporção 40% do total de integrantes;
- II-Representantes das Entidades Civas, correspondendo a 20% do total de membros, cabendo a sua escolha e indicação por:

a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e

b) organizações sociais e não-governamentais com atuação em recursos hídricos, previstas nesta lei.

III - representantes do Poder Público Municipal (Executivo e Legislativo) da área de abrangência da Bacia;

IV - representantes do Poder Público Estadual, administração direta e indireta, envolvidos diretamente com os recursos hídricos;

V - representantes de órgãos do Governo Federal envolvidos direta e/ou indiretamente com recursos hídricos.

§ 1º - A representação dos poderes públicos - Municipal, Estadual e Federal corresponderá a 40% do colegiado, conforme resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

§ 2º - O COBH/Jaboatão será dirigido por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01(um) Secretário Executivo, eleitos por maioria absoluta dentre seus membros, para um mandato de 02 (dois) anos, renováveis por mais um período.

§ 3º - A cada representante nominado neste artigo corresponderá um suplente, igualmente indicado pelo segmento representado.

CAPÍTULO V

Da Organização e Administração

Art. 5º - O COBH/Jaboatão terá uma direção colegiada, constituída por representantes dos órgãos e entidades membros, que delibera em sessões ordinárias e extraordinárias conforme o caso.

§ 1º - A duração do mandato de cada representante será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º - Ocorrendo à vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, o colegiado reunir-se-á no prazo de 30 (trinta) dias para eleger o (os) substituto (os), para complementar o mandato em curso.

§ 3º - As deliberações das sessões plenárias, ordinárias ou extraordinárias, vinculam a todos, ainda que discordantes ou ausentes.

§ 4º - As sessões plenárias, ordinárias ou extraordinárias, serão instaladas em 1ª convocação com dois terços dos membros presentes; em 2ª convocação com maioria simples, e em 3ª e última convocação com um terço dos seus integrantes, observado o intervalo de meia hora entre cada convocação.

§ 5º - As deliberações serão sempre tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de reforma de estatuto, quando será obrigatória a presença de dois terços dos votos dos membros presentes do COBH/Jaboatão.

§ 6º - O COBH/Jaboatão reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes ao ano, a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

§ 7º - As sessões extraordinárias realizar-se-ão sempre que se fizer necessário para deliberar sobre matérias específicas.

§ 8º - O edital de convocação indicará expressamente a ordem do dia, data, hora e local em que será realizada a sessão plenária, ordinária ou extraordinária.

§ 9º - A convocação será feita pelo Presidente, pelo seu substituto legal, ou por um quinto dos integrantes do colegiado, caso aqueles não o façam e desde que haja motivos que justifiquem a convocação.

§ 10 - As convocações para as sessões do COBH/Jaboatão serão feitas com antecedência mínima de 15 (Quinze) dias, no caso de sessões ordinárias, e de 10(dez) dias para as sessões extraordinárias.

§ 11º - Os editais de convocação deverão ser encaminhados aos membros do Comitê, afixados nas entidades membros, assim como divulgados em veículos de comunicação no âmbito da Bacia Hidrográfica.

§ 12º - As sessões plenárias, ordinárias e/ou extraordinárias, serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas e assinadas pela Secretaria Executiva e demais membros presentes, pois serão apresentadas e submetidas à aprovação na próxima sessão plenária.

§ 13º - As sessões plenárias serão abertas ao público.

CAPÍTULO VI

Da Presidência, Vice-Presidência, Secretaria Executiva e Plenária

Art. 6º - São atribuições do Presidente:

- I - representar o comitê em juízo ou fora dele;
- II - presidir as sessões plenárias;
- III - votar como membro do Comitê e exercer o voto de qualidade em caso de empate;
- IV - resolver as questões de ordem nas sessões plenárias;
- V - estabelecer a ordem do dia, bem como determinar a execução das deliberações do plenário, através da Secretaria Executiva;
- VI - tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação do plenário, em reunião extraordinária, para tanto imediatamente convocada;
- VII - convocar sessões extraordinárias do plenário;
- VIII - manter o Comitê informado das discussões que ocorrem no CRH.

Parágrafo Único - O relacionamento do Comitê com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH se dará através de seu Presidente.

IX - O presidente pode solicitar para redigir, lavrar e assinar a ata, na ausência do Secretario Executivo no comitê, o vice-presidente ou qualquer um dos membros do COBH/ Jaboatão.

Art. 7º - São atribuições do Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II - participar das sessões ordinárias e extraordinárias com direito a voz e voto;
- III - propor, apresentar e defender matérias de interesse do colegiado;
- IV - coordenar e assessorar sessões técnicas, grupos de trabalho e estudos;
- V - outras atividades que vierem a ser delegadas pelo Plenário.

Art. 8º - São atribuições do Secretario Executivo:

- I - elaborar o plano anual de trabalho do Comitê para a Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão definindo objetivos, metas e diretrizes administrativas;
- II - articular a sociedade civil da área com vistas ao seu engajamento numa política geral de recursos hídricos, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão;

- III - articular meios materiais e humanos para viabilizar as decisões do colegiado de representantes;
- IV - definir e estabelecer normas e procedimentos operacionais de funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão;
- Parágrafo Único - A Secretaria Executiva cabe proceder à convocação das reuniões organizar a ordem do dia, secretariar e assessorar as sessões do Comitê.
- V - elaborar proposta orçamentária com vistas à implementação do Plano anual de Trabalho do Comitê;
- VI - elaborar o relatório anual de prestação de contas das atividades programadas/desenvolvidas;
- VII - constituir comissões técnicas e grupos de trabalho com vistas ao estudo e ao encaminhamento de matérias de interesse da Política de Recursos Hídricos da Bacia;
- VIII - operacionalizar a celebração de contratos, convênios e acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, de interesses afins;
- IX - organizar a realização de audiências públicas;
- X - organizar a divulgação e debates dos temas e programas prioritários definidos pelo Plenário;
- XI - publicar no diário Oficial do Estado as decisões do Comitê;
- XII - cumprir e fazer cumprir este estatuto e legislação específica vigente.

Art. 9º - São atribuições do Plenário:

- I - discutir e votar todas as matérias submetidas ao Comitê;
 - II - apresentar propostas e sugerir matérias para a apreciação do comitê;
 - III - pedir vista de documentos;
 - IV - solicitar ao Presidente a convocação de sessões extraordinárias, justificando seu pedido formalmente, desde que a solicitação esteja assinada por 10% (dez por cento) dos membros do Comitê;
 - V - propor a inclusão de matéria na ordem do dia, até mesmo para sessões subseqüentes, bem como prioridade de assuntos das matérias constantes;
 - VI - requerer votação nominal ou secreta, que será encaminhada de acordo com a decisão da Plenária;
 - VII - fazer constar em ata seu ponto de vista discordante, ou do órgão que representa, quando julgar relevante;
 - VIII - propor convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de entidades públicas ou privadas, para participar de sessões específicas para trazer subsídios às deliberações do comitê, com direito a voz, obedecida às condições previstas neste Estatuto;
 - IX - propor a criação de comissões específicas, sub-comitês e câmaras técnicas;
 - X - votar e ser votado para os cargos previstos neste Estatuto.
- Parágrafo Único - As funções de membro do Comitê não serão remuneradas sendo, porém, consideradas como serviço público relevante.

CAPÍTULO VII

Das Eleições

Art. 10º Critérios para eleição da Diretoria (Presidente, Vice – presidente e Secretario Executivo), e membros do Comitê.

I - A eleição ocorrerá em dia e local a ser definido pela plenária, e será presidida por uma comissão eleitoral, eleita em assembléia anterior à eleição, constituída por 03 (três) membros

(não candidatos), do comitê;

II – Estarão aptos a votar os membros titulares do COBH/Jaboatão. Na ausência destes votará os respectivos suplentes;

III - A eleição se dará por meio de inscrição de chapas ou candidaturas individuais, podendo a mesma ser inscrita até a data da eleição, porém antes do início do processo eleitoral;

IV-A votação será em aberto;

V - O quorum para a eleição do presidente, vice-presidente e secretário-executivo será por maioria absoluta de seus membros;

VI – A chapa ou candidatura individual será considerada eleita àquela que obtiver o maior número de votos da plenária.

VII – O edital de Convocação para eleição será encaminhado aos membros do Comitê, através do secretario Executivo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para eleição.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 10 - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pelo Plenário do colegiado, nos limites da legislação vigente.

Art. 11 - A Secretaria Executiva deverá elaborar e submeter ao Plenário o Regimento Interno do Comitê, que tratará das questões, atribuições e funções específicas não previstas neste Estatuto;

Art. 12 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

ANEXO B- REGIMENTO DO CBH JABOATÃO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JABOATÃO

CAPÍTULO I DO OBJETO E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º. Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboaatão – COBH - Jaboaatão, nos termos de seu Estatuto Social e da legislação pertinente, submetendo a todos os seus participantes em observância ao mesmo.

Parágrafo único. A fim de uniformizar a linguagem, poderá se designar abreviadamente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboaatão por COBH-Jaboaatão.

Art. 2º. O COBH-Jaboaatão, no âmbito de sua área de jurisdição, atuará de acordo com os objetivos e atribuições estabelecidos na legislação em vigor, no seu Estatuto Social e Regimento Interno.

Art. 3º. Compete ao COBH-Jaboaatão, além das atribuições e finalidades referidas no Estatuto Social, o que se segue:

I - promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado dos recursos hídricos na região da bacia hidrográfica;

II - articular ações no sentido de combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da corrosão do solo e do assoreamento dos corpos d'água;

III - adotar a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;

IV - reconhecer o recurso hídrico como um bem público de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observada os aspectos de quantidade e as peculiaridades da bacia hidrográfica;

V - propor ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) critérios e procedimentos de rateio do custo das obras destinadas ao uso múltiplo dos recursos hídricos ou de seu aproveitamento para fins econômicos, em sua respectiva bacia, de conformidade com o previsto no inciso V, art. 44 da Lei 12.984/05;

VI - assegurar o direito à compensação financeira, bem como a promoção de programas de desenvolvimento pelo Estado em favor dos Municípios afetados por áreas inundadas resultante da implantação de reservatórios e por restrições impostas pelas leis de proteção dos recursos hídricos, áreas de proteção ambiental, áreas de proteção aos mananciais ou outros espaços especialmente protegidos;

VII - promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos;

VIII - promover a integração das ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam risco à saúde e a segurança pública assim como prejuízos;

IX - estimular a proteção dos recursos hídricos contra ações que possam comprometer o uso múltiplo atual e futuro;

X - elaborar a proposta do plano de utilização, proteção e recuperação dos mananciais compatibilizando as ações de proteção ao meio ambiente como o uso e ocupação do solo e o desenvolvimento sócio-econômico da região, bem como fomentar e monitorar a

implantação de uma política de desenvolvimento sustentável na região, articulando e compatibilizando as ações conforme os princípios da Lei 12.984/05 e do seu Estatuto Social;

Parágrafo único. Das decisões do COBH - Jaboaão caberá recurso no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), que deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da aprovação da respectiva ata em que foi tomada a decisão ou da sua notificação.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. O COBH-Jaboaão será composto por 30 (trinta) membros titulares de acordo com as representações dos seguintes segmentos e categorias.

I – representantes dos Poderes Executivos da União, do Estado e dos Municípios, inseridos na área da bacia hidrográfica respectiva, correspondendo a 40% (quarenta por cento) sendo um total de 12 (doze) representantes;

II - representantes dos usuários, aqueles sujeitos à outorga pelo Poder Público, sediados na área de abrangência da Bacia na proporção de 40% (quarenta por cento) sendo um total de 12 (doze) representantes.

III – Representantes das Entidades Civas, correspondendo a 20% (vinte por cento) sendo um total de 6 (seis) representantes, cabendo a sua escolha e indicação por:

- a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e
- b) organizações sociais e não-governamentais com atuação em recursos hídricos, previstas nesta Lei.

§ 1º. Do total de representações do segmento poder público será destinado preferencialmente 6 (seis) vagas para as Prefeituras Municipais que compõe a área da Bacia Hidrográfica do rio Jaboaão.

§ 2º. O COBH Jaboaão será dirigido por 01 (um) Presidente, 01 (um) Vice-Presidente e 01 (um) Secretário Executivo eleitos por maioria simples dentre seus membros.

§ 3º. A representação relativa à titularidade e à suplência, nos diversos segmentos deverá ser exercida por representante da mesma entidade.

§ 4º. A Secretaria Executiva do COBH-Jaboaão manterá aberto, permanentemente, o processo de cadastramento de entidades dos diversos segmentos e no caso de entidades civis organizadas legalmente, deverá ter pelo menos 01 (um) ano de existência e atuante na bacia hidrográfica do rio Jaboaão.

§ 5º. Em caso de vacância do cargo dos representantes referidos nos incisos I, II e III caberá à Presidência do COBH-Jaboaão, solicitar à entidade ou órgão competente a designação do sucessor do representante ou seu suplente.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DA SEDE

Art. 5º. A estrutura do COHB-Jaboaão compreenderá:

- I – Presidência;
- II – Vice-Presidência;
- III - Secretaria Executiva;
- IV – Plenária;
- V – Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva do Comitê é composta pela Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Executiva.

Art. 6º. A Sede do COHB-Jaboatão coincidirá com a sua Secretaria Executiva.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I DA PRESIDÊNCIA

Art. 7º. O COBH-Jaboatão será presidido por um de seus membros, eleito para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleito por igual período.

Art. 8º. Ao Presidente do COBH-Jaboatão, além das atribuições expressas ao Estatuto Social ou decorrente da função caberá:

I - representar o comitê em juízo ou fora dele;

II - presidir as sessões plenárias;

III - votar como membro do Comitê e exercer o voto de qualidade em caso de empate;

IV - resolver as questões de ordem nas sessões plenárias;

V - estabelecer a ordem do dia, bem como determinar a execução das deliberações do plenário, através da Secretaria Executiva;

VI - tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as à homologação do plenário, em reunião extraordinária, para tanto imediatamente convocada;

VII - convocar sessões extraordinárias do plenário;

VIII - manter o Comitê informado das discussões que ocorrem no CRH;

IX - O presidente pode solicitar para redigir, lavrar e assinar a ata, na ausência do Secretário Executivo no comitê, o vice-presidente ou qualquer um dos membros do COBH - Jaboatão.

Parágrafo único. O relacionamento do Comitê com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH se dará através de seu Presidente.

SEÇÃO II DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 9º. O Comitê contará com um Vice-Presidente, eleito com mandato coincidente com o da Presidência, cabendo reeleição e as seguintes atribuições:

I - substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II - participar das sessões ordinárias e extraordinárias com direito a voz e voto;

III - propor, apresentar e defender matérias de interesse do colegiado;

IV - coordenar e assessorar sessões técnicas, grupos de trabalho e estudos;

V - outras atividades que vierem a ser delegadas pelo Plenário.

SEÇÃO III DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Art. 10. O Secretario Executivo, eleito com mandato coincidente com o da Presidência, cabendo reeleição, terá as atribuições expressas no Estatuto Social ou decorrente da sua função, bem como:

I - subsidiar e oferecer suporte administrativo e técnico necessário ao funcionamento do órgão colegiado dando cumprimento as suas determinações;

II - promover a implantação e operacionalização de um sistema gerencial de informações;

III - ao Secretario Executivo caberá proceder à convocação das reuniões, organizar a ordem do dia, secretariar e assessorar as sessões do Comitê;

IV - elaborar o plano anual de trabalho do Comitê para a Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão definindo objetivos, metas e diretrizes administrativas;

V - articular a sociedade civil da área com vista ao seu engajamento numa política geral de recursos hídricos, no âmbito da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão;

VI - articular meios materiais e humanos para viabilizar as decisões do colegiado de representantes;

VII - definir e estabelecer normas e procedimentos operacionais de funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jaboatão;

VIII - elaborar proposta orçamentária com vista à implementação do Plano anual de Trabalho do Comitê;

IX - elaborar relatório anual de prestação de contas das atividades programadas e desenvolvidas;

X - constituir comissões técnicas e grupos de trabalho com vistas ao estudo e ao encaminhamento de matérias de interesse da Política de Recursos Hídricos da Bacia;

XI - operacionalizar a celebração de contratos, convênios e acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, de interesses afins;

XII - organizar a realização de audiências públicas;

XIII - organizar a divulgação e debate dos temas e programas prioritários definidos pelo Plenário;

XIV - publicar no Diário Oficial do Estado as decisões do Comitê;

XV - cumprir e fazer cumprir este regimento e legislação específica vigente.

§ 1º. O Secretario Executivo deverá prestar apoio às Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.

§ 2º. O Secretario Executivo do COBH deverá articular conjuntamente com o Presidente e Vice-Presidente, condições operacionais e financeiras necessárias ao bom desempenho deste comitê.

SEÇÃO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 11. As reuniões da Diretoria Executiva somente serão realizadas com a presença de no mínimo 02 (dois) de seus membros.

Art.12. Embora findo o mandato, cada membro da Diretoria Executiva permanecerá em pleno exercício até a posse dos novos designados.

Art. 13. Em caso de impedimento ou licenciamento superior a 90 (noventa) dias do Presidente, do Vice-Presidente e Secretaria Executiva, ou vacância dos respectivos cargos, far-se-á eleição 30 (trinta) dias depois de aberta a vacância.

§ 1º. Ocorrendo à hipótese prevista no caput deste artigo, o Plenário, através de Assembléia Extraordinária, indicará, provisoriamente, dois membros do COBH-Jaboatão, para presidi-lo até a posse dos novos eleitos.

§ 2º. Para efeito do parágrafo anterior, o plenário poderá formar comissão para coordenar, organizar e fiscalizar a eleição.

SEÇÃO V DO PLENÁRIO

Art. 14. São atribuições da Plenária:

I - discutir e votar todas as matérias submetidas ao Comitê;

II - apresentar propostas e sugerir matérias para a apreciação do comitê;

III - pedir vista de documentos;

IV - solicitar ao Presidente a convocação de sessões extraordinárias, justificando seu pedido formalmente, desde que a solicitação esteja assinada por 10% (dez por cento) dos membros do Comitê;

V - propor a inclusão de matéria na ordem do dia, até mesmo para sessões subseqüentes, bem como prioridade de assuntos das matérias constantes;

VI - requerer votação nominal ou secreta, que será encaminhada de acordo com a decisão da Plenária;

VII - fazer constar em ata seu ponto de vista discordante, ou do órgão que representa, quando julgar relevante;

VIII - propor convite, quando necessário, de pessoas ou representantes de entidades públicas ou privadas, para participar de sessões específicas trazendo subsídios às deliberações do comitê, com direito a voz, obedecida às condições previstas neste Estatuto;

IX - propor a criação de grupos de trabalho e câmaras técnicas;

X - votar e ser votado para os cargos previstos neste regimento;

XI - compete à Seção Plenária do COBH-Jaboatão dispor em acréscimo ou revogação das disposições que compõem este Regimento Interno.

§ 1º. As funções de membro do Comitê não serão remuneradas sendo, porém, consideradas como serviço público relevante.

§ 2º. É atribuição do Plenário do COBH-Jaboatão criar, por deliberação, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho que tratarão de temas específicos da região, relacionados à gestão da Bacia Hidrográfica em geral, cujo período de duração corresponderá ao tempo necessário para alcançar os objetivos que ensejaram a sua constituição.

SEÇÃO VI DAS CÂMARAS TÉCNICAS E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 15. Ao comitê caberá decidir pela formação de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho de caráter consultivo para o tratamento de questões específicas de interesse para a gestão do Comitê:

I - os cargos ou funções das referidas câmaras técnicas e grupos de trabalho deverão preferencialmente ser escolhidos entre os membros do comitê;

II - as câmaras técnicas e os grupos de trabalho serão dirigidos por 01 (um) coordenador e 01 (um) relator, além dos seus demais componentes;

III - Os Grupos de Trabalho – GTs, com atribuições restritas a temas específicos, para os quais será elaborado relatório com a apresentação em Seção Plenária onde poderão ser encerrados ou renovados a sua continuidade.

IV - Poderão ser convidadas, instituições ou outros profissionais, não membros do COBH – Jaboaão, para compor as câmaras técnicas e grupos de trabalho.

CAPÍTULO V DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 16. Em consonância com o Estatuto Social deve ser criado, e homologado pela plenária a 60 (sessenta) dias do término do mandato da Diretoria Executiva uma comissão eleitoral, formada por pelo menos 3 (três) membros não candidatos, com o objetivo de estabelecer regras para eleição da nova Diretoria executiva (Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo), para o período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleita por igual período.

Art. 17. Critérios para eleição da Diretoria Executiva e membros do Comitê:

I - estarão aptos a votar os membros titulares do COBH-Jaboaão. Na ausência destes votarão os respectivos suplentes;

II - a eleição se dará por meio de inscrição de chapas, podendo a mesma ser inscrita até a data da eleição, porém antes do início do processo eleitoral;

III - a votação será em aberto;

IV - a chapa será considerada eleita àquela que obtiver o maior número de votos da plenária;

V - o Edital de Convocação para eleição deve ser encaminhado aos membros do Comitê, através do Secretário Executivo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para eleição.

CAPÍTULO VI DA PERDA DE REPRESENTAÇÃO

Art. 18. Perderá o direito à representação no COBH-Jaboaão:

I - a Instituição ou Entidade:

a) a entidade ou instituição que não fizer cumprir com as atribuições deliberadas pela Seção Plenária, e não justificadas formalmente junto à Secretaria Executiva em até 15 (quinze) dias da deliberação;

b) em caso de extinção da instituição ou entidade.

II - o Representante:

a) será destituído de representação o membro que perder a vinculação institucional, cabendo à instituição ou entidade formalizar através de ofício, junto a Secretaria Executiva do COBH-Jaboaão, da imediata substituição;

b) em caso de desistência espontânea, que deverá ser formalizada em ofício assinado pelo membro do comitê e encaminhado à Secretaria Executiva, que submeterá a Seção Plenária;

c) o membro representante que descumprir as deliberações do comitê.

§ 1º. No caso de representação que não tenha tomado posse através de seu representante e nem apresentado justificativa aceita pela Diretoria Executiva ou Seção Plenária, o direito a representação será considerado sem efeito, podendo ser decretado a vacância e aberto o processo de preenchimento da vaga.

§ 2º. Os membros do Comitê, que não comparecerem a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, sem justificativas aceitas, será desligado, mediante aprovação do plenário.

§ 3º. No caso de substituição dos membros do comitê, a substituição acontecerá ouvida a plenária, por outra entidade cadastrada.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
SEÇÃO I
DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO

Art. 19. O COBH-Jaboatão reunir-se-á ordinariamente duas vezes por ano, sendo uma reunião por semestre, e extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou por número equivalente a 1/3 (um terço) do total dos seus membros do COBH-Jaboatão.

§ 1º. Poderão participar das reuniões do COBH-Jaboatão, a convite e sem direito a voto, técnicos, especialistas, representantes de órgãos públicos ou entidades da sociedade civil, bem como pessoas envolvidas com a matéria incluída na sua pauta ou ordem do dia, a fim de prestar esclarecimentos considerados necessários às deliberações da Seção Plenária.

§ 2º. As reuniões serão realizadas preferencialmente em municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica do rio Jaboatão.

§ 3º. A convocação para as reuniões ordinárias será feita através da Secretaria Executiva por iniciativa da Diretoria Executiva.

§ 4º. A convocação para as reuniões extraordinárias será realizada através da Secretaria Executiva, por iniciativa da Diretoria Executiva ou em atendimento a requerimento de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros, com justificativa para sua urgência.

Art. 20. As reuniões do COBH-Jaboatão terá pauta definida pela Diretoria Executiva, e/ou por inclusão de assuntos mediante solicitação por qualquer de seus membros, desde que encaminhado à Secretaria Executiva com antecedência de 15 (quinze dias) da data indicada para a realização da reunião seguinte, acompanhada de justificativa.

Parágrafo único. A pauta de reunião poderá sofrer acréscimos ou supressões por aprovação em Seção Plenária, desde que por maioria simples dos votos.

Art. 21. O COBH-Jaboatão se reunirá conforme definição estatutária, em primeira chamada com 2/3 (dois terços) de seus membros, em segunda chamada com um mínimo de 50 % (cinquenta por cento) de seus membros mais um, ou em terceira chamada com qualquer número de seus membros presentes.

Parágrafo único. As chamadas terão intervalo de 15 (quinze) minutos cada.

Art. 22. As reuniões do COBH-Jaboatão serão presididas pelo Presidente, na sua ausência pelo Vice – Presidente e na ausência de ambos pelo Secretário Executivo.

SEÇÃO II DO PROCESSO DE APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS

Art. 23. Ao processo de apreciação e votação das propostas, submetidas em Seções Plenárias, terão os seguintes encaminhamentos:

I - serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem 50 % (cinquenta por cento) mais um dos votos dos representantes do comitê, exceto nas questões estatutárias ou deste regimento, para os quais serão necessários 2 / 3 (dois terços) dos votos da totalidade dos seus membros;

II - as propostas deverão ter uma redação escrita e lida em plenário;

III - propostas apresentadas durante a reunião terão o mesmo tratamento do inciso anterior, através de relator designado;

IV - as propostas deverão ter no máximo duas inscrições de debates;

V - a votação das propostas, caso necessário, poderá ser antecedida de esclarecimentos verbais complementares;

VI - aberto o processo de votação não serão permitidas questões de ordem;

VII - poderá ser concedido tempo regimental para a formulação ou ponderação de proposta.

§ 1º. O Tempo Regimental previsto no Inciso VII, deste Artigo terá duração mínima de 15 (quinze) minutos, e máxima por deliberação da Seção Plenária.

§ 2º. Ao membro da Diretoria Executiva do COBH-Jaboatão, na direção das reuniões, caberá apenas o voto de qualidade.

SEÇÃO III DAS DELIBERAÇÕES

Art. 24. As deliberações da Seção Plenária do COBH-Jaboatão serão registradas em ata e encaminhadas aos seus membros, bem como, à instituição ou entidade diretamente relacionada ao assunto.

SEÇÃO IV DO REGISTRO DOS TRABALHOS

Art. 25. As Reuniões do COBH-Jaboatão serão lavradas em ata sucinta, na qual deverá constar:

I - data, hora e local de realização da reunião;

II - sumário dos assuntos tratados, encaminhamentos e das deliberações tomadas;

III - outras matérias inseridas pela Seção Plenária;

IV - data e local (município) programados para reunião ordinária seguinte.

SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Nenhum membro do COBH-Jaboatão poderá manifestar-se em público assumindo compromissos em nome do Comitê, em declaração oral ou escrita, sem para

tanto estar autorizado pela Diretoria Executiva ou respaldado por decisão em Seção Plenária.

Art. 27. É permitida a participação do COBH-Jaboatão em Fóruns de Comitês de Bacia Hidrográfica de seu interesse.

Art. 28. Os casos omissos do presente Regimento Interno serão deliberados pela Diretoria Executiva ou Plenária.

Art. 29. O presente regimento entra em vigor após a sua aprovação em Seção Plenária e registro em ata.